

Banca examinadora:

Profª Drª Carmem Wizniewsky

Profª Drª Giancarla Salamoni

Prof. Dr. Hólvio Debli Casalinho

Prof. Dr. Volnei Krause Kolhs

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos - orientador

DEDICATÓRIA

Ao meu pai. (*in memoriam*)
Através de sua simplicidade
me fez ver que a sabedoria
possui diversas formas e
dimensões.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família, mãe e irmãos pela paciência e compreensão em alguns momentos mais críticos.

Ao Professor Dr. Flávio Sacco dos Anjos, colega e orientador paciente, minha gratidão e apreço.

Ao Professor Dr. João Luiz Faria, co-orientador e responsável por propiciar momentos de “reflexão sobre a construção do conhecimento”. Jamais me esquecerei dos encontros das terças-feiras.

Ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda do Ministério do Trabalho e Emprego, pelo atendimento as diversas solicitações.

Aos meus professores e colegas do PPGA, em especial o Fernando Cortez (o Mineiro) e o Giusepe Cavalcanti (o Paraíba), que sempre se dispuseram a compartilhar as dúvidas e as angústias referentes ao campo das idéias e da própria vida.

A minha amiga e colega de pesquisa Nádia Velleda Caldas pelas contribuições e auxílio inestimáveis.

Aos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais Agrárias (FAEM) e do Instituto de Sociologia e Política que acreditaram e possibilitaram o desenvolvimento desta proposta de estudo, em especial o carinho, a confiança e o incentivo das Professoras Terezinha Simch e Maria Amélia Dias da Costa, do Professor Paulo Cava, como também da Izoleide Viana e da Elda Soares.

Aos meus “colegas de sala” no ISP, Perelló, Ana, Maria Laura, Roberta, João, Milach e Rudi.

Aos meus amigos e colegas dos “almoços pedagógicos” nos restaurantes do Campus do Capão do Leão e no Postinho, em especial ao Professor Rogério Sousa pela motivação e conselhos nos momentos de insegurança.

As pessoas simples, agricultores e suas famílias que, através dos seus cotidianos, lutam por uma sociedade mais solidária, mas que durante muito tempo, foram relegados a uma posição subalterna ou, pode-se dizer, de indiferença.

EPÍGRAFE

A verdade causa repugnância à nossa natureza,
mas o erro não,
e isto por um motivo bem simples:
a verdade exige que nos reconheçamos como seres limitados;
o erro nos acalenta na idéia de que,
de um modo ou de outro,
somos infinitos.

GOETHE

RESUMO

Esta investigação fundamenta-se no rol das transformações do agro brasileiro, no final dos anos 90, particularmente no que toca à crescente importância das rendas não agrícolas para a agricultura familiar, onde se têm as provenientes dos desdobramentos da promulgação da Constituição do Brasil de 1988, a qual adota a lógica da universalização dos direitos sociais. Objetiva-se, com o presente estudo, avaliar os impactos da extensão dos direitos previdenciários aos agricultores familiares, bem como identificar e analisar as transformações, principalmente no que diz respeito à dinâmica do processo de reprodução social, no âmbito da agricultura familiar e os seus reflexos no município de Morro Redondo, localizado na região sul do estado do Rio Grande do Sul. O presente trabalho de investigação faz parte e se baseia nos resultados de um projeto de pesquisa mais amplo, denominado “Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade”, que contempla quatro microrregiões do Rio Grande do Sul, sendo somente considerados os dados referentes ao município de Morro Redondo, representante, neste trabalho, da microrregião de Pelotas. Os resultados da pesquisa revelam que o acesso ao benefício da aposentadoria rural contribui para a valorização e inserção social e cultural dos idosos, deixando de serem vistos como indivíduos incapazes, resultando, desta forma, em uma nova configuração entre força de trabalho e atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar. Os dados também permitem concluir que a renda oriunda dos benefícios previdenciários é destinada tanto para algumas etapas do processo produtivo, como também para gastos recorrentes pessoais e da unidade doméstica. Diante da realidade analisada é possível se afirmar que os benefícios originários da previdência social rural se constituem numa importante fonte dinamizadora das economias municipais.

ABSTRACT

This research is based on the array of transformations that took place in the Brazilian agricultural sector in the late 90's, particularly with respect to the growing importance of the off-farm income in family agriculture set forth by the 1988 Constitution of Brazil with its widespread social rights guarantees. The objective of this study was to assess the impact of extending the social security rights to family farmers as well as to identify and analyse the transformations, especially with respect to the dynamics of the social reproduction process in the family farming arena and its consequences to the Morro Redondo county, located in the state of Rio Grande do Sul. The present research is part of a larger research project titled "Family farming, local development and multi-activity in Rio Grande do Sul: the emergency of a new rural space" which contemplates four state regions, but in this work only the Morro Redondo county is considered, representing the region of Pelotas. The results reveal that the access to the rural retirement fund pay outs contributes to social and cultural inclusion of the elderly people, who no longer are seen as hopeless individuals resulting, this way, in a new configuration between the work force and the activities carried out in family farm units. Data also allow the conclusion that the income drawn from the social benefits is directed to the production process as well as personal and domestic expenses. Given this scenario it can be stated that the benefits drawn from the rural retirement fund are a source of important dynamic force to the county economies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População urbana, rural e total em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS	29
Tabela 2: Participação percentual dos financiamentos rurais concedidos, conforme a classe de produtores, Rio Grande do Sul – 1970 / 90....	73
Tabela 3: A participação percentual do crédito segundo a sua modalidade em relação ao montante total no Rio Grande do Sul, 1970 / 90.....	74
Tabela 4: Número de estabelecimentos, área e suas variações absolutas no município do Morro Redondo – RS	79
Tabela 5: Área plantada das principais lavouras temporárias em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS	80
Tabela 6: Quantidade produzida das principais lavouras temporárias em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS	81
Tabela 7: Valor da produção das principais lavouras temporárias em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS	82
Tabela 8: Área plantada das principais lavouras permanentes em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS	82
Tabela 9: Quantidade produzida das principais lavouras permanentes em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS.....	83
Tabela 10: Valor da produção das principais lavouras permanentes em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS	83
Tabela 11: Quantidade produzida dos principais produtos de origem animal em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS.....	84
Tabela 12: Distribuição dos estabelecimentos rurais segundo a presença de aposentadoria em 2003, Morro Redondo – RS	87
Tabela 13: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo estratos selecionados da idade média dos residentes em Morro Redondo – RS	87
Tabela 14: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o número de residentes em 2003, Morro Redondo – RS ..	88
Tabela 15: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a presença de horta em 2003, Morro Redondo – RS	91
Tabela 16: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo existência de perspectivas na agricultura e sobre o futuro o grupo familiar nesta atividade em 2003, Morro Redondo – RS	92
Tabela 17: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o desejo de que os filhos seguissem a profissão de agricultor em 2003, Morro Redondo – RS	93

Tabela 18: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a proporção da renda agrícola em relação a renda total em 2003, Morro Redondo – RS	94
Tabela 19: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a renda agrícola e renda total por superfície agrícola útil (SAU) em 2003, Morro Redondo – RS	95
Tabela 20: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o grau de satisfação do agricultor e de sua família em relação ao meio rural em 2003, Morro Redondo – RS	96
Tabela 21: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o que mais valoriza em relação ao meio rural em 2003, Morro Redondo – RS	97
Tabela 22: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a obtenção de financiamento no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo – RS	98
Tabela 23: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a finalidade do financiamento no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo – RS	98
Tabela 24: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a fonte do financiamento no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo – RS	99
Tabela 25: Distribuição dos estabelecimentos rurais com aposentadoria, segundo a utilização ou não destes recursos na atividade agrícola (set 2001 a ago 2002), no Morro Redondo – RS	101
Tabela 26: Distribuição dos estabelecimentos rurais com aposentadoria, segundo a destinação dos recursos no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo – RS	101
Tabela 27: Percentual da renda proveniente de transferências governamentais para os municípios da microrregião de Pelotas - RS, nos anos de 1991 e 2000	103
Tabela 28: Benefícios mantidos no município de Morro Redondo - RS, período 2001-2004	104
Tabela 29: Local onde a família, com e sem aposentado, gasta a maior parte da renda no município do Morro Redondo - RS, no ano de 2003	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Amostragem inicial em Morro Redondo - RS, excluindo-se os setores urbanos 1 e 2	41
Quadro 2: Versão final do processo de amostragem no município de Morro Redondo, RS	41
Quadro 3: Quadro comparativo dos benefícios previdenciários urbano e rural até a Constituição Federal de 1988	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa ilustrativo do município do Morro Redondo	28
Figura 2: Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul com destaque para as microrregiões e município que constituíram os estudos de caso	38
Figura 3: Mapa ilustrativo do Microrregião Pelotas com destaque para o município de Morro Redondo	39
Figura 4: Mapa do Morro Redondo com a espacialização das comunidades que fizeram parte do presente estudo	42
Figura 5 : Modelo analítico de atividades e rendas	44
Figura 6: Evolução da quantidade de benefícios mantidos	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A AGRICULTURA FAMILIAR E O ESPAÇO SOCIAL	15
1.1 A agricultura familiar: o marco teórico	15
1.2 O espaço social: o município de Morro Redondo	27
1.3 O problema de pesquisa	30
1.4 Hipóteses de trabalho	34
1.5 Objetivos	35
1.5.1 Objetivo geral	35
1.5.2 Objetivos específicos	35
1.6 Justificativa	35
1.7 Método	36
2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: SISTEMAS E CONDICIONANTES	45
2.1 A previdência social no contexto internacional e brasileiro	45
2.2 O histórico da previdência social rural no Brasil: o processo de exclusão ...	53
2.3 A previdência social rural: conceitos e impactos da universalização	58
3 O UNIVERSO EMPÍRICO: O MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO, SUAS CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA PRODUTIVA	63
3.1 A região sul e o contexto nacional	63
3.2 O processo de modernização, a agricultura familiar, e o município	70
3.3 O município de Morro Redondo: a dinâmica produtiva	77
4 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO E A PREVIDENCIA SOCIAL RURAL	85
4.1 O idoso, a organização da unidade de produção familiar e os recursos previdenciários	85
4.2 A renda da unidade de produção familiar e os recursos previdenciários	93
4.3 A economia do município e os recursos previdenciários.....	102

CONCLUSÕES	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

Tratando-se do processo de produção agrícola no Brasil, torna-se, cada mais, evidente a importância do que se denomina agricultura familiar, principalmente no que se refere aos estados da região sul. Esta categoria social tem chamado a atenção de estudiosos e de formuladores de políticas públicas relacionadas ao processo de desenvolvimento rural.

A mudança de visão referente à agricultura familiar está vinculada aos diversos trabalhos de pesquisa que resgatam a trajetória dos países de capitalismo avançado onde, segundo circunstâncias distintas, houve uma opção por privilegiar dito setor mediante políticas específicas de fomento. Já no começo da década de 1990 se intensifica o debate sobre esta questão no âmbito dos países subdesenvolvidos visando, a proposição de novos modelos de desenvolvimento com base em novas premissas. Tal movimento coaduna-se com a emergência do que vem sendo chamado de “paradigma da sustentabilidade”.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000), a agricultura familiar representa, na região sul do país, 90,5% do total de estabelecimentos rurais existentes, ocupando uma área de 43,8% do total e contribuindo com 57,1% do Valor Bruto da Produção (VBP).

O presente trabalho tem por contexto empírico e objeto de reflexão científica o município do Morro Redondo, - antigo distrito de Pelotas -, o qual apresenta sua economia sedimentada na agricultura de cunho familiar.

Trata-se de explorações cuja dinâmica é afetada, a partir dos anos 1990, por mudanças significativas no plano político e institucional, particularmente no que tange à previdência social rural. A extensão de benefícios à população rural, a equiparação do valor de aposentadorias e pensões figuram em destaque, alterando o universo social em que operam as explorações familiares. É sobre esta perspectiva que se desenvolve a presente investigação.

1 A AGRICULTURA FAMILIAR E O ESPAÇO SOCIAL

1.1 A agricultura familiar: o marco teórico

No Brasil, como também em outras sociedades, o tema agricultura familiar tem se apresentado como uma questão fundamental para a análise e compreensão dos processos sociais agrários, aos quais, como é sabido, encerram uma grande diversidade e complexidade.

Conforme Lamarche (1993, p.16), “toda a exploração camponesa é uma exploração familiar, sem dúvida alguma ... mas nem todas as explorações familiares são camponesas”.

Com estas palavras, reafirma-se a necessidade da realização de uma revisão teórico-conceitual e histórica sobre as principais abordagens relativas à categoria social em questão. Essa tarefa é essencial para os objetivos de uma tese que propõe a investigar as particularidades de um segmento da agricultura familiar do extremo sul do Brasil. Trata-se de estabelecer os traços que identificam essa forma social de produção à luz das contribuições teóricas mais importantes.

Dentre os autores clássicos do final do século XIX, Marx foi um dos que se dedicou à análise dos rumos do campesinato e de suas perspectivas face a expansão do modo de produção capitalista.

Quando este analisa, no tomo III de "O Capital", a flutuação dos preços, utilizando o exemplo da indústria têxtil, chama a atenção para a disparidade estrutural das condições de produção na agricultura e na indústria.

As matérias vegetais e animais, que crescem e se produzem sujeitas a determinadas leis orgânicas dependentes de certos prazos naturais, de acordo com a natureza não podem aumentar subitamente como, por exemplo, as máquinas e outros elementos do capital fixo, carvão, minérios, etc., que podem ter a produção acrescida com extrema rapidez num país industrialmente desenvolvido, desde que existem as correspondentes condições naturais. (MARX, 1979, p.132)

Embora Marx nunca tenha examinado a questão da agricultura de maneira sistemática, este aborda duas questões importantes relacionadas à mesma: o processo de acumulação primitiva e a evolução da renda fundiária.

Para o referido autor às pré-condições para o desenvolvimento do capitalismo não devem ser buscadas nem no fluxo de ouro e metais preciosos, nem

na abertura de rotas mercantis, mas na transformação do camponês em proletariado urbano, apresentando, como base deste processo, a grande propriedade que monopoliza a terra contra a produção camponesa. A consolidação da grande propriedade e a expulsão do campesinato criam as pré-condições para o capitalismo. Sendo assim, vê-se que a grande propriedade é identificada com a agricultura de cunho capitalista, pois a produção familiar, pelo menos num primeiro momento, é incompatível com as economias de escala criadas pela indústria. Na sua ampla visão de acumulação primitiva não existe lugar para o camponês.

No que se refere à renda fundiária o objetivo de Marx é precisamente explicar como a agricultura se desenvolve em moldes capitalistas. Para que isso ocorra, o autor parte do seguinte ponto: "suponhamos, portanto, que a agricultura é dominada pelo modo capitalista de produção na mesma forma que a manufatura". O estudo da determinação do preço pelos custos de produção na terra menos fértil explica a origem do sobrelucro apropriado pelo proprietário fundiário, e a possibilidade, ao mesmo tempo, de um lucro médio para o capitalista.

Em sua obra, Marx evidencia que a renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada da terra. Portanto, quando a renda da terra é resultante da concorrência, assume o caráter de renda diferencial; quando resultante do monopólio da propriedade do solo (dissociação do capitalista e proprietário fundiário) apresenta o caráter de renda absoluta.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento das relações capitalistas, segundo o referido autor, a agricultura passa a operar sob os mesmos moldes da indústria, e o campesinato, com a eliminação dos elementos específicos vinculados à natureza, não terá condições de concorrer com o produtor capitalista. Sendo assim, o camponês ocupa uma posição transitória no sistema capitalista, que, inevitavelmente, converte-o em um elemento inerte frente as transformações advindas da expansão do capital.¹ Em outras palavras, com o desenvolvimento das

¹ Esta passividade é bem expressa por Marx, na sua obra 18 Brumário, através da famosa comparação do campesinato com um "saco de batatas": "Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicação existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. [...] Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. [...] A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira porque batatas em

relações sociais de cunho capitalista no campo, o campesinato desapareceria devido à concentração da riqueza, processo esse característico de um modo de produção regido pela acumulação e concorrência.

Outro autor que se dedica ao tema, e que prevê o desaparecimento do campesinato com o advento do capitalismo no campo, é Lenin.

O autor defendia a tese da "penetração do capitalismo no campo" e da "diferenciação social interna do campesinato" ². Em seu trabalho intitulado "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", tenta demonstrar que tanto no caso do latifúndio como no caso da economia camponesa, estas são vistas como uma economia de transição, onde o sistema capitalista já se firmara.

Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas (famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais) e cada uma destas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias-primas até a sua preparação definitiva para o consumo. Com a economia mercantil, aparecem unidades econômicas heterogêneas: o número de ramos especiais da economia aumenta e diminui a quantidade de unidades que executam uma mesma função econômica. É esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo. (LENIN, 1982, p.13)

A divisão social do trabalho apresenta importância fundamental na constituição de um mercado interno e na separação agricultura/indústria, sendo que os produtos agrícolas são agora convertidos em mercadorias. Ocorre um processo de especialização no interior da própria agricultura.

Com o fim da servidão na Rússia (1865), os latifundiários teriam retido uma parte crucial das terras do campesinato impedindo o surgimento de uma economia independente. A conseqüente pauperização criou as bases para uma proletarização rural que por sua vez estimulou a mecanização por parte do grande proprietário transformado em capitalista. Esta tendência também minou as bases do "camponês

um saco constituem um saco de batatas." (MARX, 1978, p.115)

² Segundo Lenin as formas de penetração e desenvolvimento do capitalismo no campo são duas: "A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker (latifundiários nobres prussianos), condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de "Grossbauers" (lavradores abastados). No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usuário e em exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-junkers. No segundo caso, o conteúdo está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro

médio" que trabalhava no latifúndio utilizando seus próprios instrumentos de trabalho.

Através da expropriação do campesinato, os meios de produção liberados irão se converter em capital nas mãos de seus novos proprietários, tendo como consequência a constituição de um mercado para os mesmos. De outro lado, o que anteriormente constituía os meios de subsistência do camponês vai tornar-se um componente do capital variável. Tem-se, desta forma, a constituição de um mercado interno para artigos de consumo, do qual o camponês, já proletarizado, irá se utilizar.

Segundo Lenin:

O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, o açambarcamento da terra, a concentração da produção por uma minoria... Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros. (1982, p.113)

Dados tais condicionantes, para o autor as relações de produção do tipo capitalista se desenvolvem no interior do campesinato, através de um processo de diferenciação interna que aprofunda suas contradições. Esta diferenciação gera, por um lado a burguesia rural (capitalista agrário) e, por outro o proletariado rural (assalariado agrícola).

O referido autor, ao interpretar a presença da mão-de-obra assalariada como um indicador da existência de uma agricultura do tipo capitalista, dá origem a uma certa dificuldade de se captar os traços essenciais da própria modernização da economia camponesa.

Entretanto, a primeira revolução russa (1905) forçou uma certa revisão na análise de Lenin. Se anteriormente ele previu um processo paralelo de transformação capitalista tanto no latifúndio como na economia camponesa, daí para frente reconheceu a transcendência do processo de "farmerização" como caminho para a evolução agrária, tal como se constatou no caso norte-americano.

Sua posição em relação à reforma agrária pós 1905 demonstra que a mesma não representaria a consolidação de uma economia camponesa que, ao contrário, serviria para consolidar a transição para uma agricultura de cunho capitalista.

Índices de superfície semeada deveriam ceder em importância às análises de utilização de insumos e a seus índices de intensidade no processo produtivo. Através deste enfoque tem-se a possibilidade de identificação de uma agricultura capitalista onde não se detecta, necessariamente, processos de concentração fundiária. Isto pode indicar-nos a presença de um novo ator social, o produtor familiar modernizado, que, por sua vez, será tratado posteriormente.

Outro autor que segue as concepções marxistas é Kautsky. Este, assim como Lenin, também se dedica à análise do desenvolvimento das relações entre produção agrícola e capital, o que, sem dúvida, acabaria por acontecer como em qualquer outra atividade no sistema capitalista.

Kautsky chama a atenção para a importância da tecnologia nesta fase, principalmente no que diz respeito ao processo de industrialização da agricultura, vinculado à grande unidade de produção. Já a pequena unidade de produção, segundo Kautsky, não depende das relações mercantis³ para suprir as necessidades do grupo doméstico, mas com a sua inserção e absorção por parte do mercado, a sua ineficiência torna-se cada vez mais aparente, aumentando a possibilidade, com o passar do tempo, de desaparecer. Atividades de subsistência como: pequenas lavouras, hortas, criação de pequenos animais e indústria doméstica cedem, o já reduzido espaço físico, para lavouras comerciais, diminuindo o grau de autonomia em relação ao mercado e, conseqüentemente, ao próprio capital.

O autor, chama a atenção para algumas formas que podem impedir o completo processo de proletarianização, sendo estas: o “trabalho acessório” e a “auto-exploração do trabalho ao extremo”, as quais, em última análise, segundo Kautsky, asseguram a manutenção pela miséria destas explorações.

O “trabalho acessório” ocorre principalmente, conforme Kautsky, quando ocorre uma excessiva fragmentação das terras e a incapacidade, pela inserção no mercado, de suprir suas necessidades. Nessas condições, o agricultor vai complementar sua renda, geralmente em períodos de pico no processo produtivo agrícola, através do assalariamento temporário fora da sua pequena unidade de produção.

No que diz respeito à “manutenção pela miséria” Sacco dos Anjos (1995, p. 6) ressalta, citando Abramovay:

³ Alguns gastos são adiados ou até mesmo suprimidos, tal é o grau de autonomia do campesinato na gestão dos gastos do cotidiano do grupo doméstico como da unidade de produção.

Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem isso não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer a sua própria subsistência. (ABRAMOVAY, 1992, p.46)

Os autores alinhados ao chamado "marxismo agrário" ortodoxo são também denominados de "descampesinistas", pelo que sinalizam para o campesinato, com o processo de penetração e desenvolvimento das relações capitalistas no campo, o seu desaparecimento.

Mas, conforme chama a atenção Abramovay:

É excessivamente fácil mostrar que as previsões tanto de Lênin, como as de Kautsky, na maior parte dos casos, não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo. (ABRAMOVAY, 1992, p. 47)

Através dos populistas russos⁴, a relevância do conjunto da análise de Marx foi contestada para uma sociedade onde tradições comunitárias permitiram que a economia camponesa resistisse à devastação econômica e moral advindas da penetração capitalista, abrindo outras perspectivas para uma transição ao socialismo baseada nas instituições do próprio campesinato e não do mercado. Estes viam na organização comunal do campesinato um apoio para a transformação social na Rússia, pois acreditavam que a comuna havia preservado a solidariedade natural dos camponeses.

A "Escola da Organização da Produção" da qual Chayanov é, sem dúvida, o maior expoente, descende destes pensadores populistas. Chayanov apresenta, em relação a estes, duas características fundamentais em comum, primeiro a negação da diferenciação social no campesinato e, em segundo o método de análise de dados.

Com o passar do tempo, e a constatação das formas de persistência do campesinato, ocorre uma valorização da tradição populista, contra a qual Lenin se posicionava nos acalorados debates sobre a realidade agrária russa. Convertido em líder da segunda geração de populistas, Chayanov virou um ponto de referência tanto para os teóricos da articulação de um modo de produção camponês, como para os analistas da produção familiar modernizada.

En el pensamiento económico no podremos avanzar tan sólo con las categorías capitalistas, porque una región muy vasta de la vida económica

⁴ Esta corrente de pensamento se caracterizava pela concepção de que a Rússia podia e deveria prescindir da etapa capitalista e constituir uma sociedade socialista com base na força da comuna camponesa e da pequena produção de mercadorias.

(la parte más grande del área de la producción agraria) se basa no en una forma capitalista, sino en la forma completamente diferente de una unidad económica familiar no asalariada. Esta unidad tiene motivos muy especiales para la actividad económica, así como una concepción muy específica de lo que es remunerativo. (CHAYANOV, 1987, p.49)

Chayanov, em seus trabalhos, formulou a teorização sobre as especificidades de uma "lógica camponesa". Segundo ele, a ausência da categoria salário (é muito pequena a parcela de trabalho assalariado em relação ao total do trabalho familiar) faz com que o cálculo econômico do camponês se expresse na busca de um equilíbrio dinâmico entre o dispêndio da força de trabalho e as necessidades de consumo da unidade familiar. Sendo assim, o trabalho não apresenta um valor unitário, mas é medido em função das necessidades de consumo.

Y puesto que en la unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, la composición y el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de familia es uno de los factores principales en la organización de la unidad económica campesina... La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. (CHAYANOV, 1974, p.47)

Desta forma, os processos de expansão e retração da unidade familiar obedecem prioritariamente a uma lógica demográfica, não sendo uma expressão de "diferenciação social" ⁵. Portanto, Chayanov elaborou uma teoria que mostrou a racionalidade da atividade camponesa que anteriormente foi compreendida apenas em termos de sua capacidade para "auto-exploração e subconsumo" ⁶. Em outras palavras, é ponto fundamental de sua teoria o princípio subjetivo da existência de equilíbrio entre a satisfação das necessidades do grupo familiar e a rejeição do trabalho manual além de determinado limite. Este limite é dado pela simples satisfação dos níveis de subsistência, através da produção de "valor de uso". ⁷

Uma das críticas a Chayanov se fundamenta na limitação de terras ao longo do tempo, pois seu aporte teórico foi construído sob a égide de um sistema de terras comunais, no qual, era assegurado a cada família camponesa a ampliação do solo agrícola a ser cultivado de acordo com as suas necessidades de consumo. Outros

⁵ Para Chayanov "a família é uma unidade econômica ocupada em reproduzir seus fatores de produção". (WOORTMANN, 1995, p.30)

⁶ Poderíamos dizer que Chayanov vê "o grupo doméstico como se não existisse a família, isto é, um grupo hierarquicamente organizado em torno de valores culturais e de uma moralidade". (WOORTMANN, 1995, p.30)

⁷ Para aprofundar este encadeamento de argumentos sobre a existência de limites de trabalho, ler

fatores externos e que poderiam afetar a relação de equilíbrio entre consumo / trabalho, também não foram considerados, como a possibilidade de assalariamento externo não agrícola, evidenciado por Sacco dos Anjos (1995):

Ao analisar os modelos teóricos neoclássicos vimos que a lei do equilíbrio subjetivo que preside as escolhas familiares (tão caras ao referencial chayanoviano), sofre interferências efetivas diante da existência de um mercado de trabalho industrial. A possibilidade concreta de remeter um ou mais membros da unidade familiar para o emprego na fábrica poderá decretar uma ruptura na forma convencional de atender as necessidades de subsistência, alicerçadas na auto-exploração do trabalho familiar com base nas atividades agrícolas. (SACCO DOS ANJOS, 1995, p.16)

Outro autor que comunga das noções de Chayanov, embora, segundo Woortmann (1995), se acople a uma perspectiva neomarxista, é Tepicht. Este autor entende que a família se encontra no seio da economia camponesa, que é constituída por uma simbiose entre o empreendimento agrícola e a economia doméstica. Ao analisar as mudanças na economia camponesa, este ressalta que a família se apresenta no interior de um invólucro com dois lados representados pelo coletivismo interno e pelo individualismo externo. Com a expansão da economia de mercado, este invólucro tende a limitar cada vez mais o patrimônio familiar. Mas para o autor a economia camponesa apresenta algumas particularidades relacionadas ao caráter familiar.

Tepicht distingue qualitativamente a força de trabalho existente no interior da unidade familiar. Se para Chayanov este elemento era visto como um contínuo, para Tepicht ocorre uma distinção, segundo o critério “custo de oportunidade”⁸, que articula, no âmbito da unidade camponesa, as “forças plenas” e “forças marginais”.

Mas como bem chama a atenção Sacco dos Anjos (1995)⁹, citando Abramovay:

[...] o resultado a que chega Tepicht não é muito diferente do alcançado por Chayanov: por mais que seja possível discernir as forças internas que determinam o comportamento camponês, a atuação efetiva destas forças depende, antes de tudo, do ambiente social no qual a exploração agrícola se insere. (ABRAMOVAY, 1992, p.72)

Outro autor que, de certa forma, propõe uma releitura da elaboração teórica de Chayanov é Sahlins. O primeiro autor parte da concepção de família nuclear e

KERBLAY (1979).

⁸ “As forças plenas são representadas pelos homens adultos em “idade produtiva”, com possibilidades alternativas no mercado de trabalho e empregada nas atividades principais do empreendimento. ...As forças marginais são representadas pelo trabalho a meio tempo de crianças, velhos e mulheres, isto é, aquelas que podem ser consideradas não transferíveis, e que geram uma renda marginal.” (WOORTMANN, 1995, p.35)

trata esta unidade de análise de forma isolada, já o segundo, considera que o grupo familiar é parte de uma rede de relações, representada pelo parentesco, compadrio e situação de vizinhança. Esta condição é perfeitamente identificável nas formas de ajuda mútua nas épocas de pico do processo produtivo. Outro aspecto também considerado, além da dimensão quantitativa trabalhada por Chayanov, é a relevância de uma dimensão qualitativa no interior do grupo familiar. Elementos como: padrões de hierarquia, divisão de trabalho e questões ligadas a gênero, tornam -se componentes importantes para uma melhor compreensão da dinâmica da unidade de produção familiar.¹⁰

No que diz respeito às relações de parentesco, Woortmann (1995) as considera de fundamental importância para a compreensão das unidades familiares.

Na verdade, a etnografia e a historiografia por mim examinadas indicam que em todas as formações camponesas ocidentais a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relação de parentesco. (WOORTMANN, 1995, p. 40)

Em estudo realizado por Woortmann (1967) na Amazônia brasileira, esta identifica que as relações de parentesco possibilitavam a ajuda mútua em determinadas etapas do processo produtivo, reduzindo a intensidade e penosidade do trabalho dos membros de cada um dos grupos familiares. “A família que recebia ajuda num momento, prestava ajuda em outro momento, seguindo um padrão de reciprocidade. A área cultivada por cada grupo doméstico podia, então, ser maior do que seria se contasse apenas com a sua mão de obra.” (WOORTMANN, 2001, p.10)

Concomitante às questões abordadas por Sahlins, outros autores ressaltam a importância, em seus trabalhos, da questão relativa à herança no seio do grupo familiar. Questões étnicas podem influenciar no sistema de herança, como por exemplo, nas comunidades de origem germânica predomina o maiorato, nas de origem italiana predomina o sistema de minorato. (SACCO DOS ANJOS, 1995; SEYFERTH, 1985; WOORTMANN, 1995; WOORTMANN, 2001)

⁹ ABRAMOVAY apud SACCO DOS ANJOS, 1995, p. 15.

¹⁰ Esta questão está vinculada a determinados estágios e composição da família. “De fato uma família pode ter muitas filhas e poucos filhos, ou vice versa. No limite, poderia ter apenas filhas, ou apenas filhos. Mas o grupo doméstico precisava tanto de uns como de outros, dada a divisão de trabalho por sexo. Cada grupo doméstico vivia, não em isolamento, mas no interior de parentelas, onde filhos podem ser trocados, numa outra dimensão de reciprocidade. Uma família com um ‘excesso’ de filhas cedia uma ou mais a outra família, com um ‘excesso’ de filhos que, por sua vez cedia um ou mais filhos à primeira. [...] Em outras palavras, a cultura permitia corrigir ‘erros’ da natureza.” (WOORTMANN, 1995, p.10)

José Graziano da Silva é outro autor que trabalha a questão da agricultura familiar. Segundo o mesmo, a questão tecnológica¹¹ e a ação do Estado são elementos centrais para a apreensão dos processos e dinâmicas referentes às unidades de produção familiares. Mesmo considerando a diversidade da agricultura familiar¹², esta deve adotar um grau mínimo de inovações tecnológicas, sem o qual estará ameaçada a sua sobrevivência.

O processo de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil, durante muito tempo, relegou este segmento da agricultura a um plano secundário, renunciando à adoção de medidas destinadas a atenuar o processo de proletarianização da mão-de-obra rural e extinção das unidades familiares de produção.

O Estado tem a função de elaborar políticas públicas que reflitam a diversidade da agricultura e considerem a questão da apropriação privada dos resultados do progresso técnico na agricultura, associadas a um conjunto de políticas não agrícolas que ampare os agricultores menos favorecidos, mesmo em situação de recursos escassos (SILVA, 1999). Nesse contexto,

Não se pode considerar o Estado apenas como o mediador dos conflitos de classe e, relativamente, do processo de acumulação. Seria colocar o Estado entre as classes e fora da economia. Mas tampouco se pode tomar o Estado como resultado de uma lógica do capital onipresente e onisciente que nega, na prática, a ação das classes sociais.

Há que se entender que o desenvolvimento capitalista é por si mesmo contraditório: cria e destrói, gera riqueza de um lado e miséria de outro. A luta de classes é a expressão social dessas contradições, as quais se traduzem nas relações de trabalho, na competição entre os capitais. Para não se autodestruírem, os capitais individuais – ou seja, os capitalistas – necessitam de um poder regulador, o Estado. Um Estado que não esteja acima das classes, mas que possa ser apropriado por esses distintos capitais. (SILVA, 1996, p.60)

A exemplo de outros autores (WANDERLEY, ABRAMOVAY e SACCO DOS ANJOS), Neves (1997) critica o determinismo econômico de muitas abordagens que visam estudar a diversidade agricultura familiar, do ponto de vista da análise sobre as formas de inserção nos mercados. Para esta autora, esta forma de tratar os agricultores familiares reforça um reducionismo analítico que desconsidera

¹¹ O autor faz uma diferenciação entre ciência e tecnologia: “[...] o acervo de conhecimento disponíveis constitui o que chamamos de ciência e a aplicação destes conhecimentos a uma determinada atividade produtiva é o que se denomina de tecnologia. [...] Evidentemente, esse conjunto de conhecimentos disponíveis num determinado momento é um produto social, ou seja, a própria ciência depende do nível de desenvolvimento e das necessidades técnicas da sociedade.” (SILVA, 1999, p.15-16)

¹² Segundo SILVA (1999): “Fundamentalmente, o que distingue as empresas familiares das unidades camponesas é o grau incipiente de divisão do trabalho que implica tanto a separação pelo menos parcial do responsável (cuida mais da comercialização ou dirige as máquinas), como no emprego do

elementos fundamentais constitutivos desta categoria social, como a luta por acesso a terra, a busca por bens móveis e de caráter simbólico e o esforço por garantir suas condições de existência.

Conforme Neves, um único critério¹³ não deve ser ressaltado em detrimento dos demais, pois é necessário considerar que existem especificidades entre o que se denomina de “unidade de produção”, geralmente representada pelo econômico, e “unidade familiar”, que ressalta o aspecto social. Estas dimensões possuem interfaces que, associadas à questão local, nos permitirão um processo de apreensão da realidade de um modo mais amplo. Desta forma tem-se claro o surgimento de um outro agente, com suas diversidades, o qual se diferencia das concepções de camponês e de agricultor modernizado. A agricultura familiar representa um tipo de exploração capaz de adaptar e, portanto, persistir em ambientes onde se tem o predomínio das relações de produção de cunho capitalista.

Wanderley (1999) diferencia-se de Neves (1995) ao considerar que as estratégias adotadas pela agricultura familiar possuem uma forte presença de práticas e de elementos simbólicos que remontam ao passado. Desde sua perspectiva, que estas estratégias são redefinições de aspectos que se mantêm desde o campesinato original. Diferentemente do entendimento de Neves (1995), Wanderley não atribui à agricultura familiar o surgimento de um novo agente na sociedade, compreendendo-a como o campesinato redefinido no marco de um novo contexto:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos **enfrentam** novos desafios com as **armas** que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. (WANDERLEY, 1999, p.37 – grifos no original)

trabalho assalariado em forma constante.” (SILVA, 1999, p.215)

¹³ A autora em um artigo onde analisa os desdobramentos das práticas e representações sociais de trabalhadores assalariados da agroindústria canaveira, no município de Campos (RJ), diante do processo de deslocamento dessa posição para a de agricultores familiares ressalta: “Compreendendo a diferenciação como constitutiva e subjacente às diversas posições sociais, como expressão de deslocamentos sociais provocados por processos mais gerais pela ação dos próprios agentes diante do jogo de forças cambiantes e concorrentes, ela mesma provocando desdobramentos diferenciadores, a análise sob este prisma é fundamental ao estudo do processo de mudança social dos assalariados em produtores agrícolas autônomos. Para tanto, é preciso ultrapassar a restrita valorização do aspecto econômico e incorporar as dimensões políticas e ideológicas no entendimento das diferenciadas posições, dirigindo a análise para o campo de disputas dos agentes relacionados entre si.” (NEVES, 1997, p.12)

Um outro estudioso que se dedica a questão da agricultura familiar e aos novos cenários que se configuram no *agro* brasileiro é Sacco dos Anjos. Este autor integra uma vertente de pesquisadores brasileiros¹⁴ identificados com o esforço de investigar aspectos vinculados à questão da ruralidade e suas novas configurações, principalmente no que diz respeito à importância de atividades e rendas não agrícolas neste espaço social. O fenômeno da pluriatividade, que segundo Sacco dos Anjos (2003), era visto como algo presente apenas em alguns países industrializados, é identificado, também, no Brasil meridional. Nesta parte do país, segundo busca evidenciar, cada vez mais as famílias rurais lançam mão de estratégias de reprodução social que mesclam atividades agrícolas e não agrícolas, sendo estas desenvolvidas dentro ou fora de suas unidades de produção. Desta forma, os estudos sobre as perspectivas e potencialidades da agricultura familiar, como também a própria análise do processo de desenvolvimento rural ganha um novo viés.

Parece igualmente importante discutir e examinar as influências da pluriatividade sobre o processo de herança e sucessão nas unidades produtivas. É mister observar que o exercício destas atividades, tal como analisam certos estudos (SEYFERTH, 1985; SACCO DOS ANJOS, 1995) pode ou não favorecer a flexibilização do processo de transmissão do patrimônio familiar e a reprodução material do grupo doméstico no longo prazo. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.84)

No rol das transformações do *agro* brasileiro, no final dos anos 90, particularmente no que toca à crescente importância das rendas ditas não agrícolas para a agricultura familiar, tem-se as que dizem respeito aos desdobramentos da promulgação da Constituição do Brasil de 1988 que adota a lógica da universalização dos direitos sociais, dentre estes o acesso e uniformização do tratamento dispensado às categorias (rural / urbano e homem / mulher) no marco da previdência social rural. Este montante de recursos vai interferir, sem dúvida nenhuma, nas estratégias de reprodução social da agricultura familiar, tema este correspondente ao objeto fundamental da presente investigação.

Há que se ressaltar que em grande medida as investigações que tratam sobre o tema agricultura familiar reconhecem a sua diversidade mas, em contra partida, suas formas de análise e classificação são invariavelmente centradas em aspectos estritamente econômicos. Deve-se, portanto, acrescentar a esta dimensão outros elementos de fundamental relevância como relações de parentesco, questões

¹⁴ SCHNEIDER (1999), SCHNEIDER (2003) e CARNEIRO (1998).

de gênero, sistemas de herança, sistemas de saber específicos, dentre outros elementos atinentes ao universo da agricultura familiar.

Considerando as ponderações realizadas até então, o conceito de agricultura familiar adotado para este trabalho é o estabelecido por Gasson e Errington (1993) e referenciado por Sacco dos Anjos (2003):

[...] os traços essenciais da agricultura familiar são: a) gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, finalmente, f) os membros da família vivem na unidade produtiva. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.43)

1.2 O espaço social: aspectos gerais referentes ao município de Morro Redondo

O município do Morro Redondo, antigo oitavo distrito de Pelotas¹⁵, foi criado em 12 de maio de 1988, pela lei nº 8.633, localizando-se¹⁶ na região sul do Rio Grande do Sul, distante 285 Km da capital do estado e a 42 Km do município pólo da região, que é Pelotas. Este recebe esta denominação devido a um morro existente na localidade, cuja forma apresenta-se arredondada.

A área total do município é de 244,6 Km², apresentando os seguintes limites territoriais: ao norte com o município de Pelotas, ao sul com o município do Capão do Leão, ao leste com os municípios de Pelotas e Capão do Leão e ao oeste com os municípios de Pedro Osório e Canguçu.

O município é constituído por dezessete (17) localidades, sendo estas: Açoita-cavalo, Afonso Pena, Capela da Buena, Cerro da Buena, Colônia, Colônia Cachoeira, Colônia Campestre, Colônia Catita, Colônia Colorado, Colônia Santa Bernardina, Colônia Santo Amor, Colônia São Domingos, Colônia São Pedro, Passo da Estiva, Passo da Reserva, Passo do Valdez, Passo do Vieira e Rincão da Caneleira (Figura 1).

O Morro Redondo apresentou no ano de 2000, segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), uma taxa de analfabetismo de 12,23 % e uma expectativa de vida ao nascer de 71,6 anos.

¹⁵ Segundo a lei nº 1.505 de 1965.

¹⁶ O município apresenta as seguintes coordenadas: 31º 33' 45" latitude sul e 52º 41' 15" longitude oeste.

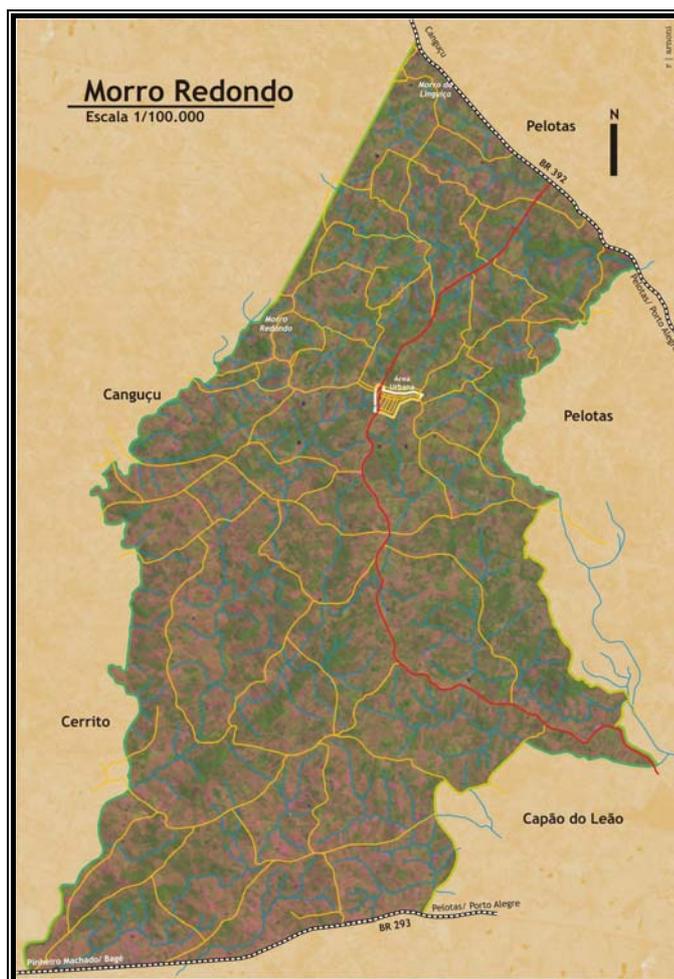


Figura 1 Mapa ilustrativo do Município de Morro Redondo, 2006.
 Fonte: Imagem de satélite LANDSAT ETM+, Bandas RGB 543 , Órbita/Ponto 221/82, em 24/02/2000. Earth Science Data Interface/GLCF. Base vetorial desenvolvida por Rafael Klumb Arnoni em Nov/2006. Datum horizontal: SAD 69. Sistema de projeção: UTM.

A densidade demográfica em 2004 é de 24,2 hab/km². A Tabela 1 mostra a evolução da população total, urbana e rural na última década. No período compreendido entre os dois últimos censos (1991 e 2000) a população total decresceu 1,17% em termos absolutos.

Com base nos dados da Tabela 1, pode-se afirmar que mesmo com um pequeno decréscimo na população rural, esta ainda é amplamente predominante no município, diferentemente da situação do estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2000 esta unidade federativa apresentava uma taxa de urbanização de 81,6 %, enquanto que no município do Morro Redondo essa era de apenas 35,9%. Esta situação vem reafirmar a importância do espaço social rural para o município.

A etnia predominante é a alemã, seguida pela italiana e portuguesa.

No que diz respeito ao clima, predomina o subtropical, semi-úmido, com

estações bem definidas e ocorrência de geadas fortes no inverno e freqüentes no outono e na primavera, sendo que o frio extemporâneo não chega a prejudicar as culturas de verão. A precipitação anual média no ano de 2000, segundo a Estação Meteorológica da Universidade Federal de Pelotas, foi de 1953 mm, irregularmente distribuídos. Conforme os dados dos últimos dez anos, tem-se a possibilidade de ocorrência de estiagem nos meses de abril, dezembro e janeiro (EMATER, 1997).

Tabela 1: População urbana, rural e total em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

POPULAÇÃO	ANOS					
	1991		1996		2000	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Urbana	2048	33,74	1977	33,18	2151	35,85
Rural	4022	66,26	3981	66,82	3848	64,15
Total	6070	100,00	5958	100,00	5999	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000 (IBGE).

A rede hidrográfica do município não possui rios, somente arroios e riachos, como os arroios Cadeia, da Serra, Valdez, do Ouro, Pinheiro, Palha Branca, São Domingos, dos Porcos, Taquara e Moreira.

Com relação à fauna algumas espécies existentes sofreram uma diminuição numérica, até mesmo chegando quase à extinção na área do município, devido ao desmatamento e a carência de alimentos específicos a cada uma destas. As mais encontradas atualmente são: perdiz, lebre, tatu, jacú, pombas, mão-pelada, ouriço, preá, zorrilho, dentre outras (EMATER, 1997).

No que se refere à mata nativa, tem-se uma relativa diminuição da diversidade de espécies, apesar da existência de um processo de recuperação de matas ciliares, vinculado à conscientização da população e às normas e leis ambientais. As principais espécies nativas presentes são: cedro, açoita cavalo, camboatá, capororoca, guajuvira, guabijú, figueira, tarumã, dentre outras (EMATER, 1997).

Segundo Cunha (1996) os principais solos ocorrentes na área do município de Morro Redondo são: podzólico vermelho-amarelo eutrófico, podzólico vermelho-

amarelo distrófico, podzólico bruno acinzentado distrófico, bruno acinzentado eutrófico e regossolo eutrófico. Na atual classificação brasileira de solos (EMBRAPA, 1999) estes solos correspondem, respectivamente a: argissolo vermelho eutrófico, argissolo vermelho-amarelo distrófico típico, argissolo amarelo distrófico, luvissole crômico órtico típico e neossolo regolítico eutrófico léptico. Estes ocorrem isoladamente ou em associações. Tem-se em algumas áreas de terras altas a presença de afloramentos rochosos.

As classes e sub classes de capacidade de uso das terras das unidades geomorfológicas¹⁷ apresentam a seguinte distribuição: 62,3% são classe IVse, 35,7% são classe IIIse e 2,0% são classe VIIIse. Cabe ressaltar a presença de erosão laminar, principalmente em áreas onde predomina a classe IIIse associada a um sistema de uso intensivo (CUNHA, 1996).

1.3 O problema de pesquisa

Do ponto de vista histórico, a formação da agricultura familiar no Rio Grande do Sul tem por marco fundamental o assentamento de colonos alemães, chegados ao Estado em julho de 1824 e durante toda a segunda metade do século XIX. Este processo coincide com a promulgação da Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854). Com esta lei, ocorre a substituição da concessão pela venda, pois toda terra devoluta no país, a partir daí, só poderia ser objeto de apropriação através de uma relação de compra e venda. Justificava-se tal mudança com base no suposto de que a renda gerada por este processo seria destinada para custear o assentamento de imigrantes europeus no país.

Conforme Lando e Barros (1976), os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Estas colônias se localizavam próximas de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça à hegemonia política e econômica dos grandes proprietários.

¹⁷ O sistema utilizado é o proposto pelo Serviço de Conservação do Solo dos Estados Unidos da América (USDA).

Como se pode constatar, a imigração europeia no sul do país vem a ser o embrião da pequena produção (camponesa) implantada nesta região.¹⁸

Os imigrantes - principalmente de origem germânica - que se deslocam para o município de Pelotas, principalmente para o espaço territorial onde hoje se localiza o município do Morro Redondo¹⁹, estabelecem-se em pequenas unidades de produção, tendo como base produtiva a policultura (pêssego, milho, batata, feijão e outros), associada à pecuária de pequeno porte, e à utilização da força de trabalho familiar.

Embora a produção fosse orientada para satisfazer as necessidades básicas da família, o imigrante mantinha alguns produtos agrícolas com características mercantis, orientados para o incipiente mercado urbano. A produção artesanal de doces e conservas, como a de ferramentas e equipamentos agrícolas, faziam parte desta produção camponesa, não apenas como atividades complementares à produção agropecuária, mas com o objetivo de comercialização.

Com o passar do tempo, nessas pequenas unidades de produção, estabeleceu-se uma divisão entre o artesanato e a agricultura, conforme demonstra Grandó (1990), em seu trabalho baseado numa pequena comunidade de camponeses de origem francesa localizada no município de Pelotas.

Mas anteriores aos engenhos de arroz são as fábricas artesanais de doces, passas e conservas de frutas e legumes que surgiram em Pelotas, nos dois últimos decênios do século passado, desenvolvidas a partir do campesinato ali formado. Essa indústria, ao contrário da vitivinicultura do Rio Grande do Sul, não teve o caráter de uma atividade familiar para auto-abastecimento. Esteve, desde o princípio, integrada na estrutura de uma economia comercial. Pôde contar com um mercado urbano já firmado e com certo grau de sofisticação. Graças às relações comerciais já amplamente estabelecidas pela economia local inseriu-se no mercado nacional, onde o produto ganhou renome pelo volume e quantidade. (GRANDÓ, 1990, p.104)

Como se pode constatar, por um certo período a produção artesanal de doces e conservas foi uma das fontes mais importantes de ingresso econômico na unidade camponesa de Pelotas e do atual município de Morro Redondo.

A autora também salienta que:

¹⁸ Neste estudo, assumimos que pequena produção e produção camponesa têm o mesmo sentido. No Rio Grande do Sul existiu uma estreita relação entre a política de colonização e a questão da terra. Já no caso de São Paulo, o papel do fluxo migratório, com origem na Europa, se identifica com o fornecimento de braços para a grande lavoura, demonstrando a existência de uma perspectiva que privilegiou uma relação entre política de colonização e substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado.

¹⁹ Convém lembrar que o Morro redondo era um antigo distrito de Pelotas, emancipado em 1988.

Segundo a Fundação de Planejamento Urbano e Regional de Pelotas (FUPURP), o final dos anos 60 marca o início de uma clara concentração industrial no ramo de produtos alimentícios em Pelotas, com base numa produção industrial mais elaborada, que concorre para a destruição da produção de pequena escala, sobretudo a artesanal... Nesse movimento está embutido, de um lado, um processo de absorção de pequenas e médias empresas por empresas maiores e, de outro, o simples fechamento de fábricas artesanais por órgãos estatais competentes que agiram de acordo com as diretrizes de uma política econômica implantada, sob a alegação de que os estabelecimentos não tinham condições de higiene para operar. (GRANDO, 1990, p. 112)

Concomitantemente a este processo de concentração, dá-se a implementação de um modelo desigual de modernização da agricultura com base na adoção de um pacote tecnológico que suscitou a alteração da base técnica da agricultura e gerou profundas transformações nas formas de produção agrícola.

Este processo de alteração da base técnica da agricultura estava assentado na incorporação ao processo produtivo de insumos ligados ao capital industrial e que acarretam o aumento da produtividade da força de trabalho, como fertilizantes inorgânicos de alta solubilidade, agrotóxicos, sementes melhoradas, máquinas e implementos.

Como decorrência da concentração do setor agroindustrial, baseado na transformação da produção de frutas e legumes e da modernização da agricultura, foram reduzidas as condições, até então existentes, de reprodução²⁰ da unidade de produção familiar.

Possivelmente, com as condições de reprodução sendo reduzidas, a unidade de produção familiar procurará em outros setores e atividades os mecanismos que assegurem a sobrevivência da própria família e a viabilização da unidade de produção.

Segundo Wanderley (1999):

No Brasil, a construção de um espaço camponês se efetuou, na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, da estrutura européia, antes considerada, capaz de fechar o círculo da subsistência. (WANDERLEY, 1999, p.39)

Este nível de precariedade, característico do processo de formação e difusão da unidade produtiva de base familiar, dificulta a consolidação de um

²⁰ A reprodução engloba o processo de produção - que se repete periodicamente - e as condições que se encontram fora da própria produção, as quais são imprescindíveis para a continuação da

processo de reprodução social e do patrimônio familiar. Os agricultores brasileiros, diante desta realidade, procuraram estratégias alternativas de geração e complementação de renda, que podem envolver a subordinação à grande unidade de produção agrícola, o exercício da pluriatividade e processos migratórios temporários ou permanentes.

O acesso à políticas públicas, entre as quais figura a previdência social rural, estabelece um elemento novo no quadro de referências da população do campo. Neste contexto:

A dimensão socioeconômica desse setor e o impacto desse seguro de renda sobre o setor rural, principalmente sobre o seu segmento familiar, constitui uma novidade histórica que precisa ser melhor conhecida. (DELGADO & CARDOSO Jr, 2000, p. 4)

Considerando o agricultor familiar uma categoria social relegada historicamente a um segundo plano de prioridades - pelo menos no que diz respeito à políticas públicas - e a implementação do caráter universalizante dos direitos sociais, cabe questionar-se: (a) se o acesso aos benefícios da previdência social rural interfere, ou não, na organização e forma de produção da agricultura familiar do município; (b) se esta política pública, a previdência social rural, modifica ou pode modificar estratégias de reprodução social do segmento da unidade doméstica familiar no espaço social em questão; e (c) se a renda gerada pelo acesso aos benefícios pecuniários (aposentadoria e pensão) pode representar um importante eixo de sustentação das atividades econômicas do município do Morro Redondo, localizado na região sul do Rio Grande do Sul.

Torna-se relevante ressaltar que esta investigação parte de duas grandes premissas fundamentais, sendo estas sinalizadoras para o caminho a ser percorrido no processo de reflexão científica:

1º) A agricultura familiar indiscutivelmente representa a forma majoritária de produção no município de Morro Redondo. Entrementes, os estudos exploratórios que desenvolvemos e a própria experiência acumulada ao longo de nosso contato com a realidade concreta regional dão conta de que são inúmeros os problemas enfrentados pelas famílias rurais em termos da estrutura de oportunidades e da obtenção de fontes de ingresso econômico para viabilizar a reprodução social das famílias rurais no marco estrito da agricultura. São estas as constatações de estudos

recentes (SCHNEIDER, 1999; 2003; GRAZIANO DA SILVA, 1999; SACCO DOS ANJOS, 1995 2003, entre outros) que apontam para a importância crescente de outras atividades geradoras de renda, particularmente no âmbito dos Estados da Região Sul do Brasil. No centro deste debate há que ponderar também o papel que vem sendo exercido pelas transferências de recursos públicos para distintos setores da população. É exatamente nessa dimensão que se encontra a previdência social rural na perspectiva de garantir a manutenção de um amplo setor da agricultura familiar, segundo mostram alguns autores (DELGADO, 2000), no sentido de servir de instrumento de financiamento da própria agricultura.

2º) Os recursos oriundos da previdência social rural representam um poderoso instrumento de distribuição de renda e redução das desigualdades sociais. No contexto dos pequenos municípios brasileiros, como é precisamente o caso de Morro Redondo, os recursos previdenciários adquirem um papel transcendental do ponto de vista da economia local. Com base neste suposto é de admitir que as mudanças recentes, produzidas a partir da constituição de 1988 e da legislação complementar de 1993, tenham repercutido enormemente no plano das comunidades rurais. É no bojo desta reflexão que começa a se intensificar o número de estudos e pesquisas sobre os impactos da previdência social. No extremo sul gaúcho, malgrado a enorme importância da agricultura familiar, são poucas as investigações comprometidas com esta temática.

1.4 Hipóteses de trabalho

- 1.4.1 O acesso aos benefícios da previdência social rural interfere na organização e forma de produção da agricultura familiar de Morro Redondo;
- 1.4.2 A previdência social rural se apresenta como um das estratégias de reprodução social do segmento da unidade doméstica familiar no espaço social em questão;
- 1.4.3 A renda gerada pelo acesso aos benefícios pecuniários (aposentadoria e pensão) representa um importante eixo de sustentação das atividades econômicas do município do Morro Redondo.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto é contribuir para a construção do conhecimento relativo à avaliação sobre o impacto da extensão dos direitos previdenciários aos agricultores familiares, bem como identificar e analisar as transformações, principalmente no que diz respeito à dinâmica do processo de reprodução social, no âmbito da agricultura familiar e o seu impacto no município do Morro Redondo, localizado na metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

1.5.2 Objetivos específicos

- 1.5.2.1 Identificar se o acesso aos benefícios geram transformações na organização e na forma de produção na unidade familiar;
- 1.5.2.2 Verificar se os benefícios oriundos da previdência social rural são destinados para o processo de reprodução social da unidade doméstica;
- 1.5.2.3 Caracterizar e analisar os impactos advindos pelo acesso à previdência social rural nas unidades de produção familiar no município do Morro Redondo.

1.6 Justificativa

A ampliação de direitos sociais resulta em um outro contexto para a realidade social do meio agrário. O surgimento do que podemos denominar de “segmento dos aposentados e pensionistas rurais” interfere consideravelmente nas relações sociais de base familiar, como também nos espaços sociais onde se encontram inseridas.

As implicações de natureza sócio-econômica, política ou eminentemente acadêmicas, relacionadas à este cenário, devem ser entendidas e explicadas.

A previdência social rural é muito importante no extremo sul do país, particularmente na microrregião de Pelotas onde inúmeras unidades de produção

rurais que dependem desta fonte de ingresso econômico, além do fato de ser absolutamente crucial conhecer o impacto dessa política pública como indutora do desenvolvimento regional e esteio das condições de vida nas pequenas localidades. Sendo assim, torna-se necessário o investimento em novos estudos que realizem uma abordagem ampla sobre esta realidade, especialmente no que toca à destinação dos recursos, se basicamente restrito à sustentação material dos indivíduos, como algumas pesquisas apontam, ou para o financiamento indireto das atividades produtivas.

Acredita-se que ao possibilitar uma maior compreensão da realidade do município de Morro Redondo, o estudo poderá contribuir para a formulação de estratégias de ação - políticas públicas municipais e programas e projetos de desenvolvimento direcionados a determinados grupos beneficiários - que possam levar a um equacionamento dos problemas relativos à questão da reprodução social da agricultura familiar local.

Colocado nestes termos, é de supor que a relevância desta investigação se encontre plenamente justificada, assim como de futuros estudos orientados para o aprofundamento do entendimento referente à este objeto de estudo.

1.7 Método

O presente trabalho de investigação faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo denominado “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade”, contemplado na Chamada 004/2001 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No marco dessa investigação aparecem elementos identificados com os pressupostos definidos por Minayo et al (1994), que estabelece:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta as atividades de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. [...] As questões da investigação estão, portanto, relacionada a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São fruto de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e objetivos. (MINAYO et al, 1994, p.17)

Consoante aos objetivos desse estudo, optou-se por um certo conjunto de critérios que configuram previamente as categorias envolvidas na investigação

referente ao espaço social em questão, o município do Morro Redondo, RS.

Quatro elementos conceituais são fundamentais de serem caracterizados, para que se tenha uma a aceção do termo “agricultura familiar” utilizado nesse trabalho. Primeiro, entende-se por **unidade de produção** à referência que se faz aos indivíduos e famílias que detêm a propriedade de um pedaço de terra, em sua maioria áreas pequenas, destinadas tanto a pastagens como lavouras, e que desenvolvem ali alguma prática econômica, explorando ou transformando os recursos disponíveis, quer sejam de origem animal ou vegetal, incluindo-se benfeitorias existentes. Em segundo, o **grupo doméstico** diz respeito a um grupo de indivíduos que dividem entre si um mesmo espaço – não necessariamente a mesma habitação – e que em sua maioria encontram-se reunidos mediante laços de parentesco e consangüinidade. Em alguns casos, podem absorver outros indivíduos não-consangüíneos através de adoção. A **unidade de residência** se refere ao local compartilhado pelos indivíduos de uma mesma família. A **unidade de consumo** se refere a uma família que trabalha e produz sob regime familiar, isto é, onde todos os seus membros compartilham entre si receitas e despesas, quer sejam individuais ou coletivas, onde o trabalho, sob as suas mais variadas formas, tanto em atividades agrícolas como não-agrícolas, praticados dentro ou fora da propriedade, são essenciais para a manutenção alimentar e material do grupo.

O projeto de pesquisa apresentado ao CNPq trata-se de um estudo comparativo entre quatro grandes zonas da geografia gaúcha (Figura 2), identificadas com as microrregiões de Caxias do Sul, Cerro Largo e Frederico Westphalen e Pelotas²¹, tendo como estudo de casos referenciais, respectivamente, as localidades de Veranópolis, Salvador da Missões, Três Palmeiras e Morro Redondo.

Na execução do trabalho de campo, particularmente no que toca à aplicação de questionários, lançamos mão de um processo de amostragem cujo esforço consistiu em assegurar a representatividade dos estabelecimentos familiares em cada estudo de caso²². Em Morro Redondo houve certa dificuldade em demarcar o

²¹ A microrregião Pelotas é composta pelos seguintes municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul, Turuçu (Figura 3).

²² O “estudo de caso” é uma forma de estratégia de pesquisa intensiva onde é levada em consideração, principalmente, a descrição e a compreensão de fenômenos sociais complexos, através das relações dos fatores em um contexto social selecionado. No estudo de caso tem-se: “[...]a capacidade de se lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional”.

universo de explorações familiares em face da inconsistência das fontes de informação disponíveis. Na aproximação realizada constam os dados do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o cadastro de imóveis rurais fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o cadastro elaborado pelos agentes do Programa de Saúde Familiar (PSF) e o rol das unidades familiares enumerados no cadastro da EMATER relativo ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). À primeira vista, constatou-se a limitação no uso de cada uma delas, observando-se, a diferença entre os números de famílias cadastradas pelo PSF, 1283, e o número fornecido pelo IBGE, que indicava 745 estabelecimentos.

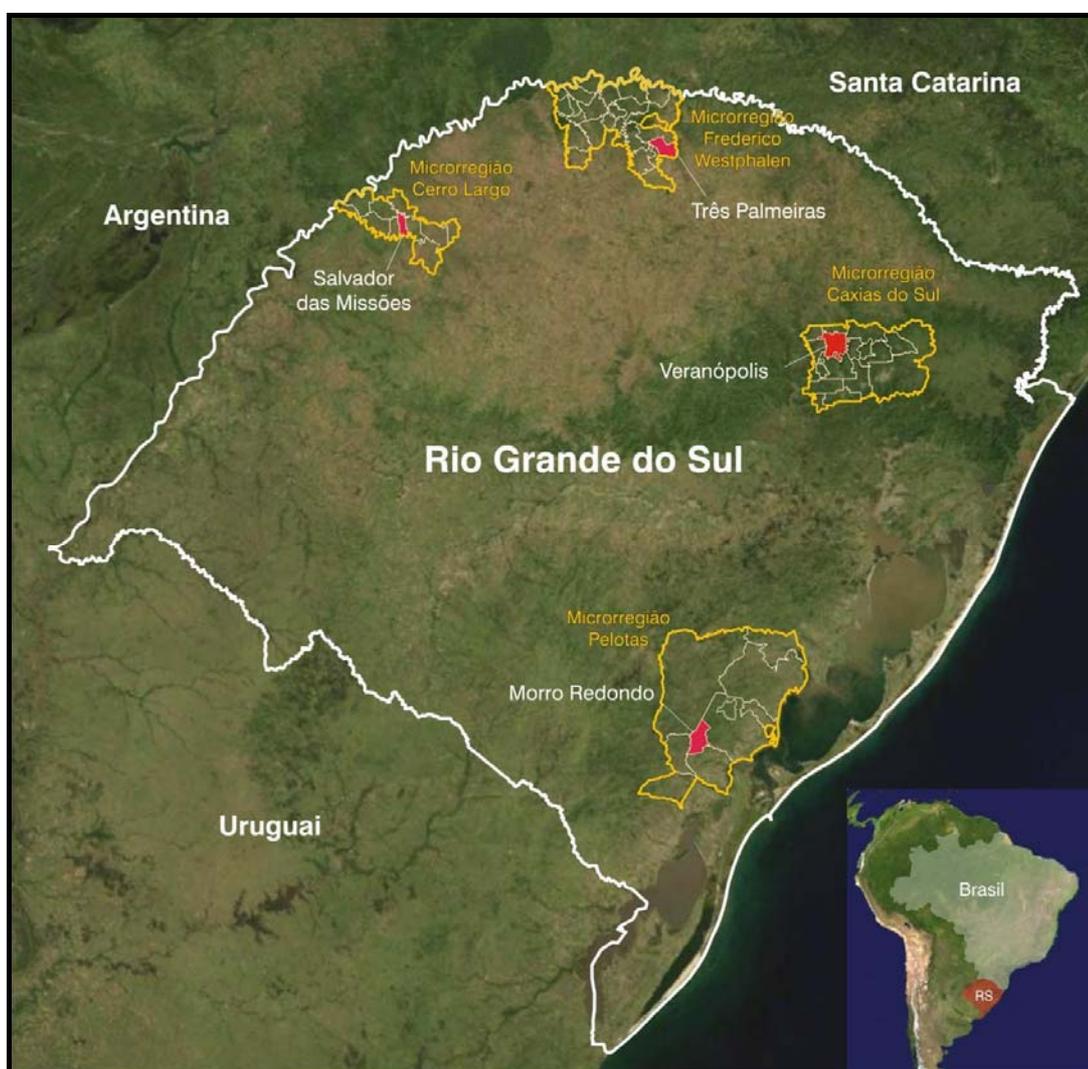


Figura 2: Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul com destaque para as microrregiões e município que constituíram os estudos de caso.

Fonte: A partir das imagens da NASA, University of Maryland e IBGE (2006).

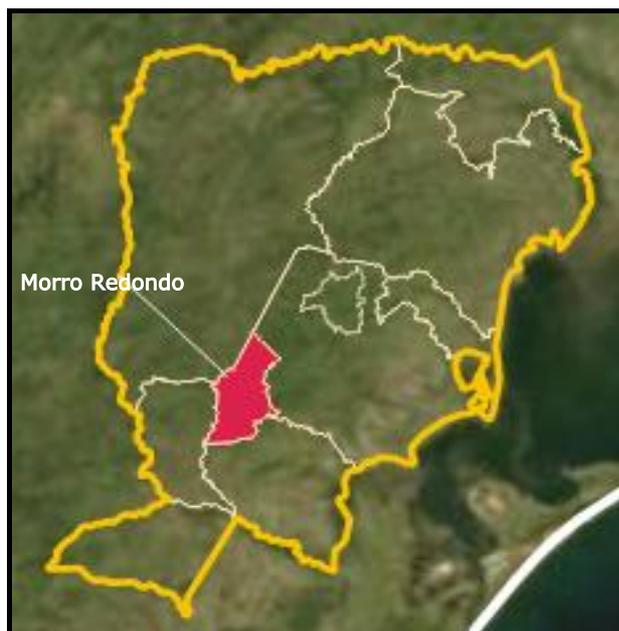


Figura 3: Mapa ilustrativo do Microrregião Pelotas com destaque para o município de Morro Redondo.

Fonte: A partir das imagens da NASA, University of Maryland e IBGE (2006).

Dada à escassez de fontes alternativas e igualmente confiáveis, procedeu-se à conciliação das informações relativas ao PRONAF – que indicavam uma abrangência de 80% do total de agricultores familiares de Morro Redondo – com o número de estabelecimentos rurais por setor censitário fornecido pelo IBGE²³. A análise e o cruzamento dos dados considerou os 498 agricultores contratantes do PRONAF e resultou a escolha dos 62 (sessenta e dois) elementos da amostra que representam aproximadamente 10% do total de estabelecimentos por município.

²³ Além dessas características, também se observou, para fins deste trabalho as seguintes condições: (a) no período corresponde ao estudo, ano agrícola 2001/2002, a contratação de mão-de-obra externa, temporária ou permanente, deve-se limitar, em proporção, à força de trabalho despendida pela própria família; (b) o tamanho das propriedades rurais não devem exceder a 6 (seis) módulos fiscais, definindo-se *módulo fiscal* como a porção de terra que é capaz de garantir a sustentação social do agricultor e sua família, considerando-se essa dimensão de acordo com a região e o tipo de atividade exploradora, conforme entendido no Estatuto da Terra, Lei n° 4504, de 30/11/1964; (c) são passíveis de seleção os agricultores familiares que embora não detenham o título definitivo de posse da terra, exploram-na mediante situações de arrendamento, total ou parcial, ou como meeiros, parceiros, etc.; (d) incluem-se também os grupos domésticos compostos exclusivamente por aposentados, pressupondo-se uma dada quantidade mínima de produção destinada ao autoconsumo ou mesmo à venda de produtos, em que se considera ainda a receita de atividades agrícolas ou não-agrícolas, eventualmente obtidas e (e) os sítios de fim de semana ou mesmo as unidades destinadas ao lazer e recreação são descartados do universo de amostra. A exceção são aquelas unidades onde indivíduos ali residentes na condição de inquilinos terminam por estabelecer algum tipo de relação com os proprietários, quer seja na condição de parceiros ou arrendatários, e que de alguma maneira são capazes de operar sob regime de relativa autonomia, embora pagando pelo uso da terra, ora em espécie ora em parte da produção. Em síntese, o estudo procura focalizar as unidades de produção conduzidas, essencialmente, pela força de trabalho familiar ou do grupo doméstico, observados os laços de consangüinidade e parentesco entre seus membros.

Assinala-se, nesse ponto, que tanto o tamanho n da amostra quanto a sua representatividade foram estabelecidos *a priori* no contexto do Projeto anteriormente mencionado e que subjaz a essa investigação em particular. Este procedimento inicial e o ajuste efetuado encontram-se, posteriormente dispostos, nos quadros 1 e 2.

No que diz respeito ao tipo de amostragem, utilizou-se a modalidade denominada “Amostragem Sistemática por Comunidade / Localidade”, em que o erro amostral pode ser aproximado ao da “Amostragem Aleatória Simples”. Este tipo além de permitir a manutenção da aleatoriedade, considera que todas as comunidades participam da amostra. Não se teria essa garantia caso se utilizasse a “Amostragem Sistemática” para o município, uma vez que o sorteio poderia eliminar toda uma comunidade. Já no processo selecionado, o sorteio se dá para todas as comunidades, não se limitando ao começo da amostra.

Decorre ainda que o intervalo sistemático válido é o de cada comunidade em particular, variando em função de seu tamanho relativo, sendo que, resumidamente, esse procedimento apresenta as seguintes etapas: (a) divide-se o município em setores ou comunidades, levando-se em conta informações próprias ou de residentes locais, considerando que cada setor participa da amostra com o respectivo peso proporcional de seu número de famílias. É gerado, a partir disso, um número máximo x de questionários por região; (b) divide-se esse x (n) pelo total de famílias rurais do município (N), gerando um número percentual. É esse percentual que determinará o número de famílias a serem entrevistadas em cada setor ou comunidade; (c) estabelece-se o sentido da contagem a ser considerado na escolha das famílias; (d) a partir do conhecimento do número de famílias a serem entrevistadas por comunidade, gera-se um número aleatório que indicará qual a família a ser a primeira entrevistada em cada caso. Nesse sorteio, consideram-se os critérios da “Amostragem Sistemática por Comunidade”, em que se divide N/n para se obter o intervalo máximo, onde aí é sorteado um número dentro desse intervalo. Os quadros 1 e 2 expõem o processo realizado para o município do Morro Redondo – RS.

Definida a amostra, o recolhimento de dados primários, se deu, em um primeiro momento, através da utilização da técnica de entrevista estruturada²⁴ via

²⁴ Este tipo de entrevista, a estruturada, se dá a partir de uma relação fixa de perguntas e de ordem invariável para todos os elementos da amostra, possibilitando a análise estatística dos dados já que

questionário semi aberto aplicado sobre os estabelecimentos familiares componentes da amostra.

Quadro 1: Amostragem inicial em Morro Redondo - RS, excluindo-se a área urbana.²⁵

Setor Censitário	Nº de famílias	%	Nº	Intervalo	1º sorteado	Famílias sorteadas por setor censitário
3	116	9,6398	10	12	5	5,17,29,41,53,65,77,89,101,113
4	109	9,0581	9	12	7	7,19,31,43,55,67,79,91,103.
5	83	6,8975	7	12	10	10,22,34,46,58,70,82.
6	73	6,0664	6	12	11	11,23,35,47,59,71.
7	55	4,5706	5	11	2	2,13,24,35,46.
8	111	9,2243	9	12	7	7,19,31,43,55,67,79,91,103.
9	101	8,3933	8	13	6	6,19,32,45,58,71,84,97.
10	74	6,1495	6	12	4	4,16,28,40,52,64.
Total	722	59,9996	60			

Quadro 2: Versão final do processo de amostragem por comunidade, no município de Morro Redondo, RS.

Comunidades do Morro Redondo*	Nº de Agricultores
Afonso Pena	01
Capela da Buena	02
Cerro da Buena	02
Colônia Açoita-cavalo	01
Colônia Cachoeira	02
Colônia Campestre	05
Colônia Catita	01
Colônia Colorado	13
Colônia Santa Bernardina	04
Colônia Santo Amor	03
Colônia São Domingos	07
Colônia São Pedro	02
Passo da Estiva	05
Passo da Reserva	06
Passo do Valdez	03
Passo do Vieira	02
Rincão da Caneleira	03
Total	62

(*) Ver Figura 4.

as respostas obtidas são padronizadas. (GIL, 1991)

²⁵ Os valores obtidos em (%) são arredondados em (n) segundo procedimentos do software MS-Excel.

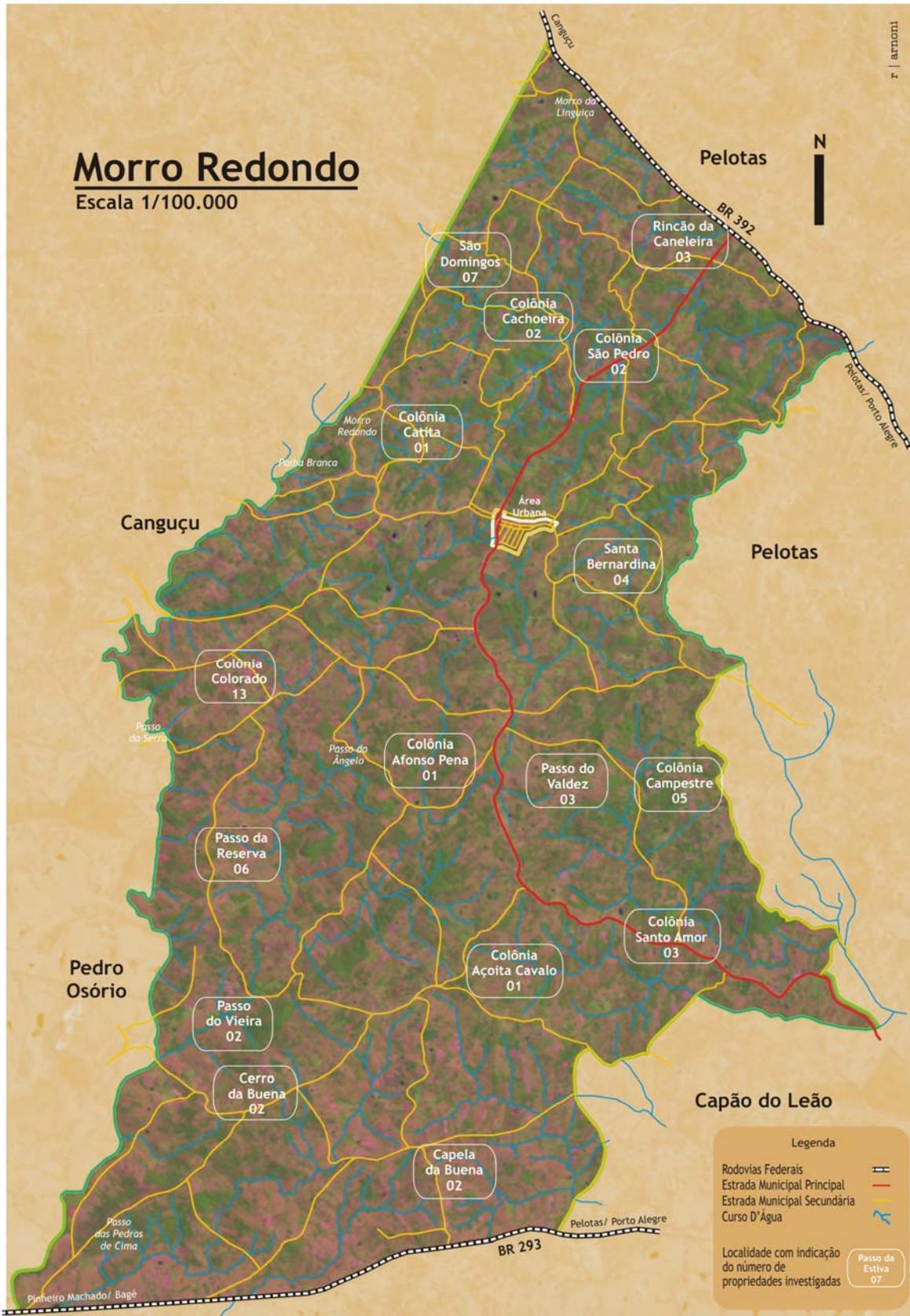


Figura 4: Mapa do Morro Redondo com a espacialização das comunidades que fizeram parte do presente estudo.

Fonte: Imagem de satélite LANDSAT ETM+, Bandas RGB 543, Órbita/Ponto 221/82, em 24/02/2000. Earth Science Data Interface/GLCF. Base vetorial desenvolvida por Rafael Klumb Arnoni em Nov/2006. Datum horizontal: SAD 69. Sistema de projeção: UTM.

Em um segundo momento, e em conformidade com os objetivos desse estudo em particular, em que se focalizou os agricultores familiares de Morro Redondo – RS cujas unidades produtivas contavam com a presença de aposentados e/ou pensionistas da seguridade social. Para tanto, foi empregada, novamente, a técnica da entrevista, agora com base em roteiro visando a compreensão do significado desta nova situação – presença de uma renda mensal oriunda da previdência social rural - na perspectiva dos próprios atores sociais.

Também foram realizadas entrevistas com base em um roteiro a outros tipos de informantes, dentre os quais indivíduos ligados à Prefeitura Municipal, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas e comerciantes de Morro Redondo. Neste caso, a preocupação é foi um determinado aprofundamento que permitisse uma melhor compreensão das possibilidades e do impacto desta “renda previdenciária” nas mais diversas atividades do município do Morro Redondo - RS. O questionário semi aberto contemplou cinco grandes eixos ou blocos temáticos. O primeiro bloco de questões visa explorar as informações relativas à **Estrutura Fundiária, Capital e Produção**, momento em que são identificados o processo de obtenção das terras, sua extensão, áreas efetivamente exploradas ou arrendadas (de ou para terceiros), a produção animal e vegetal obtida, receitas, custos e despesas incorridos, valor dos recursos disponíveis, gastos em geral e toda uma gama de informações, tanto em quantidades quanto em valores monetários, diretamente relacionados à produção do estabelecimento familiar. O segundo bloco se refere à **Composição da família e trabalho** na propriedade, sua quantificação e caracterização, incluindo-se a eventual ocorrência de atividades não-agrícolas e pluriatividade. O terceiro bloco trata das **Políticas Públicas e Estado**, onde se afere a relação dos agricultores familiares com “*órgãos assistenciais*” e de fomento, financiamentos existentes, “*ocorrência de aposentados e pensionistas*”, o “*eventual uso desses recursos na atividade agrícola*”, entre outras questões. O quarto eixo temático procura conhecer os elementos de **Infra-estrutura Básica**, qualificando as condições materiais de vida desses agricultores. Por último, procura-se identificar as **Representações Sociais que esses indivíduos fazem do Ambiente Social e Econômico** de sua influência, buscando aferir sentimentos externalizados e expectativas quanto ao futuro da atividade que desenvolvem, dentre outras questões correlatas.

Convém ressaltar que conforme o RELATÓRIO DE PROJETO DE

PESQUISA: (versão preliminar de 2004) o questionário aplicado teve como referência o modelo utilizado por Schneider (1999), além do questionário empregado pela pesquisa internacional a cargo do *Arkleton Research Trust* denominada “*Cambio rural en Europa: Programa de Investigaciones sobre las Estructuras Agrarias y la Pluriatividade*”, o modelo empregado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS) para Avaliação Sócio-Econômica dos Componentes de Alívio à Pobreza, referente ao programa RS-Rural 2000 e o questionário aplicado por Marco Antônio Verardi Filho, destinado ao levantamento de dados sobre sistemas de produção e atividade não-agrícolas.

As informações levantadas no questionário foram computadas, de início, na plataforma MS-Excel e depois transpostas para análise no SPSS for Windows (Statistical Package for the Social Sciences).

Desta forma assegura-se, de maneira geral, que toda a pesquisa assume, implícita ou explicitamente, diversas instâncias e estas, por sua vez, configuram o campo metodológico apto a garantir a cientificidade das práticas de investigação a serem realizadas.

A Figura 5 apresenta o esquema básico que orienta nossa percepção sobre a realidade concreta no que tange à importância das atividades e rendas, sejam elas agrícolas e/ou não agrícolas requeridas para assegurar a reprodução social das famílias rurais investigadas.

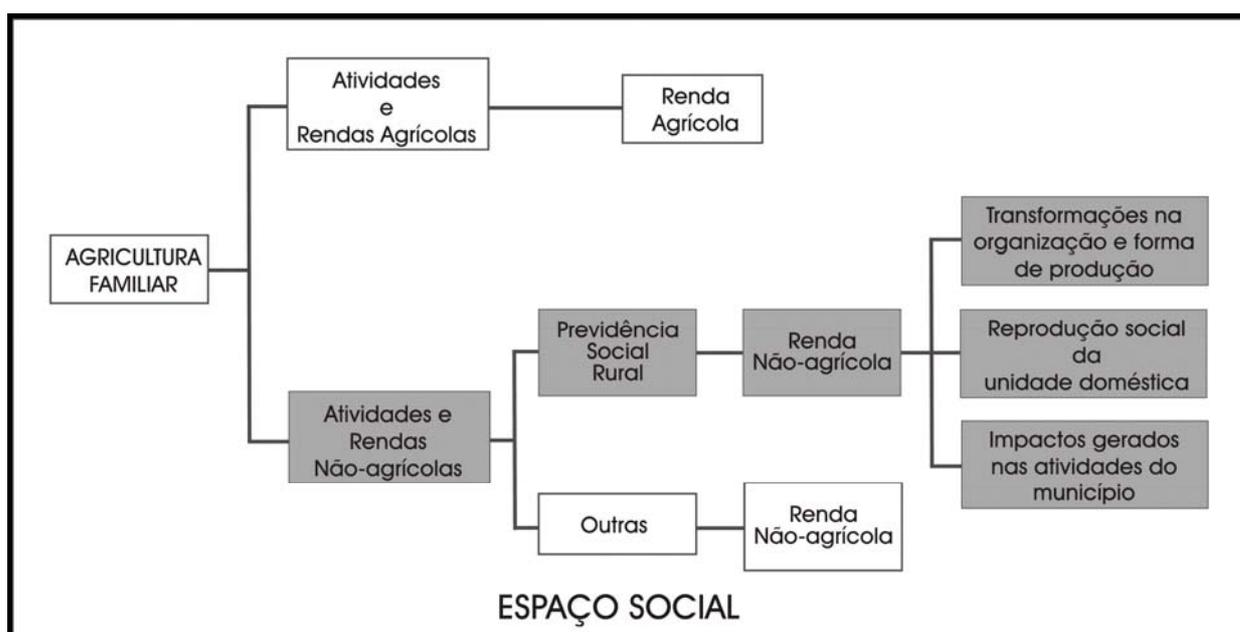


Figura 5 : Modelo analítico de atividades e rendas.

Fonte: Elaboração do autor.

2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: SISTEMAS E CONDICIONANTES

2.1 A previdência social no contexto internacional e brasileiro

O propósito desta seção é o de situar de forma bastante geral alguns aspectos relativos à experiência internacional no tocante ao tema da previdência social, as quais, direta e indiretamente, influenciaram a trajetória recente das políticas sociais do Brasil.

Antes de tratar sobre a experiência internacional e brasileira referentes à previdência social, convém diferenciá-la ao que se convencionou chamar de “seguridade social”. O segundo termo é mais amplo, compreendendo o primeiro, acrescido de mais dois elementos: a saúde e a assistência social.²⁶

Pode-se dizer que a “Poor Law” inglesa é o marco essencial da idéia de “seguridade social”, pois se constituía como um sistema que pretendia ajustar a renda real às necessidades sociais. Entretanto, esta lei tratava as necessidades dos pobres não como uma parte integrante de seus direitos de cidadão, mas como reivindicações que poderiam ser atendidas somente se os demandantes deixassem de ser cidadãos. Os indigentes (demandantes deste direito social) deveriam abrir mão, na prática, “do direito civil da liberdade pessoal devido ao internamento na casa de trabalho, e eram obrigados por lei a abrir mão de quaisquer direitos políticos que possuíssem”. Dessa forma, foi gerado um estigma associado à assistência aos pobres. Estes “deviam cruzar a estrada que separavam a comunidade e cidadãos da companhia dos indigentes”. (MARSHALL, 1967)

A Poor Law²⁷ apresentou variações expressivas com o passar do tempo e vigorou em grande parte dos países europeus entre os séculos XVII e XIX.

Os fundamentos de um sistema previdenciário social era atribuído às famílias, às instituições de “auxílio mútuo” e à Igreja.

²⁶ Conforme o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, a seguridade social “[...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social”.

²⁷ A Inglaterra editou, em 1601, a “Poor Relief Act” (Lei de Amparo aos Pobres), sendo esta a primeira lei que instituiu a contribuição obrigatória para fins sociais, definindo formas de auxílio à

No que diz respeito às ações do Estado, com fins de definir políticas de proteção à velhice, tem-se dois modelos: o modelo de Bismarck²⁸ e o de Beveridge²⁹, sendo que estes são básicos para que se possa compreender os conceitos e transformações que surgiram posteriormente. Dentre estas transformações, convém ressaltar a alteração na premissa inicial da “Poor Law” que estabelecia a distinção entre indigente e cidadão.

O modelo de Bismarck foi instituído na Alemanha em 1883, com a finalidade de amenizar a emergente convulsão social, sendo que em 1889 foi criado o seguro por invalidez ou por velhice. Este sistema era custeado pelo Estado, empregadores e empregados. Tem-se, desta forma, o primeiro sistema que permitia ao trabalhador vislumbrar um futuro razoavelmente mais seguro do que dispúnhamos até então. Para ter acesso ao sistema, o empregado era obrigado a filiar-se a uma entidade seguradora.

O modelo de Bismarck foi o primeiro sistema de previdência social da era moderna e tinha por objetivo subjacente a unidade da nação, onde o Estado “procurava controlar a classe operária e instaurar a paz social mediante programas sociais paternalistas”, ou seja, ao Estado interessava “a garantia da ordem pública, a tranqüilidade e a estabilidade social”³⁰. (BARBOSA, 2005)

O modelo de Beveridge, também denominado de Plano Beveridge, foi criado na Inglaterra em 1941, congregando algumas características, quais sejam, a de ser um sistema universal, unificado, centralizado e simples. Este serviu de base para a reformulação do sistema de previdência social inglês apresentado em 1944, onde os direitos sociais referentes a acidentes e a aposentadorias são amplamente difundidos.

A comissão presidida por Beveridge tinha por finalidade introduzir melhorias ao modelo de seguridade social que Bismarck havia difundido no final do século XIX. Tem-se, assim, os pilares do que entendemos hoje por previdência social de cunho universalizante. Após o término da segunda guerra mundial, este modelo foi amplamente adotado por diversos países europeus (MARÍN, 2003).

Comparando-se os dois sistemas, de Bismarck e de Beveridge, pode-se afirmar que a diferença fundamental está no fato do primeiro exigir como regra para

miséria e à indigência (MARSHAL, 1967).

²⁸ Chanceler Otto Von Bismarck, Alemanha, leis de 1883, 1884 e 1889.

²⁹ Lord William Beveridge, Inglaterra, 1942.

³⁰ MALLOY apud BARBOSA (2005, p. 11)

o acesso ao benefício a existência de contribuição prévia, por parte do postulante, ao passo que o segundo possibilita o acesso ao benefício básico por considerar ser este uma característica definidora de cidadania. (SCHWARZER, 2000)

Com base na doutrina keynesiana e no modelo beveridgiano, em 1935 é implementado nos Estados Unidos da América um sistema de segurança social, a “Social Security Act”, cuja aplicação se dá apenas a partir de 1938. A partir de então, e especialmente pós Segunda Guerra Mundial, considerando as demandas da classe trabalhadora, os capitalistas referendaram a implementação de uma forma de Estado intervencionista que passaria a atuar nos campos em que o mercado não demonstrasse grande interesse, de modo a suavizar as desigualdades econômicas e sociais. Tem-se, desta forma, os primórdios do “Welfare State” (Estado de Bem-Estar Social), concepção adotada em diversos países, onde a regulação da economia e a promoção da segurança social são elementos a serem alcançados através da implementação de uma política de pleno emprego e a instituição de serviços sociais de caráter universalizante.

No ano de 1948 é estabelecida a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” onde a questão previdenciária se revela como um destes direitos fundamentais.

Historicamente, foi a classe operária que na Europa e nos Estados Unidos, ao se defrontar com a redução de sua capacidade produtiva com a impossibilidade de aumento de renda e patrimônio, lutou pelos direitos de aposentadoria e benefícios à velhice. O exame da Lei Eloy Chaves, que sucede às diversas lutas operárias, demonstra que essa lei vem não apenas estabelecer o marco da criação da Previdência no Brasil, mas igualmente constitui o marco que identificou a velhice como questão social. (COUTINHO, 2003, p.14)

No Brasil, com a Lei Eloy Chaves³¹, em 1923, tem-se a criação das Caixas de Auxílios e Pensões (CAPs), estas contemplavam categorias de trabalhadores vinculadas às empresas de estrada de ferro, portuárias, serviços telegráficos, empresas de mineração, totalizando aproximadamente 183 CAPs. Entretanto, já em 1919, dá-se a criação da Lei de Acidentes de Trabalho³², a qual acenava para mudanças no processo de intervenção estatal frente à problemática da proteção social.

³¹ Decreto Legislativo nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923.

³² Decreto-Lei nº 3.724 estabelecia a responsabilidade potencial do empregador pelos acidentes no trabalho que viessem a ocorrer, resguardados, os incidentes por negligência ou incompetência do empregado.

A promulgação da Lei de Acidentes de Trabalho em 1919 e a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões em 1923, ocorreu devido à mudança de postura do Estado frente às demandas sociais colocadas em pauta pelos movimentos grevistas que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e nos salários, bem como da influência internacional dos países vizinhos e da repercussão do Tratado de Paz de Versaille de 1917. O financiamento e a gestão das caixas ocorriam no sistema tripartite.³³ (BARBOSA, 2005, p.12)

É por intermédio das Caixas de Auxílios e Pensões (CAPs) que se instaurava o esquema clássico, onde o empregado abre mão de parte de sua renda no presente em troca de assegurar o recebimento futuro do benefício da aposentadoria.

Anteriormente a estas CAPs o que existia eram os montepios³⁴, os quais funcionavam com base no mutualismo, ou seja, um determinado número de indivíduos se associavam e contribuía à formação de um fundo para a cobertura de alguma desventura ou para viabilizar a concessão de pensão por morte a qualquer pessoa escolhida, mediante o pagamento de cotas por parte do associado.

Getúlio Vargas, em 1933, implementa os Institutos de Aposentadorias e Pensões³⁵. A grande diferença destes para as Caixas de Auxílio e Pensões se dava na forma de organização, tendo em vista que estes se estruturavam com base no critério categoria profissional, enquanto que as CAPs estabeleciam-se por empresa. Estas diferenças acarretaram alguns desdobramentos, tal como aludem alguns autores:

Na visão de Faleiros (2000) os custos e o tamanho das CAPs provocaram sua falência. Os Institutos que substituíram as Caixas responderam a uma racionalização tecnocrática, a uma centralização federal, uma cooptação da classe operária. Segundo este autor, a criação dos Institutos permitiu aos patrões diminuir suas despesas administrativas e socializar o custo das CAPs, através da contribuição dos trabalhadores. O governo Getúlio Vargas pretendia utilizar esses recursos como forma de estimular a industrialização no país. (BIOLCHI, 2002, p.12)

Não obstante tentativas anteriores, a unificação do sistema somente ocorre,

³³ FLEURY apud BARBOSA (2005, p. 12).

³⁴ Segundo COIMBRA (2001) em 22 junho de 1835 foi criado o Montepio Geral dos Servidores do Estado (MONGERAL).

³⁵ É neste período que surgem importantes institutos como: o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciais (IAPC) e o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público (IAPFESP), Instituto de Aposentadorias e Pensões Trabalhadores do Ramo de Transporte e Carga (IAPTEC), dentre outros.

por meio da promulgação da denominada Lei Orgânica da Previdência Social³⁶ em 1960. A partir de então, surge um conjunto de leis que tratam da questão previdenciária, incluindo novos direitos como o auxílio funeral e o auxílio natalidade.

Mesmo com a extinção dos Institutos de Aposentadorias e Pensões em 1966, e o surgimento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)³⁷, não se tem uma universalização do atendimento, haja vista categorias como os trabalhadores rurais e os trabalhadores domésticos continuarem fora do sistema. Tal distorção começa a ser corrigida em 1963 da criação do Estatuto do Trabalhador Rural.³⁸ Nesse sentido,

Após a criação do INPS em 1966, até o início da década de 1980, a Previdência Social funcionará, de um lado, como política inclusiva capaz de aliviar tensões sociais inerentes aos padrões de crescimento econômico altamente excludentes postos em marcha sob o regime militar. Por isso, sucessivas ações são desenvolvidas no sentido da extensão de cobertura e benefícios previdenciários. [...] De outro lado, quanto à expansão dos serviços de natureza assistencial, coube ao sistema previdenciário, a partir de meados dos anos de 1960, um papel duplamente fundamental: o sistema passa a responsabilizar-se não só pela prestação de assistência médica aos segurados da Previdência, como também pela expansão da cobertura dessa assistência, colocando-se na condição de **sócio-provedor** do chamado **complexo médico – industrial - previdenciário**. (ANDRADE, 2003, p.76 – grifos no original)

Com vistas a reestruturar o sistema de Previdência Social, no que se refere à concessão e manutenção de benefícios e serviços, como também à reorganização administrativa, financeira e patrimonial foi criado, em 1977, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS)³⁹. Este novo sistema conjugava ações como: (a) conceder e controlar os benefícios, (b) arrecadar, cobrar e fiscalizar as contribuições previdenciárias, (c) prestar assistência médica, a menores e às pessoas carentes, (d) distribuir medicamentos e (e) processar os dados relativos ao sistema.

Definitivamente as grandes mudanças na previdência social só irão acontecer a partir da promulgação da chamada "Constituição Cidadã" em 1988. Os artigos números 194 e 195 tratam da questão da seguridade social. A partir de então, órgãos que faziam parte do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), como o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência

³⁶ Lei nº 3.807 de 28 de agosto de 1960 e regulamentada pelo Decreto nº 48.959 de 19 de setembro de 1960.

³⁷ Decreto nº 72 de 21 de novembro de 1966.

³⁸ Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963.

Social (INAMPS) e a Central de Medicamentos (CEME), dentre outros começam a ser extintos. A seguridade social abarca a previdência, a saúde e a assistência social, e a sua lógica de desenvolvimento não pode mais permitir a exclusão e a não existência de um controle social mais efetivo. É criado o Instituto Nacional de Seguridade Social⁴⁰, com uma nova concepção de previdência, unindo os trabalhadores do campo e da cidade, sendo este um marco desse novo cenário, consubstanciado nas Leis nº 8.212 e nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Através das mesmas os agricultores e trabalhadores rurais foram incluídos no rol de segurados da Previdência Social, confirmando a implementação da lógica universalizante para o Regime Geral da Previdência Social.

Convém ressaltar, conforme Fleuri (1994), que a Previdência Social no Brasil, desde então, apresenta benefícios de dois tipos: a) de prestação continuada, como aposentadorias e pensões e b) esporádicos, como auxílio-natalidade, auxílio-doença, entre outros. Todos estes destinados à garantia da reprodução social do trabalhador e de seus dependentes num contexto em que já cresciam as vozes que contestavam as bases de sustentação do Estado de Bem Estar Social em nível mundial.

Para Malloy (1986)⁴¹, a sustentação financeira deste sistema de Previdência Social é resultante de um “processo combinado de poupança compulsória e transferências de renda”. Através do desconto em folha de salários dos trabalhadores formais, e também de transferências de fontes variadas do caixa do Estado. É nesse sentido, que o autor sustenta que os sistemas de Previdência Social atuam num processo de estruturação de mecanismos de distribuição da renda nacional (BARBOSA, 2005).

A década de 1990 foi caracterizada por novos condicionantes políticos, principalmente os oriundos das propostas dos governos Reagan e Thatcher, fundamentados na: (a) desregulamentação dos mercados, (b) abertura comercial e financeira, e (c) redução do papel do Estado através do processo privatização do setor público. Desta forma, os objetivos econômicos e financeiros passam a prevalecer nas diversas análises referentes ao sistema previdenciário, realçando questões como: (a) dotação inadequada de recursos fiscais, (b) aumento das

³⁹ Lei nº 6.349 de 1º de setembro de 1977.

⁴⁰ Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1993.

⁴¹ MALLOY apud BARBOSA (2005, p. 11).

contribuições sobre o salário e (c) pesada e crescente dívida beneficiária (ANDRADE, 2003).

A partir de então, ocorreram as principais alterações no sistema previdenciário, principalmente em sua estrutura, promovidas pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998. Dentre as mudanças fundamentais, segundo Costa (2001), tem-se: (a) a substituição do paradigma tempo de serviço por tempo de contribuição e (b) a imposição de uma idade mínima aos assegurados que desejassem aposentar-se.

No que diz respeito aos modelos internacionais de previdência social referentes à força de trabalho rural, schwarzer (2000) construiu uma tipologia de sistemas previdenciários sociais rurais, que abarcam a diversidade existente. Um primeiro grupo utiliza o **modelo universal básico**, do tipo *beveridgiano*, onde a população rural é incluída no sistema previdenciário através do direito à aposentadoria universal básica, resultante da lógica de cidadania abrangente. O segundo grupo é formado por um sistema que, embora baseado nos princípios contributivos *bismarckianos*, trata positivamente a parcela rural no processo de determinação das regras de contribuição e elegibilidade, sendo denominado de **modelo contributivo diferenciado**. Sendo assim, ou o setor urbano subsidiará o setor rural, ou o Tesouro Nacional do país cobre a vantagem, ou seja, a diferença em favor do segurado rural. O terceiro grupo é denominado de **modelo contributivo estrito**, onde as regras de acesso, de contribuição e de benefícios vinculados ao caráter urbano são transpostas para os beneficiários rurais de forma indistinta. Por último, tem-se o sistema que oferece alguma forma de cobertura ao setor rural por meio de benefícios assistenciais, ou seja, o **modelo assistencial**. Este é baseado em critérios de focalização (como o teste de necessidade) e não em direitos universais básicos ou contributivos. (SCHWARZER, 2000).

A análise dos modelos internacionais de previdência social relativos à força de trabalho rural mostra que a França é um dos países que devem ser considerados no exame dessa questão, pois esta apresenta o maior PIB agrícola⁴² da União Européia, sendo o seu sistema baseado num modelo contributivo diferenciado.

O sistema francês tem sua origem no ano de 1952 com o “Régime Agricole Protection Sociale” onde eram obrigados a contribuir todos os agricultores cujas unidades produtivas eram exploradas em área igual ou superior a um limite mínimo

fixado conforme a região onde se localizava (SCHWARZER, 2000). Existia um programa específico para trabalhadores rurais assalariados e, no que se refere à esposa, o titular deveria pagar uma contribuição adicional para que esta tivesse acesso a um conjunto de benefícios previdenciários.

Na década de 1990 a forma de contribuição dos agricultores sofre alterações, onde a base de incidência tem, a partir de então, a média dos rendimentos oriundos do trabalho agrícola nos três últimos anos, como critério definidor, minimizando o peso do fator produção agropecuária.

Durante esse período para a aposentadoria era requerido dos agricultores uma idade mínima de 60 anos e de pelo menos 1 (um) ano de contribuição. Com base nestas premissas o benefício se divide em duas parcelas. A primeira é um valor fixo e a segunda é obtida conforme o número de pontos obtidos por tempo de contribuição (SCHWARZER, 2000).

O Canadá, diferentemente da França, adotou o modelo universal básico, cobrindo os setores rural e urbano indistintamente. A “Old-Age Security” é um regime de proteção social básica e de caráter universalizante, sendo administrado e financiado pelo governo federal daquele país.

O benefício da aposentadoria é pago: (a) a indivíduos com mais de 65 anos e (b) aos residentes legais há pelo menos 10 anos no país, após a idade de 18 anos.

Fazendo-se uma análise mais pormenorizada do modelo canadense pode-se dizer que hoje predomina um “mix” de elementos que leva em conta: (a) a aposentadoria básica universal, (b) um caráter residual-assistencial dos benefícios com vistas a evitar a pobreza e (c) o regime contributivo, com tratamento indiferenciado entre setor rural e urbano (SCHWARZER, 2000; KRETER e BACHA, 2005).

Kreter e Bacha (2005) analisando os modelos canadense e brasileiro, dizem que os mesmos são similares quanto à tipologia de cobertura previdenciária no que se refere a beneficiar segmentos distintos da população, a exemplo dos trabalhadores rurais idosos no caso do Brasil ou dos indígenas no caso canadense.

Curiosa é a situação do Brasil no espectro internacional, segundo Schwarzer (2000). No entender deste autor,

[...] o Brasil apresenta um desenho muito peculiar em relação à experiência internacional, uma vez que seu regime previdenciário urbano é contributivo

⁴² Produto Interno Bruto (PIB)

e, na área rural, o país aproxima-se, de fato, de uma aposentadoria básica universal não contributiva: o benefício é de valor único (um salário mínimo) e não apresenta correlação com rendimentos da fase ativa ou com a base de incidência da contribuição. A contribuição pessoal, por seu lado, possui uma característica de tributo, incidindo sobre o faturamento com vendas da produção rural do estabelecimento agrícola familiar. (SCHWARZER, 2000, p.38)

Para que se possa compreender melhor o sistema brasileiro de previdência social rural, torna-se imprescindível analisar a origem e desenvolvimento histórico do mesmo, considerando as transformações que experimenta através do tempo.

2.2 O histórico da previdência social rural no Brasil: o processo de exclusão

O objetivo desta seção é o de realizar um resgate sobre a evolução recente da previdência social rural, identificando as principais transformações que essa política pública experimenta através do tempo.

Pode-se dizer que as primeiras tentativas de instituir um sistema de seguridade social para o homem do campo coincidiram com a implementação de políticas públicas localizadas e de cunho assistencialista, essencialmente como uma resposta aos conflitos sociais existentes.

Embora seja amplamente ressaltada a importância de 1963, ano da criação do Estatuto do Trabalhador Rural, para a criação de um modelo previdenciário relativo ao homem do campo, não se pode deixar passar despercebido que na década de 40 surge o Estatuto da Lavoura Canavieira⁴³. Este estatuto garantia alguns direitos como: (a) a determinação de salário mínimo, (b) o descanso remunerado e (c) a concessão de dois hectares de terra para cultivo das culturas de subsistência.

Em 1955 é criado o Serviço Social Rural⁴⁴, sendo este vinculado ao Ministério da Agricultura, com os seguintes objetivos: (a) prestação de serviços sociais ao meio rural, (b) elaboração de estatísticas salariais e (c) estímulo à criação de cooperativas. Este serviço apresenta, segundo Oliveira (1988), a clara intenção de ser algo meramente assistencialista, atendendo as diretrizes da Iª Conferência Rural Brasileira, realizada no mesmo ano.

⁴³ Decreto-lei nº 3.855 de 21 de novembro de 1941.

⁴⁴ Lei nº 2.613 de 23 de setembro de 1955.

Conforme, Brumer (2002):

A exclusão dos trabalhadores rurais devia-se ao conformismo rural, até meados da segunda metade da década de 50 e a das outras categorias profissionais explicava-se pela dificuldade de organização das demandas de profissionais caracterizados pela fragmentação e dispersão. (BRUMER, 2002, p.54)

Esta visão é compartilhada por Kerter (2004), ressaltando que o setor rural participava de forma subalterna da estratégia de desenvolvimento econômico do Brasil após 1930 e, embora a população rural representasse a maior parte da população brasileira, os trabalhadores rurais não representavam um grupo de pressão com a capacidade de articulação política e protagonismo suficientes para que o Estado os visse como grupo social a ser interligado por meio de expansão significativa do ponto de vista da cobertura de programas sociais. Essa tendência, diferentemente do Brasil, ocorreu de forma mais ou menos intensa em outros países da América Latina (DELGADO, 2000 e SCHWARZER, 2000).

Finalmente, em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)⁴⁵, que dispunha fundamentalmente sobre a questão da regulamentação das relações de trabalho no campo, instituindo elementos como: (a) a carteira de trabalho; (b) o contrato de trabalho, (c) as férias; (d) o trabalho do menor e da mulher e (e) os direitos e os deveres das partes contratantes, e sobre o descanso remunerado. Tem-se assim, de uma certa maneira, a extensão da legislação trabalhista e previdenciária para o campo, mas convém ressaltar que o mesmo não chegou a ser regulamentado, sendo assim, ele não foi aplicado realmente.

Uma das medidas que constavam neste estatuto era a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), onde o custeio dos benefícios seria suprido mediante a contribuição de 1% sobre o valor da primeira comercialização do produtor rural e com recolhimento sob sua responsabilidade. Com os problemas de fiscalização o recolhimento do FUNRURAL é transferido para o Instituto de Aposentadorias dos Industriários (IAPI). Desta forma, “a legislação de 1963 acabou não tendo o impacto relevante na estruturação de um sistema de proteção social efetivo para a população rura”⁴⁶ (BIOLCHI, 2002, p. 14).

⁴⁵ Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963.

⁴⁶ MALLOY, 1979, p. 132-133 apud BIOLCHI, 2002, p. 14.

No ano de 1971 foi lançado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL)⁴⁷, vinculado ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), o qual tinha como finalidade oferecer assistência aos trabalhadores rurais, pescadores⁴⁸ e garimpeiros⁴⁹. Os benefícios⁵⁰ ainda eram, de certa forma, precários, posto que previa aposentadoria tão somente aos 65 anos (velhice) e por invalidez, mas limitada ao arrimo do casal, ou em outras palavras, exclusivamente para o cabeça do casal. Por outro lado, a remuneração correspondia a meio salário mínimo como teto para aposentadoria e de 75% do mesmo para pensão por morte e auxílio funeral. Convém ressaltar que as mulheres só seriam beneficiadas diretamente caso fossem chefes de família ou apresentassem a condição de assalariadas rurais.

Analisando a relação FUNRURAL e sindicalismo, Novaes (1997) afirma que:[

[...] a partir dos convênios não são mais os treinamentos os principais responsáveis pela implantação de sindicatos e a constituição de quadros de associados. [...] é na procura de atendimento médico, dentário e da aposentadoria que esta população desassistida chega ao sindicato. Em um sindicalismo de base territorial municipal onde – via de regra – existem poucos recursos em termos de assistência de saúde pública, os convênios com o FUNRURAL potencializam e até predispõem à consolidação de um tipo particular de clientelismo. (NOVAES, 1997, p.112)

No que diz respeito ao financiamento do sistema PRORURAL / FUNRURAL, despontam algumas fontes de recursos, como: (a) 2% do valor comercial dos produtos rurais, recolhidos pelo produtor ou pelo adquirente, (b) mais 0,5% como adicional à contribuição anterior, para custeio das prestações por acidente de trabalho e (c) da empresa em geral ou entidade ou órgãos equiparados vinculados à previdência social urbana, correspondendo a 2,4% da folha de salário-contribuição de seus empregados. (OLIVEIRA, 1988)

Brumer (2002)⁵¹ ressalta que:

A principal característica das mudanças político--institucionais ocorridas neste período é a unificação ou centralização administrativa dos organismos públicos ou paraoficiais que atuam em assistência social. (BRUMER, 2002, p.57)

⁴⁷ Lei complementar nº 11 de 25 de maio de 1971 e regulamentada pelo Decreto nº 69.919 de 11 de janeiro de 1972.

⁴⁸ Decreto nº 71.498 de 1972.

⁴⁹ Decreto nº 75.208 de 10 de janeiro de 1975.

⁵⁰ Convém ressaltar que os benefícios apreciados como objeto de estudo desta investigação são os denominados de “benefícios de pagamento continuado”, ou seja, as aposentadorias e as pensões.

Um marco indiscutível no histórico da previdência social rural corresponde aos novos preceitos instituídos pela Constituição Federal de 1988 que possibilitaram avanços no que diz respeito à universalização do sistema, resgatando, ainda que parcialmente, a dívida histórica com o homem do campo. A partir de então, agricultores familiares, assalariados rurais, independentes do gênero, passaram a fazer parte do Regime Geral da Previdência Social, igualando-se aos indivíduos do meio urbano, ou seja, tem fim um longo período de discriminação em relação à população rural. O artigo nº 195 foi regulamentado pela Lei nº 8.212 que trata da Organização e Custeio da Seguridade Social e pela Lei nº 8.213 que se refere ao Plano de Benefícios da Previdência Social.⁵²

Convém ressaltar que o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), criado no ano de 1990, é extinto em novembro de 1992, dando origem ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Previdência Social.

Com a regulamentação da nova configuração da previdência social, através dos decretos mencionados, os trabalhadores urbanos e rurais, como também os segurados em regime de economia familiar⁵³ passam a desfrutar de alguns benefícios, entre os quais o fato de o menor valor das aposentadorias e pensões passarem a ser de um salário mínimo. As mulheres do meio rural passam a ter o direito de se aposentarem e a idade mínima para a aposentadoria é estabelecida aos 60 anos para os homens e aos 55 anos para as mulheres. Por fim cabe destacar que a comprovação do tempo de atividade rural passou a ser a mesma que referia o período de contribuição mínima para os segurados urbanos (SCHWARZER, 2000).

O novo Regulamento da Previdência Social⁵⁴ mantém, para o regime de economia familiar, a lógica da não presença de empregados, para fins de concessão do benefício, mas define com maior precisão, o que se entende como auxílio de terceiros, ou seja, “este é o exercido ocasionalmente, em condições de mútua colaboração, não existindo subordinação nem remuneração”.

Brumer (2002) identifica o período entre 1995 e 1996, como sendo o de “represamento de benefícios”. Este fato tem origem na operacionalização e

⁵¹ CORADINI apud BRUMER, 2002, p. 57.

⁵² Tanto a Lei nº 8.212, quanto a Lei nº 8.213 são de 24 de julho de 1991.

⁵³ “Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.” (Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, artigo 11º, inciso VII, parágrafo 1º)

⁵⁴ Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999, artigo 9º, inciso VII, parágrafo 6º.

dimensão do acesso aos benefícios, visto que os agricultores não fundamentavam este direito no período mínimo de contribuição, mas simplesmente no critério de tempo de atividade segundo documentação comprobatória. Desta forma, o INSS altera seus procedimentos⁵⁵, visando amenizar o impacto financeiro resultante do número de solicitações de aposentadorias, como também reduzir as fraudes (BRUMER, 2002).

No que se refere ao financiamento do sistema nesta nova fase, tem-se a manutenção para o assegurado rural da contribuição sobre o valor da produção comercializada, agora na ordem de 2,3%. O recolhimento da mesma pode, a partir de agora, ser de responsabilidade do comprador, ou do próprio agricultor.

O sistema de previdência social rural apresenta mais duas fontes de arrecadação, além da já citada, sendo estas a contribuição sobre a folha de pagamento do setor produtivo rural (do empregador, dos autônomos e dos empregados formais) e a contribuição sobre a folha de pagamento urbana (do empregador urbano), vinculada ao setor rural (DELGADO, 1999).

Como ressalta Delgado e Castro (2003):

Ao ser regida por novas regras, a Previdência Rural passou por uma reorganização - ampliação do número de beneficiários e aumento do valor do benefício - que inclui seus mecanismos de financiamento e de gestão político institucional. Por outro lado, ao ser instituída no interior da Previdência Social, passou a fazer parte desse sistema político de proteção social, de modo que sua articulação com as demais políticas previdenciárias torna-se obrigatória e indispensável, sendo condicionada por elas, mas também condicionando-as. (DELGADO e CASTRO, 2003, p.7)

Desta forma, pode-se constatar que a partir de então a lógica da universalização, em todas suas dimensões, passa a ser o fundamento do sistema previdenciário.

O Quadro 3 expõe as diferenças de tratamento dispensado à população urbana e rural no período que antecede à promulgação da Constituição Federal de 1988 e da legislação complementar que lhe seguiu. As mudanças que a seguir discutiremos representam importantes conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras

⁵⁵ “[...] até esta data, o principal documento utilizado para o(a) trabalhador(a) rural requerer a aposentadoria era a declaração do sindicato, que era a seguir homologada pela Promotoria Pública do Município através de um procedimento bastante simples. As novas exigências do INSS passaram a incluir a apresentação de documentos comprobatórios para atestar os anos trabalhados, entre os quais estavam o Cadastro de Propriedade do Imóvel no INCRA, o Contrato de Arrendamento e o Bloco de Notas de venda da produção, os quais raramente são emitidos em nome das mulheres cônjuges.” (BRUMER, 2002, p. 64)

rurais, agricultores e agricultoras familiares, no sentido de reverter tais injustiças.

Quadro 3: Quadro comparativo dos benefícios previdenciários urbano e rural até a Constituição Federal de 1988

Benefícios da Previdência Urbana	Benefícios da Previdência Rural
Aposentadoria por velhice	Aposentadoria por velhice
Aposentadoria por invalidez	Aposentadoria por invalidez
Aposentadoria por tempo de serviço especial	
Abono de permanência em serviço	
Auxílio natalidade	
Salário-família	
Salário maternidade	
Pecúlio	
Auxílio-doença	Auxílio-doença
Reabilitação profissional	Reabilitação profissional
Pensão por morte	Pensão por morte

Fonte: OLIVEIRA, 1988, p.32.

2.3 A previdência social rural: conceitos e impactos da universalização

Na América Latina, principalmente a partir da década de 1990, a Previdência Social converteu-se em uma das principais políticas de seguridade social e combate à pobreza.⁵⁶

No que se refere ao caso brasileiro, Barbosa (2005) citando Mallloy (1986) ressalta:

⁵⁶ Este quadro se verifica mesmo em países da América Latina, como o Chile, onde se tem um novo papel do Estado, produzido pela reestruturação estatal orientada pela redução de sua ação em diversos setores, uma maior participação da iniciativa privada na provisão de aposentadorias e pensões (HICKS, 2001).

No Brasil, o conceito originariamente se referia aos programas governamentais destinados a proteger determinados grupos do impacto de problemas normais que interferissem na capacidade de trabalho de um chefe de família (ex.: doença, velhice, invalidez, morte). (MALLOY, 1986, p.13)

Nesse sentido, pode-se dizer que durante um certo período a previdência social assegurou condições mínimas de renda às famílias urbanas, quando não fosse possível a obtenção desta pela realização do trabalho do arrimo. Na origem do sistema a seletividade era maior ainda, vide as restrições relativas às Caixas de Aposentadoria e Pensões, que tinham seus limites definidos por categoria profissional.

Quando se analisa a introdução e o desenvolvimento das políticas públicas de seguridade social no Brasil, pode-se afirmar que concomitantemente ao processo de exclusão de uma parte significativa da população, esta se reveste, para outros segmentos, de um pseudo-atendimento, dando origem a vários graus de cidadania. Pode-se dizer, em efeito, que o sistema de proteção social desenvolvido não conseguiu reduzir as desigualdades sociais, mas reafirmá-las (BARBOSA, 2005; PINHEIRO, 2000).

A previdência social rural, até a Constituição Federal de 1988, se encaixa perfeitamente neste modelo de exclusão ou pseudo-atendimento, visto que aos trabalhadores assalariados rurais (permanentes ou temporários) era dado unicamente o acesso a benefícios sociais como: aposentadoria por velhice ou invalidez. Deve-se ressaltar que, ainda assim, este grupo era colocado em um segundo plano, em comparação ao assalariado urbano, pois o valor da aposentadoria, nos dois casos, era de apenas 50% do salário mínimo. Na situação correspondente à pensão por morte, o valor deste benefício poderia alcançar no máximo 75% do salário mínimo.⁵⁷

Nesse cenário, o processo de universalização da Previdência Social Rural, via incorporação ao sistema, de segmentos sociais que historicamente estiveram à margem das políticas de proteção social, tais como agricultores em regime de economia familiar, parceiros, meeiros, arrendatários, garimpeiros e pescadores artesanais, sem a necessidade da contribuição compulsória ao sistema previdenciário, ganha, portanto, legitimidade (BARBOSA, 2005).

⁵⁷ Segundo legislação a viúva receberia 50% do valor do salário mínimo, podendo ser acrescido mais

Sendo assim, o que se apresenta de forma subjacente é o debate sobre a lógica que deve nortear a implantação e desenvolvimento das políticas públicas de seguridade e proteção social, como é precisamente o caso da previdência social. Este dilema se materializa em duas propostas fundamentais: de um lado a de focalização e de outro, a de universalização.

Com a adoção da lógica da focalização, conforme Kerstenetzky (2005):

[...] as políticas sociais seriam **residuais**⁵⁸, incidindo sobre os segmentos à margem dos processos econômicos integradores. É relativamente desimportante, nesse contexto, se os grupos sociais à margem já se encontravam excluídos ou o processo de exclusão originou-se precisamente no processo de modernização econômica orientada para o mercado, pois o remédio seria, em qualquer caso, o mesmo, vale dizer, aprofundamento da lógica do mercado com focalização das políticas sociais. (KERSTENETZKY, 2005, p. 6)

Como se pode constatar, a concepção de políticas públicas de cunho social com base na focalização não leva em consideração as desigualdades socioeconômicas, embora seja destinada a um certo segmento do contexto geral. Pode-se tomar como exemplo, as políticas de seguridade social que apresentam como critério único de acesso a contribuição antecipada.

Kerstenetzky (2005) complementa afirmando que:

Na medida que a política social sofre, nesta abordagem do problema, uma compartimentalização, seu vínculo com a noção de direitos sociais universais perde força, e ela se torna um coadjuvante do objetivo de eficiência econômica. (KERSTENETZKY, 2005, p. 6)

A outra orientação que se apresenta é a da universalização, onde se rompe com a relação de acesso ao benefício, necessidade anterior de contribuição⁵⁹, introduzindo o caráter universal, ou seja, de modo independente à existência de contribuição compulsória.

Os defensores deste modelo ressaltam que a universalização elimina custos com o monitoramento contra desvios e existência de exclusões indevidas, além de outros problemas menos aparentes como a questão do estigma sobre os beneficiários. Kerstenetzky (2005) afirma que, "*segundo argumentos universalistas preocupados com a eficiência social dos gastos sociais, para atingir os pobres mais eficientemente são necessárias políticas universais*". (KERSTENETZKY, 2005, p. 9)

5% por dependente. O valor total máximo era de 75% do salário mínimo.

⁵⁸ Grifo no original.

⁵⁹ Esta lógica tem sua origem no modelo Bismarkiano.

A universalização dos direitos sociais, como princípio foi adotada pela Constituição Federal de 1988, sendo assim as políticas públicas de seguridade social e proteção social, a partir de então apresentam o atributo de acessibilidade a todos, sejam estes de caráter urbano ou rural.

Barbosa (2005) exemplifica:

A inclusão de segmentos sociais, historicamente alijados das benesses do crescimento econômico, bem como das políticas de proteção social, e imersos na condição de pobreza e miséria, através do pagamento mensal de certa quantia em dinheiro, constitui uma das estratégias de gasto social do Estado brasileiro atualmente. Vejamos os exemplos das transferências diretas operadas pelas bolsas: renda escola, alimentação, agora unificadas sob o nome de bolsa-família. (BARBOSA, 2005, p.22)

O impacto financeiro do modelo de universalização da previdência social para o rural é ressaltado em levantamento realizado por Delgado e Cardoso Jr (2000):

Os dados evidenciam que entre 1991 e 1998 praticamente dobra o número absoluto de benefícios por idade acumulados no sistema rural, enquanto seu valor unitário passa de US\$ 44,1 mensais para US\$ 108,5. O impacto financeiro dessa reforma mais do que quadruplica o gasto mensal com benefícios permanentes (aposentadorias e pensões pagas), que cresce de US\$ 180 milhões mensais para perto de US\$ 750 milhões. Anualizado, este gasto situou-se em torno de US\$ 10,0 bilhões em 1998. (DELGADO e CARDOSO Jr., 1999, p.12)

Por este prisma pode-se vislumbrar que o problema fundamental desta nova lógica – da universalização – se constituiu com base na concessão de benefícios sem a exigência de contribuição direta para cobrir os gastos do processo de implementação e difusão deste direito. Isso se deve porque a universalização da Previdência Social Rural assume o papel, para além de um regime de aposentadorias e pensões, em uma política de combate à pobreza, na medida em que os recursos se destinam aos segmentos mais empobrecidos⁶⁰ da sociedade (BARBOSA, 2005; DAVID, 1999).

Soma-se ao combate à pobreza a característica de redistribuição de riqueza do sistema de previdência social rural na atualidade, pois como realça Barbosa (2005):

A injeção de recursos via concessão de benefícios previdenciários aos idoso(a)s rurais tem sido um fator de impactos no conjunto de recursos

⁶⁰ A perspectiva utilizada pelos referidos autores considera os pobres como aqueles em que a renda não permitem a aquisição de alimentos necessários para suprir um padrão mínimo de requisitos nutricionais.

manejados pelas famílias rurais, com efeitos expressivos para o combate à pobreza. É devido a tal efeito que a universalização da Previdência Social tem conquistado legitimidade social e política. (BARBOSA, 2005, p.23)

Seguindo a lógica da universalização, mudanças importantes foram implementadas, tal como a equiparação de benefícios entre a população urbana e rural, correspondente a um salário mínimo, redução da idade mínima de aposentadoria (de 65 para 60 anos no caso dos homens e de 60 para 55 anos no caso das mulheres), entre outros aspectos que fortalecem o papel do estado, conferindo-lhe uma importante fonte de legitimidade.

Segundo Cohn (1996), adotar o modelo de focalização (população objetivo), aumenta a possibilidade da transferência do poder de decisão, principalmente no que diz respeito à alocação de recursos, para as esferas subestatal ou não governamental vinculados à existência de convênios e/ou contratos. Segundo a mesma autora, tem-se desta forma o cenário ideal para a implementação e desenvolvimento de velhas práticas, como o clientelismo assistencialista.

Sendo assim, cabe a sociedade brasileira responder a esta indagação, se deve optar por um modelo - universalizante - onde os fundamentos estão no resgate de uma dívida social histórica com o rural, com base no acesso a direitos sociais igualitários e universais, destinando à previdência social rural o papel de política pública de redistribuição de renda. A outra possibilidade é a adoção de um modelo pré-contributivo e de focalização, onde a previdência social rural torna-se mais uma das tantas políticas públicas seletivas e de caráter analítico meramente econômico centrado nos objetivos estritamente superavitários. Esta também possibilita o aprofundamento do clientelismo assistencialista, lógica amplamente utilizada pelas elites brasileiras para este tipo de política pública.

O resgate que aqui fizemos serviu para elucidar a fundamental mudança operada na previdência social rural, ou seja, a lógica da universalização, como também a principal acepção divergente, a focalização.

3. O UNIVERSO EMPÍRICO: O MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO, SUAS CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA PRODUTIVA

3.1 A região sul e o contexto nacional

O processo de colonização do Brasil é um tema complexo e bastante controvertido. No período inicial predominava o extrativismo (ciclo do pau-brasil). Posteriormente, já a partir do século XVI, tem-se um novo modelo baseado na produção agrícola, que se fundamentava no “sistema de plantation”, sendo este alicerçado em três elementos: o latifúndio, a monocultura e a força de trabalho escrava. Neste período, o centro econômico se localizava no Nordeste do país, tendo a produção da cana-de-açúcar e o engenho como sustentáculo.

O processo colonizador do Brasil meridional desenvolveu-se somente em meados do século XVIII e fundamentalmente a partir do litoral. No do Rio Grande do Sul a região litorânea era aberta, arenosa e desolada, dificultando a ancoragem de embarcações. Praticamente o único ponto que permitia o acesso de embarcações era a barra do canal de Rio Grande, cidade limítrofe ao município de Pelotas (BRUM, 1985).

Como no restante do país, na região sul o principal instrumento utilizado pela coroa portuguesa para a consolidação da posse deste território foi o sistema de sesmaria⁶¹. Este sistema permitia a concessão de uma área de aproximadamente 13.000 Ha a cada família postulante.

Foi através da concessão de sesmarias, principalmente a indivíduos ligados ao governo, ou que se sobressaiam nas lutas contra os espanhóis, que se formaram as bases do latifúndio⁶² no extremo sul do Brasil.

Conforme ressalta Freitas (1993):

A bem dizer, dadas as condições técnicas e econômicas da pecuária de então, o latifúndio impunha-se. A apropriação do gado implicava a da terra necessária para mantê-lo; a posse de uma grande propriedade assegurava a do gado alçado que nela pastava. A pecuária seria de todo anti-econômica na pequena e na média propriedades. (FREITAS, 1993, p.441)

⁶¹ O sistema de sesmaria foi instituído em Portugal em 1375 pelo rei Fernando I e consistia na concessão de terras a título precário com certas obrigações por parte do concessionário, como em lavrá-la e cultivá-la, não necessariamente através da sua própria força de trabalho.

⁶² Este latifúndio - grandes extensões territoriais onde se realizava a pecuária extensiva - era denominado de estância.

Do século XVIII os primórdios do século XIX a pequena propriedade esteve alheia à região. A grande propriedade, onde essencialmente se desenvolvia a atividade pecuária, representou um instrumento de definição da estrutura da região sul, pois esta estabeleceu uma forma estável de propriedade da terra e de organização do trabalho.

A força de trabalho destas propriedades pastoris - os peões - era composta de homens livres em sua grande maioria, os quais, por não possuírem os meios de produção para se reproduzir, e as suas famílias, vendiam sua força de trabalho e a de suas famílias. Em efeito,

Havia, decerto, escravos nas estâncias, porém não era senão isolada ou acessoriamente que participavam do processo produtivo da pecuária, na condição de peões. Da mesma forma, a imbricação da estância em um modo de produção definitivamente escravista, qual fosse o da charqueada, não autoriza conceituá-la como tal. (FREITAS, 1993, p.440)

O trabalho escravo, segundo alguns autores (ARRIADA, 1994; FREITAS, 1993; PESAVENTO, 1986), era secundário e esporádico na produção pecuária da região. Nesse sentido,

Afora o trabalho com o gado, que na sua maior parte era feito pelos peões, havia nas estâncias algumas culturas de subsistência, tais como pequenas lavouras de trigo, milho e mandioca, criação de galinhas, porcos e ovelhas, sendo esses pequenos serviços, em geral, feitos por negros escravos. (ARRIADA, 1994, p.37)

Enquanto os peões realizavam um trabalho constante, como arrebanhar, tratar, curar, apartar e alimentar o gado com sal, os escravos participavam como força de trabalho auxiliar apenas em tarefas esparsas, como os rodeios realizados a cada seis meses e a marcação (FREITAS, 1993).

Em síntese os trabalhos de uma estância envolviam um contingente de mão-de-obra fixo, para o desempenho de tarefas quotidianas e um maior contingente de força-trabalho que era recrutado conforme as atividades que se realizavam de tempos em tempos. ... A começar pelos negros escravos, estes aparecem referenciados nas crônicas da época como executando trabalhos domésticos e trabalhando na lavoura de subsistência que se praticava no interior da própria estância. (PESAVENTO, 1986, p.18)

A remuneração desta força de trabalho livre - peões - se dava de forma variada, ou seja, através do fornecimento de uma parcela em moeda corrente e uma parcela em alimentação e moradia, sendo que em muitas vezes era permitida a utilização de campo para a manutenção de algum gado, como também a formação

de pequenas lavouras de subsistência, como o milho e o feijão.

A apropriação de grandes extensões de terras e de um número razoável de cabeças de gado, associado a um mercado consumidor no Centro e Nordeste do país, principalmente Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (ARRIADA, 1994), propiciou o surgimento de uma sólida base para a expansão da produção de charque.

Se na produção pecuária a força de trabalho era assalariada e livre, na confecção do charque a base era o trabalho escravo. Nesse sentido,

Ao se processar a grande divisão do trabalho entre estâncias e charqueadas, medrou nestas últimas um sistema de produção baseado no trabalho escravo, centralizado no município de Pelotas e circunvizinhanças. Nos centros urbanos, condensava-se numerosa população escrava, ocupada principalmente na produção artesanal e nos serviços domésticos." (FREITAS, 1993, p.452)

A formação das charqueadas no Rio Grande do Sul está intimamente ligada ao fornecimento de produtos alimentícios aos escravos e a população pobre, em geral, que eram a força motriz dos processos produtivos no centro e nordeste do Brasil. Mesmo com a emergência da cultura do café, na segunda metade do século XIX, estas se mantiveram como fornecedoras de alimentos.

Nos primeiros tempos, a transformação da carne bovina em charque realizava-se em estabelecimentos isolados e dispersos. Foi a partir de 1779, com a instalação da charqueada de José Pinto Martins, que, em Pelotas, surge a produção saladeril, transformando o município no centro da vida econômica da região. Estas eram fundamentais para a formação de um mercado regional de carne bovina.

Com a valorização gradual do boi e a definição conseqüente da sua cotação, promovidas pela charqueada, a estância - até então mera "empresa de coleta e pilhagem" do gado - transformou-se numa empresa de criação de gado, passou a ter verdadeira significação econômica. (MAGALHÃES, 1993, p.31)

A multiplicação do número de charqueadas aumenta significativamente a expressão econômica da produção pecuária. De certa maneira, pode-se dizer que este binômio estância-charqueada é, como fornecedor de alimentos, um dos elementos de sustentação do que se denomina de complexo rural⁶³ brasileiro.

⁶³ Segundo KAGEYAMA o Complexo Rural era caracterizado por uma dinâmica determinada pelas flutuações do mercado exterior e fundamentava-se em um único produto de valor comercial e as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se indissolavelmente ligadas. "O passo fundamental que desencadeia a crise do Complexo Rural é a transição para o trabalho livre, a partir

O trabalho na charqueada era estafante. Produzindo, pressionado pelo fim do estio, para um mercado muitas vezes em expansão, com instalações relativamente caras, quanto mais trabalhasse o escravo, maior seria o lucro do seu senhor. Pode-se dizer que o limite de sua jornada de trabalho era a resistência física. Nem a sua morte era uma perda para seu amo, desde que o seu trabalho pagasse com excesso o seu valor. (MAESTRI FILHO, 1984, p.41)

Com o passar do tempo, o trabalho dentro da charqueada começa a assumir uma certa forma de organização. Diferentes tarefas são destinadas a diferentes grupos e indivíduos, possibilitando, desta forma, uma maior destreza e habilidade e, conseqüentemente, uma melhoria da produtividade do trabalho manual.

Conforme ressalta Pesavento (1986):

Aos poucos, acentuava-se a divisão social do trabalho no interior da empresa, multiplicando-se as tarefas executadas pelos trabalhadores livres, que se distinguiam daquelas que não demandavam maior habilidade e que cabiam aos escravos. Estes, por decorrência da própria lógica do escravismo, deviam ser mantidos ocupados e, portanto, executavam diversas tarefas. (PESAVENTO, 1986, p.34)

A produção saladeril era sazonal, correspondendo a um período compreendido entre os meses de novembro e abril.

O ciclo do charque na economia gaúcha desenvolveu-se entre 1780 até logo após a Primeira Guerra Mundial, pois, a partir de 1919, instalam-se no Rio Grande do Sul modernos frigoríficos de capital estrangeiro: Swift, Armour e Anglo, sendo este último localizado no município de Pelotas. Os frigoríficos introduziram modificações substanciais no processo de produção, tais como o processo de resfriamento e industrialização da carne, provocando a crise das charqueadas tradicionais (BRUM, 1985).

Singer (1990), em seu estudo referente ao desenvolvimento econômico e a evolução urbana, chama a atenção para este fato, destacando que a indústria dos países do Prata era inerentemente superior à gaúcha, porque estava organizada em bases capitalistas e empregava trabalho livre, ao passo que as charqueadas gaúchas se apoiavam no uso do trabalho escravo, muito menos produtivo.

Com o passar do tempo, no Brasil, a lógica da concessão de terras pela doação, representada pelo sistema de sesmaria, vai dar espaço à forma de concessão por um processo de compra e venda.

Através desta nova lógica, expressa na Lei de Terras de 1850⁶⁴, ocorre um processo de reordenamento e centralização das resoluções relativas às questões fundiárias no governo imperial, embora mediadas pela presidência das províncias. (KLIEMANN, 1986)

Esta política fundiária teve como objetivo fundamental gerar uma força de trabalho livre para as lavouras de café do centro do país e a ocupação territorial de certas regiões do sul do país através da constituição de pequenas propriedades rurais.

Os lotes - colônias⁶⁵ - a serem ocupados pelos migrantes podiam variar de 25 Ha a 77 Ha, conforme o período e a região, sendo vendidos aos imigrantes-colonos para serem pagos em cinco anos Seyferth (1990). Chama a atenção de que não existia a figura de concessão de terras ao estilo do *homestead* americano. Os colonos compravam seus lotes, contraindo dívida com o Estado ou com companhias particulares de colonização, levando vários anos para saldar a dívida - fato que motivou, não poucas vezes, a reemigração.

Brum (1985) identifica algumas características comuns no processo de colonização e povoamento pela imigração europeia nas diversas regiões do estado. Dentre estas se destacam a prática da policultura e a criação de pequenos animais destinados ao consumo familiar, a utilização da fertilidade natural do solo e o uso essencial da força de trabalho dos membros da família nos processos produtivos.

As primeiras atividades dos imigrantes restringiam-se apenas ao desmatamento e à agricultura de subsistência. Com o passar do tempo a produção agrícola colonial assume a forma de uma “agricultura comercial”, a partir da geração de excedentes em um certo nível constante.

Com o aumento do volume da produção agrícola oriunda destas colônias, a zona urbana do município de Pelotas assume o papel de centro dinâmico comercial da região sul.

⁶⁴ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada para a execução pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854.

⁶⁵ “O termo colônia designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos.” (SEYFERTH, 1990, p. 25) No que diz respeito ao município do Morro Redondo, a definição acima é freqüentemente aplicada à região onde predomina a unidade de produção agrícola familiar. O termo colono é usado, de maneira geral, para designar o morador desta região, como também uma autodefinição utilizada pelos próprios

No final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, a força de inércia dos principais traços do padrão tecnológico colonial, que resistiram aos acontecimentos políticos, econômicos e sociais de quase todo o período imperial, começa a perder a sua vigorosa intensidade, principalmente no que diz respeito aos padrões de utilização da mão-de-obra, radicalmente transformado com a abolição da escravatura. Some-se a isto a construção de uma estrutura de pesquisa agrônômica gerando e difundindo novos conhecimentos técnicos e científicos e propiciando condições para mudanças do padrão tecnológico agrícola. (SOUSA e SALLES FILHO, 1995, p.133)

No Brasil, do final do século XIX até a década de 30, sob a hegemonia da elite cafeeira paulista têm-se os primórdios do que viria a ser a constituição do mercado interno brasileiro.

A partir de 1930 foram lançadas as bases industriais, através de um modelo populista de caráter nacional, protagonizado pela ascensão de Getúlio Vargas. Com efeito,

Nas duas décadas seguintes à Revolução de 1930, a pecuária tradicional voltou a apresentar dificuldades, mas manteve seu crescimento paulatino. O principal produto, o charque, ainda experimentava a fase derradeira de sua trajetória decadente. Na agricultura, há fortes indicações de que se iniciara um processo de esgotamento da produtividade na lavoura colonial, que no entanto, como a pecuária, teve seus produtos fortemente valorizados no mercado nacional. Seguramente, nesses 20 anos, devem ter se expandido as relações de assalariamento, em vista da expansão industrial, da urbanização, mas também em virtude da formação de um novo setor produtivo, a lavoura capitalista do trigo, que se tornaria, isoladamente, o principal setor da produção primária ao início dos anos 50. (HERRLEIN Jr., 2002, p.7)

A implementação do modelo de substituição de importações é indispensável para a constituição de um novo padrão agrícola fundamentado nos pressupostos da Revolução Verde⁶⁶, ou seja, é aí que são lançadas as bases para o processo de modernização da agricultura, sendo que a análise desta configuração no município do Morro Redondo, será empreendida nos próximos itens desta seção.

De forma a resumir, torna-se importante enfatizar que Pelotas, município que deu origem ao de Morro Redondo, apresenta duas regiões distintas em termos geomorfológicos, como também em relação à apropriação da terra e às formas de

agricultores.

⁶⁶ A Green Revolution, ou seja, a Revolução Verde teve sua origem em 1943, no México, sob o patrocínio da Fundação Rockefeller. Esta se fundamentava em melhorar os índices de produtividade agrícola, através da substituição das formas de produção locais, também denominadas de tradicionais, por um conjunto cujo as partes estão intimamente ligadas, ou seja, por uma certa homogenização das técnicas produtivas.

produção: a região de campo⁶⁷ e a região de mata⁶⁸.

A "região de campo" caracteriza-se pela presença da grande propriedade e de uma baixa densidade populacional, onde em um primeiro momento a pecuária extensiva era a atividade econômica predominante, mas com o passar do tempo esta perde espaço para a lavoura tecnificada, principalmente a rizícola, sob a forma do arrendamento capitalista. Esta transformação ocorreu devido ao processo de crise da charqueada e à implementação de uma política fiscal visando a internalização da produção de alimentos para o mercado interno consumidor urbano, tendo como exemplo mais destacado a produção de arroz.

Já a "região da mata", espaço social onde se localiza o município do Morro Redondo, é o embrião da pequena propriedade familiar, ou seja, onde predomina a unidade de produção baseada na mão-de-obra familiar e na diversificação da produção agrícola vinculada ao processo artesanal de transformação, tendo como atividades importantes a produção de banha, vinho e conservas.

A produção artesanal - que com o passar do tempo foi se deslocando do interior da unidade de produção familiar - deu origem ao setor agroindustrial de alimentos no município, sendo que concomitantemente ao processo de modernização da agricultura ocorreu um processo de concentração deste setor agroindustrial.

A indústria de conservas da região ganha maior expressão nos anos 1950 e acaba se especializando, primordialmente, no processamento do pêssego. A sazonalidade da produção desta cultura é que vai determinar a dinâmica de funcionamento deste segmento, concentrando-se no período de novembro a fevereiro. Este relativo obstáculo ao desenvolvimento de atividades durante todo o ano, deriva na utilização de força de trabalho assalariada temporária, também denominada de safrista.

Algumas empresas na entre safra mantém apenas os seus funcionários do setor administrativo e de manutenção de máquinas e equipamentos.

Já na década de 70, em que pese o objetivo de ampliar o período de funcionamento das agroindústrias, muitas empresas optam por incorporar a

⁶⁷ A "**região de campo**" caracteriza-se por ser uma área plana e baixa, composta por propriedades com grandes extensões de terra, tendo a pecuária extensiva de grande porte e grandes lavouras tecnificadas, principalmente a rizícola, como atividade econômica principal.

⁶⁸ A "**região de mata**", que apresenta uma paisagem geomorfológica suavemente ondulada caracteriza-se pela predominância da pequena propriedade, onde é executada uma agricultura

industrialização de outros produtos, tais como: figo, morango e milho doce, como também o processamento de frutas vindas de outras regiões, dentre estas o abacaxi. Outra forma utilizada, com vistas a aumentar o período de funcionamento das agroindústrias, foi através da pesquisa agropecuária, mediante a geração de novas cultivares de pêssego que tornaram possível a ampliação do período de colheita da fruta.

Como se pode constatar, existe uma íntima relação entre a dinâmica de produção na agricultura familiar de Pelotas e região e o desenvolvimento de processos agroindustriais, tanto no que se refere a culturas mais tradicionais da região, como o pêssego, ou até mesmo as atualmente emergentes, como é o caso do fumo. Questões relativas à definição de preço do produto, no que diz respeito ao pêssego, e de classificação, principalmente em relação ao fumo, interferem sobremaneira no processo de reprodução social da agricultura familiar situada na região. Nas palavras de um dos nossos entrevistados são expostos alguns elementos que apontam para as mudanças operadas em Morro Redondo:

A gente trabalhava bastante com fruta, principalmente o pêssego. Agora estamos trocando para o fumo, dá mais. Dá mais trabalho, mas sobra mais dinheiro para a gente. (Agricultor do Morro Redondo, 49 anos, 2005)

As seções posteriores oferecem uma maior apreensão da estrutura e dinâmica do processo de produção agrícola no espaço social em questão, qual seja, o município de Morro Redondo.

3.2 O processo de modernização, a agricultura familiar, e o município.

O desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, principalmente a partir dos anos 1960, se fundamenta em um processo de modernização, onde a reformulação da estrutura fundiária não faz parte das estratégias implementadas, mas, mesmo assim, este acaba engendrando uma série de transformações. Foi a partir deste período que ocorreram profundas mudanças na base técnica da agricultura e, por sua vez, nas formas de organização da produção agrícola, ambas resultantes da dominação real do capital sobre o processo de produção agrícola.

Este processo de modernização conservadora da agricultura brasileira utilizou como principal instrumento de difusão os pacotes tecnológicos. Estes pressupunham o uso intensivo de “insumos modernos” (máquinas, fertilizantes inorgânicos de alta solubilidade, agrotóxicos e sementes melhoradas) alavancado pela concessão do crédito rural subsidiado. Para isso, o Estado formulou políticas públicas integradas⁶⁹ e criou as instituições necessárias à sua implantação e consolidação.

Visando facilitar a implementação deste processo “modernizante” criou-se uma representação de mundo rural sem classes sociais, onde se tem apenas uma oposição genérica entre indivíduos modernos e os tradicionais (arcaicos), sendo que este único conflito reconhecido pode ser superado pela difusão de padrões culturais e tecnológicos do primeiro segmento para o segundo.

Conforme Thiollent (1984):

De acordo com esta ideologia, a representação do homem do campo, difundida entre os agentes de modernização, é fortemente estereotipada e centrada nos preconceitos da classe média urbana. É de se notar, igualmente, que esta ideologia não é mera ilusão, pois ela acompanha a extensão das práticas capitalistas ao campo. (THIOLLENT, 1984, p.47)

As bases para a operacionalização do processo de modernização, fundamentado nos moldes expostos, necessitava da ação intervenção estatal, sendo assim, o crédito rural⁷⁰ foi institucionalizado através da formação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a pesquisa agropecuária através da constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁷¹ e a extensão rural pela criação da Empresa brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)⁷². Aliam-se a estes as instituições de ensino técnico de segundo grau

⁶⁹ “A importância maior das políticas públicas está nas órbitas mercantil e financeira, particularmente do crédito de investimento, custeio e comercialização, fornecendo a base financeira indispensável à transformação da base técnica.” (MOREIRA, 1987, p.11)

⁷⁰ Até o início da década de 50, a necessidade de capital era minimizada devido ao nível técnico e à produção de muitos insumos no interior da própria unidade produtiva. KAGEYAMA ressalta que: “[...] para algumas culturas de ciclo mais longo e/ou simplesmente ligadas a interesses politicamente fortes, estabeleceram-se fontes de financiamentos em condições bastante privilegiadas, em regra através de Institutos organizados por produto (Instituto Brasileiro do Café - IBC). Para o conjunto da agricultura, apesar da criação da carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) em julho de 1937, não havia linha de crédito especial.” (KAGEYAMA, 1987, p.53)

⁷¹ O sistema EMBRAPA foi criado pela lei nº 5851 de 7 de dezembro de 1973. Visava montar uma estrutura de pesquisa e experimentação que serviria de base para a geração e adaptação dos fundamentos do pacote tecnológico gerado pela “Green Revolution” às condições brasileiras. A forma de execução da pesquisa adotada foi alicerçada no modelo concentrado, através da criação dos seus Centros Nacionais por Produto, respaldados pela política agrícola em curso.

⁷² O sistema EMBRATER foi criado pela lei nº 6126 de 6 de novembro de 1974. Esta nova

e superior, formadores dos profissionais que atuarão na adaptação e difusão das tecnologias e variedades de alto rendimento.

Esta via da modernização teve como um dos seus maiores expoentes, no Brasil, o professor Edward G. Schuh, da Universidade de Purdue - EUA e Universidade Federal de Viçosa - Brasil, que afirmava:

O Brasil tem uma agricultura que é um misto de velha e nova. Os produtores de algumas áreas, principalmente no Centro-Sul, são administradores progressistas que usam práticas modernas de cultivo, fertilizantes e outros métodos agrícolas avançados. Em contraste com isto, a maioria dos outros produtores ainda utiliza técnicas agrícolas primitivas. Em geral, a população rural tem uma limitada educação formal, que restringe as possibilidades de aceitação e assimilação da tecnologia moderna. (SCHUH, 1976, p.137)

Esta afirmativa vem reafirmar uma noção de padrão de desenvolvimento tecnológico onde a fundamentação é a concepção dualista, onde o rural representa o atrasado, o tradicional, ao passo que o urbano se identificava com o progresso, o moderno. Ressalta-se a importância do processo de difusão de padrões culturais e a total desconsideração com o saber dos agricultores.

A agricultura gaúcha, como também a do município do Morro Redondo, insere-se, em última análise, neste modelo de desenvolvimento excludente e concentrador (SILVA,1981; MARTINE,1987), que se caracterizou por privilegiar certos tipos de unidades de produção e culturas, visto que as políticas públicas eram formuladas fundamentalmente com base no produto, por exemplo o arroz, a soja, o trigo, o milho, dentre outras culturas referidas como “dinâmicas”.

A Tabela 2, que se segue, vem reafirmar a lógica de desenvolvimento de caráter excludente e concentrador adotada.⁷³

No que diz respeito a distribuição dos financiamentos rurais concedidos conforme a classe de produtores, pode-se constatar com base na Tabela 2, que embora os pequenos produtores representassem 61,3% dos contratos efetivados em 1980 receberam somente 11,6% do montante total de recursos, e que para o mesmo

conformação da extensão rural no país define um processo centralizador, pois a orientação passa a ser única e comum a todas as associadas, no caso as empresas estaduais, como a ASCAR-RS (EMATER). Dentre as diretrizes gerais, cabe ressaltar a que se refere a “[...] compatibilizar a programação da assistência técnica e extensão rural, com os planos de desenvolvimento econômico e social do país, especialmente com a política de ciência e tecnologia, crédito [...]” (EMBRATER, 1980 p. 3) Como se pode constatar, o sistema EMBRATER também se fundamentava em um modelo concentrado e meramente repassador de tecnologia, conforme a política agrícola delineada para a agricultura brasileira. Esta foi extinta pelo Decreto nº 242 de 25 de outubro de 1991.

⁷³ Trabalha-se com dados até o ano de 1990, pois, a partir desta década, é instituído um novo instrumento de política pública de financiamento para a agricultura, qual seja, o Programa Nacional de

ano a classe dos grandes produtores ficou com 30,2% dos recursos alocados. Cabe ressaltar que esta classe representava apenas 5,8% dos contratos efetivados.

Para o ano de 1990, constatou-se que os pequenos produtores rurais aumentaram sua participação em termos de contratos efetivados para 76,2% do total, mas o percentual de recursos foi de 19,8% do montante, resultando em acréscimo de 8,2%. Para o mesmo ano, a classe dos grandes produtores concentrou 50,4% do total de recursos alocados na produção agrícola, sendo que a sua participação em contratos efetivados foi de apenas 5,6% do total.

Tabela 2: Participação percentual dos financiamentos rurais concedidos, conforme a classe de produtores, Rio Grande do Sul – 1970 / 90

ANOS	CLASSE DE PRODUTORES					
	PEQUENOS*		MÉDIOS		GRANDES	
	Contrato	valor	contrato	valor	Contrato	valor
1970	-	-	80,3	80,1	-	-
1975	-	-	75,7	60,1	-	-
1980*	61,3	11,6	12,1	15,3	5,8	30,2
1985*	74,9	17,5	14,3	25,3	6,0	53,2
1990*	76,2	19,8	15,4	28,1	5,6	50,4

Fonte: FÜRSTENAU, Vivian. O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha. 1988. p. 87 / Suplemento Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

Nota: (*) A categoria dos pequenos produtores inclui os mini produtores.

Segundo Fürstenau (1988) até 1975 o Banco do Brasil somente efetivou contratos de crédito rural com médios produtores, em que pese o fato dos grandes produtores contraírem financiamento com outras instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em especial as de caráter privado devido à exigibilidade e a racionalidade bancária. Quanto aos pequenos produtores gaúchos, a realidade demonstra um quadro semelhante ao nacional do ponto de vista do acesso dos pequenos ao crédito rural.

Mais uma vez pode-se afirmar que grandes segmentos dos produtores rurais ficaram à margem do processo, dentre estes a agricultura familiar. Quando esta tem a possibilidade de acesso aos recursos financeiros, estes se restringem a uma parcela reduzida em relação ao montante total disponibilizado e apenas para

algumas culturas, mormente às destinadas à exportação.⁷⁴

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) instituiu três modalidades de crédito a ser concedido, o de investimento, o de custeio e o de comercialização. A primeira modalidade apresentou uma grande importância no que diz respeito à mecanização do processo produtivo agrícola, chegando mesmo a subsidiar mais da metade do valor da maquinaria agrícola. (GARCIA, 1993)

Com a ampliação do crédito destinado ao investimento houve certa retração do crédito destinado ao custeio. Este fato pode ser verificado quando analisamos a participação percentual do crédito rural no Rio Grande do Sul, segundo a sua modalidade.

Tabela 3: A participação percentual do crédito segundo a sua modalidade em relação ao montante total no Rio Grande do Sul, 1970 / 90

ANO	INVESTIMENTO	CUSTEIO	COMERCIALIZAÇÃO
1970	33,4	43,7	22,8
1975	24,8	49,8	25,4
1980	10,8	57,4	31,8
1985	7,4	65,2	27,4
1990	3,2	71,6	25,2

Fonte: GARCIA, 1993, p. 533.

Como se pode constatar pela Tabela 3 a distribuição do crédito para investimento em 1970 representava 33,4% do total e, em 1990, representou apenas 3,2% do montante, confirmando que o seu papel, no sentido de possibilitar o acesso ao novo padrão de produção agrícola, se havia, então, esgotado. Em contrapartida, o crédito de custeio, que em 1970 representava 43,7% do crédito total concedido; em 1990 eleva a sua participação para 71,6%.

Este aumento pode ser explicado pela função atribuída pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a esta modalidade, compreendendo basicamente a de manutenção das despesas resultantes do processo de produção.

Em resumo, a política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de

⁷⁴ Dentre as culturas que fazem parte do SNCR e não se destinam ao mercado externo podemos destacar o arroz e o milho.

modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 70. [...] Os programas recessivos de ajuste impostos Fundo Monetário internacional, a pretexto de combater o déficit público, impediram que o Tesouro Nacional, via Banco do Brasil, pudesse continuar bancando os volumes demandados de crédito rural no anos 80. A saída foi reduzir os níveis de subsídio embutidos, basicamente trocando as taxas nominais prefixadas (numa conjuntura de ascensão inflacionária) por pós-fixadas. (SILVA, 1996, p.51)

O arroz, uma das principais lavouras anuais e característica de médias e grandes unidades de produção - localizadas na região sul e da campanha, juntamente com a soja, absorveram mais da metade dos recursos de crédito rural destinados ao estado na década de 1980. Isoladamente a sua participação no crédito agrícola total do Rio Grande do Sul oscila em torno de 20% na década de 1970. Posteriormente, verifica-se um incremento nessa participação a cada ano, chegando a atingir 33,9% em 1984 (FÜRSTENAU, 1988).

O abismo tecnológico existente entre, de um lado, segmentos representados pela agricultura patronal, onde predomina a força de trabalho assalariada permanente ou temporária, e, de outro, a agricultura familiar, atuou no sentido de deteriorar ainda mais a distribuição de renda no campo, principalmente no que diz respeito à região sul,

Com o objetivo de amenizar as desigualdades históricas oriundas dos modelos de desenvolvimento rural adotados, é que se lança mão uma nova política pública de inserção, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este foi criado pelo governo federal em 24 de agosto de 1995, a partir da resolução 22.191 do Conselho Monetário Nacional, o qual é regulamentado através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme seu artigo primeiro, tem por finalidade “[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.”⁷⁵ Em outubro de 2001, a finalidade do programa (PRONAF) recebe uma nova redação:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural,

⁷⁵ Decreto nº 1964 de 28 de junho de 1996, p. 1.

por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares.” (DECRETO nº 3.991, 2001, p.1)

Pode-se constatar que elementos como “qualidade de vida” e “cidadania” passam a compor as novas estratégias e ações desenvolvidas por um amplo leque de políticas públicas de inclusão⁷⁶ do segmento agricultura familiar.

Associado a estes elementos implementa-se uma nova dinâmica, onde a descentralização e a gestão social são componentes essenciais. O primeiro vincula-se à necessidade de uma parceria entre governos municipais, estaduais e federal. A gestão social se fundamenta na participação majoritária dos grupos sociais envolvidos nas fases de formulação e execução (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Os beneficiários deste programa são os agricultores familiares, que apresentam as seguintes características:

a) utilizar trabalho direto seu e de sua família, com concurso de empregado eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exige; b) ter no mínimo, 80% da renda familiar originado da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista; c) residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; d) não deter a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.272)⁷⁷

Com o passar do tempo admite-se a possibilidade de o agricultor familiar beneficiário possuir em sua unidade de produção até 2 (dois) trabalhadores rurais permanentes

No ano de 1996, a parcela de agricultores familiares que utilizaram o PRONAF, não atingiu 10% do universo total. Esta situação se deve ao fato de que somente foram beneficiados: a) agricultores familiares com maior renda, que já mantinham relações comerciais com a rede bancária; b) agricultores familiares inseridos em mercados dinâmicos e estáveis, ou seja, agricultores integrados à agroindústria. Agrega-se a estes a enorme concentração regional, privilegiando os estados do sul do Brasil, onde a agricultura familiar é mais organizada (ABRAMOVAY e PIKETTY, 2005).

⁷⁶ Dentre estas políticas públicas podemos destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a Previdência Social Rural e o Seguro Agrícola Familiar. Este último foi instituído pela Resolução 3234 do Banco Central do Brasil, de 31 de agosto de 2004, com o objetivo garantir a cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo agricultor familiar.

⁷⁷ PRONAF, 1996, p. 13 apud SACCO DOS ANJOS (2003).

Como se pode constatar, existe uma necessidade de alteração na base operacional do PRONAF. Sendo assim, no ano de 1998, introduziu-se no interior deste uma nova linha de crédito voltada para os agricultores familiares próximos à linha de pobreza.

Com a criação desta nova linha de crédito e dos fundos de aval por local, ocorre uma expansão exponencial do número de agricultores familiares e de regiões beneficiadas por este programa, atingindo, realmente a finalidade para o qual foi gerado.

Desta maneira pode-se dizer que a implementação de políticas públicas de geração de renda, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), associada a políticas de redistribuição da renda de caráter universalizante, como a Previdência Social Rural, são fundamentais para a expansão da verdadeira concepção de cidadania e de desenvolvimento.

3.3 O município de Morro Redondo: a dinâmica produtiva

O objetivo desta seção é o de identificar a dinâmica produtiva do município do Morro Redondo, considerando as suas alterações quanto aos produtos, área cultivada, quantidade produzida e renda gerada, como também suas transformações recentes e potencialidades.

Para que se possa entender melhor as formas de produção no município, deve-se retroceder a sua formação, considerando o desenvolvimento do processo histórico.

Os portugueses chegaram na localidade Passo do Valdez, por volta de 1870. A finalidade da família Domingos de Matos era criar uma hospedaria para os viajantes, pois ali se localizava um importante caminho por onde passavam as tropas de gado, oriundas de diversas regiões, tendo como destino as charqueadas em Pelotas. Os italianos se estabeleceram, por volta de 1875, na localidade Afonso Pena, nome do português que criou este loteamento. (UCPEL, RODRIGUES et ali, 1996)

Em termos oficiais, a colônia de Morro Redondo torna-se realidade a partir de 1885, formalmente constituída por Dr. Vicente Cypriano de Maia, possuindo seis lotes em 1900, com cinco famílias e aproximadamente 30 pessoas.

Há que se ressaltar que, em 1886, com o loteamento de terras pertencentes ao português José Domingos de Almeida, tem-se a chegada dos alemães, famílias evangélicas procedentes de Blumenau, SC. A área foi loteada em frações de 15 Ha, com pagamentos parcelados para fins de colonização.

Quando eles chegaram aqui tudo era mato. Eles passaram muito trabalho ... não era fácil. Eles tinham que derrubar o mato para fazer lavouras. Para morar, as primeiras casas eles faziam de coqueiro. Cortavam o coqueiro no meio e tiravam o miolo e depois colocavam um encaixado no outro que nem faz com as telhas e em cima tapavam com a rama dos coqueiros.⁷⁸ (RODRIGUES et ali, 1996, p.20)

Este fluxo de colonização deu-se principalmente até 1892, sendo que, em 1900 ingressam na região novas levas de colonos, especialmente de origem alemã. Pode -se dizer que, o processo de colonização assinalado para o município de Morro Redondo e, por extensão, para toda a região colonial de Pelotas, apresenta relevantes descontinuidades no seu ciclo evolutivo, fruto de um processo de colonização fundamentalmente de caráter privado.

A economia local se baseava não apenas na produção de alimentos destinados ao comércio local e da região, mas também através de produtos manufaturados no interior das propriedades, como conservas e doces. Os colonos melhor sucedidos chegaram a acumular relativa quantidade de capital que foi posteriormente utilizado para a edificação de moinhos para a produção de farinha de trigo e milho, como também para a constituição da indústria conserveira.

A agricultura de base diversificada tornou-se o carro chefe da economia do município, pois o desenvolvimento da atividade da pecuária extensiva era mais restrito devido à pequena dimensão das propriedades rurais.

Segundo Rodrigues et ali (1996):

A criação de animais não atingia números significativos, visto que grande parte das propriedades rurais eram de tamanho médio, as chamadas datas. Geralmente quem tinha animais, utilizava-os para trabalhos ou para ordenha (gado leiteiro), sempre para a subsistência. Em alguns casos, era comum a fabricação e a venda de manteiga, juntamente com outras atividades econômicas. Face à boa qualidade dos produtos, inclusive da manteiga, começou-se a desenvolver o que viria a se transformar, mais tarde, na Bacia Leiteira do Morro Redondo. (RODRIGUES et ali, 1996, p.58-59)

Com o passar do tempo esta unidade de produção média original vai se subdividir, devido aos processos de sucessão hereditária e de outros fatores, a

⁷⁸ RODRIGUES et ali (1996) apud Augusto Nörenberg, 1996, p. 20.

exemplo de dificuldades financeiras vivenciadas por algumas famílias que fracionam suas áreas. A Tabela 4 oferece um retrato da estrutura agrária do município do Morro Redondo.

Tabela 4: Número de estabelecimentos, área e suas variações absolutas no município do Morro Redondo - RS.

Grupos de área total (Ha)	Unidades			
	Número de estabelecimentos		área dos estabelecimentos	
	n ^o	% acum.	área (Ha)	% acum.
Menos de 1	4	0,47	2	0,01
1 a menos de 2	19	2,70	21	0,14
2 a menos de 5	56	9,27	157	1,06
5 a menos de 10	121	23,47	738	5,41
10 a menos de 20	272	55,40	3418	25,54
20 a menos de 50	287	89,08	7304	68,56
50 a menos de 100	80	98,47	3887	91,45
100 a menos de 200	11	99,77	1128	98,10
200 a menos de 500	1	100,00	323	100,00
500 a menos de 1000	-	-	-	-
Acima de 1000	-	-	-	-
Total	851	100,00	16978	100,00

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1995/1996.

No que diz respeito à estrutura fundiária do município, pôde-se constatar que 98,47% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 100 Ha, ocupando 91,45 % da área total. Há que se ressaltar que não existe, no espaço social em questão, nenhum estabelecimento rural com mais de 500 Ha, sendo que no segmento entre 200 e 500 hectares há apenas um. Este cenário nos possibilita concluir que não existe concentração fundiária no município do Morro Redondo, e que a grande maioria das unidades produtivas apresentam pequena ou média dimensão territorial.

Com base no que já foi exposto, pode-se dizer que a configuração da dinâmica da produção agropecuária no município do Morro Redondo está vinculado as transformações do espaço agrário em questão, decorrente do processo de inserção ou de exclusão nos modelos hegemônicos de desenvolvimento rural, além

das repercussões profundas sobre as condições de vida dos agricultores e suas famílias. Esta dinâmica será caracterizada através da evolução da área plantada, quantidade produzida e valor da produção das principais lavouras temporárias e permanentes, como também da quantidade produzida dos principais produtos de origem animal no município, que constam nas tabelas seguintes.

Considerando as Tabelas 5, 6 e 7, com suas séries históricas de dados, pode-se configurar a dinâmica e os principais sistemas produtivos no município do Morro Redondo.

Tal como indica a Tabela 5, a cultura do milho é bastante significativa no município de Morro Redondo. Este cultivo, em 1990 já representava quase a metade (49,83%) da área com lavouras temporárias, em 2003 atinge o patamar de 69,32%. Este fato se confirma quando analisamos sua participação no montante total do valor da produção, que é de 23,87% no ano de 1990, passando para 43,40% em 2003 (Tabela 7). Este fato se vincula ao desenvolvimento e a relevância da bacia leiteira do município, sendo o milho um insumo de grande importância no processo produtivo do leite.⁷⁹

Tabela 5: Área plantada das principais lavouras temporárias em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

CULTURAS	ANOS							
	1990		1995		2000		2003	
	área (ha)	%						
Milho	1500	49,83	1700	54,33	1800	61,70	2000	69,32
Batata inglesa e doce	700	23,25	760	24,29	630	21,38	240	8,32
Feijão	340	11,30	460	14,70	340	11,54	350	11,79
Cebola	100	3,32	105	3,36	180	6,11	100	3,47
Tomate	20	0,66	5	0,16	15	0,51	15	0,52

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2004)..

A cultura da batata vem reduzindo paulatinamente a sua importância na dinâmica do sistema produtivo municipal, tanto em área plantada (23,25% em 1990 e apenas 8,32% em 2003), como em quantidade produzida (4.550 toneladas em

⁷⁹ Vide na Tabela 11 a produção da bacia leiteira do município do Morro Redondo.

1990 e 1.470 toneladas em 2003) e participação no valor total da produção. No que diz respeito a este último item, convém ressaltar que em 1990 a bataticultura era responsável pela maior participação, atingindo o patamar de 42,55%, mas a partir de então ocorre um decréscimo contínuo até chegar a 19,53% em 2003, assumindo em seu lugar o milho com 43,40% do valor da produção agrícola.

As demais culturas (feijão, cebola e tomate) se mantiveram estáveis, sofrendo alterações vinculadas às condições edafoclimáticas e de mercado.

Há que se ressaltar a introdução da cultura do fumo em áreas, anteriormente, destinadas a culturas tradicionais no município, como a batata. Sua participação no valor total da produção vem crescendo de maneira contínua, passando de somente 2,42% em 1990, para 13,11% do montante em 2003. Essa tendência é relatada por um de nossos entrevistados:

Não sei bem o que tá acontecendo, mas de uns anos pra cá, muita gente tá se bandeando pro lado do fumo. Eu prefiro fica no que eu conheço, mas o pessoal diz que dá grana. Tu sabe, a gente trabalhando bem, o dinheiro aparece. Criei toda a família com pomar. Mas o pessoal diz que fruta dá trabalho e se ganha pouco [...] mas eu acho que o fumo dá mais trabalho [...] não compensa [...] mas a maioria do pessoal diz que sim. (agricultor do Morro Redondo, 56 anos, 2005)

Tabela 6: Quantidade produzida das principais lavouras temporárias em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

CULTURAS (ton)	ANOS			
	1990	1995	2000	2003
Batata inglesa e doce	4550	5576	3680	1470
Milho	2250	3400	5400	6000
Cebola	700	630	1440	800
Feijão	306	331	242	268
Tomate	140	125	900	600

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2004)..

Com relação as principais lavouras temporárias no espaço social em questão (Tabelas, 8, 9 e 10) pode-se concluir que embora a área de pêssego tenha sofrido uma relevante diminuição (em 1990 era 98,24% e em 2003 passa a ser 82,06% do total), esta é ainda a principal atividade econômica em Morro Redondo. Esta redução está vinculada à expansão de área com a cultura do fumo. A realidade

demonstra a simultaneidade entre a erradicação de muitos pomares com a implantação de lavouras de fumo

Tabela 7: Valor da produção das principais lavouras temporárias em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

CULTURAS	ANOS							
	1990		1995		2000		2003	
	CR\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Batata inglesa e doce	30890	42,55	985	56,99	810	34,19	2059	19,53
Milho	16594	23,87	327	19,45	864	36,47	1936	43,40
Feijão	3264	4,70	160	9,52	85	3,59	308	6,90
Cebola	2100	3,02	158	9,40	166	7,01	206	5,83
Fumo	1680	2,42	15	0,89	106	4,47	585	13,11

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2004)..

Tabela 8: Área plantada das principais lavouras permanentes em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

CULTURAS	ANOS							
	1990		1995		2000		2003	
	área (ha)	%						
Pêssego	1560	98,24	520	78,55	640	81,53	750	82,06
Laranja	10	0,63	114	17,22	116	14,52	129	14,11
Figo	6	0,38	7	1,06	7	0,89	8	0,88

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2004)..

A cultura da laranja, que no ano de 1990 representava apenas 0,63% da área total com culturas permanentes, em 2003 já atinge o patamar de 14,11%, um crescimento bastante significativo. Este fato se ressalta quando analisamos sua participação no montante total do valor da produção, que é de 4,66% em 1990, passando para 14,55% em 2003 (Tabela 10). Acredita-se que esta laranja esteja ocupando áreas anteriormente ocupadas pelo figo, que embora não apresente uma redução muito redundante, os pomares não têm sido renovados, como também áreas destinadas à bataticultura. Outra possibilidade é a ocupação de áreas

destinadas ao alho, que a partir da segunda metade da década de 1990, deixa de constar na lista das principais lavouras temporárias do município.

Tabela 9: Quantidade produzida das principais lavouras permanentes em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

CULTURAS	ANOS			
	1990	1995	2000	2003
Pêssego ¹	57966	15600	23630	29167
Laranja ¹	492	5612	5612	2703
Figo ¹	426	560	570	680

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2004)..

Nota: (¹) A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, pêra, pêssego e tangerina passam a ser expressa em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, com exceção da banana, para qual era utilizado mil cachos. ⁸⁰

Tabela 10: Valor da produção das principais lavouras permanentes em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

CULTURAS	ANOS							
	1990		1995		2000		2003	
	CR\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Pêssego	17390	89,56	546	72,99	827	83,96	1601	81,48
Laranja	905	4,66	163	21,79	105	10,66	286	14,55
Figo	256	1,32	13	1,74	9	0,91	22	1,12

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE (2004)..

No que diz respeito à produção animal, a ênfase recai na produção leiteira, que ocupa um lugar de destaque para o sistema produtivo local. O produto leite é a principal fonte constante de ingresso de renda, sendo que parte da produção é destinada ao autoconsumo das famílias.

⁸⁰ Com base em informações dos Departamentos de Fitotecnia, área de Fruticultura, e o Departamento de Ciência e Tecnologia Agroindustrial, área de pós-colheita, da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (Universidade Federal de Pelotas), considera-se para fins deste trabalho que um fruto de pêssego na região pesa, em média, aproximadamente 90 gramas, de laranja 215 gramas (variedade valência) e de figo 50 gramas.

Os dados originais fornecidos pelo IBGE para o ano de 2003 são respectivamente: pêssego 2.625 toneladas, laranja 518 toneladas e figo 34 toneladas. Transformados em mil frutos resulta em: pêssego 29.167, laranja 2.703 e figo 680 toneladas.

Analisando-se de forma mais profunda os sistemas produtivos adotados pelos agricultores do município, constata-se a presença de uma lógica onde se tem produtos com finalidades variadas⁸¹ – autoconsumo, insumo e mercado – e produtos comerciais, ou seja, de destinação exclusiva para mercado⁸².

Tabela 11: Quantidade produzida dos principais produtos de origem animal em anos selecionados no município do Morro Redondo – RS

PRODUTOS	ANOS			
	1990	1995	2000	2003
Leite (mil litros)	3832	3761	5123	6704
Mel (Kg)	2868	10017	10700	9331
Ovos de galinha (mil dúzias)	182	185	207	97

Fonte: Produção Pecuária Municipal, IBGE, (2004).

⁸¹ Dentre estes se pode destacar a batata inglesa e doce, o milho, a laranja e o mel.

⁸² É o caso da cultura do fumo.

4. A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO E A PREVIDENCIA SOCIAL RURAL

4.1 O idoso, a unidade de produção familiar e os recursos previdenciários

O fenômeno do envelhecimento populacional interfere decisivamente na dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira, tendo se intensificado nas duas últimas décadas.. Este processo vincula-se à queda dos índices de fecundidade e de mortalidade, estando concomitantemente associado ao aumento da expectativa de vida do brasileiro.

O processo de envelhecimento demográfico repercutiu e continua repercutindo nas diferentes esferas da sociedade, uma vez que este segmento etário possui demandas específicas vinculadas às suas condições de vida. Tais demandas fizeram da velhice um tema privilegiado de investigação (SIQUEIRA et al, 2002).⁸³

A velhice tem sido apresentada e analisada, principalmente, através da perspectiva biológica, onde são fundamentais os aspectos relativos às alterações fisiológicas do organismo, ou seja, aquelas que podem ser reconhecidas por sinais do corpo independente dos sistemas simbólicos de cada cultura, e às mudanças no âmbito do perfil populacional.

Sequeira e Silva (2002) criticam esta forma de abordagem:

Apesar de errada, há uma tendência para pensar a velhice como universal, devendo-se tal talvez ao facto de esta se inscrever no ciclo biológico natural de todo o ser humano: nascimento, crescimento e morte. No entanto, é complicado falar da velhice dentro de um quadro geral, uma vez que ninguém envelhece de uma maneira ou ao mesmo ritmo. (SEQUEIRA e SILVA, 2002, p. 505)

Já no que diz respeito à utilização do termo terceira idade, Siqueira et al (2002), ressalta que este é:

[...] uma construção das sociedades contemporâneas e vem sendo empregado por acreditar-se que é isento de conotações depreciativas e para atender a interesses de um mercado de consumo emergente. (SIQUEIRA et al, 2002, p. 904)

⁸³ O ITEPA (2001) ressalta na sua análise referente ao município do Morro Redondo, durante o período de 1991 a 1996, o registro de uma pequena redução no número total de habitantes do meio rural, sendo que considerando apenas a faixa etária acima dos 60 anos, o que se vislumbrou foi o inverso, ou seja, um aumento da participação deste coletivo na ordem de 70 pessoas.

É falso acreditar que grande parcela da população idosa brasileira pode ser caracterizada pelo simples acesso a um mercado de consumo específico. Albuquerque et al (1999) destaca que estas compreensões repousam em uma lógica a-histórica, que parecem ocultar ou desconhecer os diferentes modos de vida, tomados como sendo de cunho essencialmente urbano.

Sendo assim, para fins desta análise, utilizar-se-á uma concepção de idoso que parte da premissa de que:

[...] eles se distribuem nas diferentes camadas, segmentos ou classes sociais, vivendo sua velhice de forma diferente entre si, dependendo do cada um se encontra inserido. Isto também é válido para a diferenciação entre idosos que vivem no meio urbano ou no meio rural. (ALBUQUERQUE et al, 1999, p. 505)

Esta visão considera que o idoso passa por mudanças nos planos biológico, psicológico, econômico e social, bem como no plano pessoa-mundo, que exigem deste um esforço de adaptação às novas condições de vida e suas representações (SEQUEIRA e SILVA, 2002).

A aposentadoria é um elemento que interfere sobremaneira nas relações familiares e nas atividades produtivas vivenciadas e do ponto de vista das inúmeras situações sócio-profissionais.

O aposentado rural, diferentemente do urbano, desenvolve atividades específicas no interior da unidade de produção. Já o aposentado urbano apresenta o que se pode denominar de vida produtiva plena, ou seja, com a aposentadoria este não se dedica mais, em sua imensa maioria, à atividade produtiva anterior.⁸⁴

O principal elemento que faz com que o idoso rural tenha um papel nas atividades desenvolvidas no interior da unidade de produção é o fato de que a maioria dos adolescentes e jovens migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho e vida. Os idosos e outros remanescentes que permanecem na unidade produtiva devem suprir as necessidades de força de trabalho.

Como demonstra a Tabela 12, dos sessenta e dois estabelecimentos rurais investigados no município do Morro Redondo quarenta e um apresentam beneficiários da previdência social e vinte e um não, representando respectivamente 66,2% e 33,8% do total. Esta situação demonstra a elevada incidência de

⁸⁴ Nas vezes em que voltam a exercer atividades produtivas e remuneradas, invariavelmente os aposentados urbanos dedicam-se a ocupação distintas em relação a que foi objetode aposentadoria.

estabelecimentos com a presença de agricultores familiares aposentados, ressaltando a relevância deste segmento para o espaço social em questão.

Tabela 12: Distribuição dos estabelecimentos rurais segundo a presença de aposentadoria em 2003, Morro Redondo – RS

	Nº Estabelecimentos	%
Com Aposentadoria	41	66,2
Sem Aposentadoria	21	33,8
Total	62	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Com base nos dados da Tabela 13 pode-se constatar que nos estabelecimentos com a presença de aposentados, 34,2% dos residentes se encontram em estratos onde a idade média é de mais de cinquenta anos. Já no que se refere aos estabelecimentos sem aposentados, 85,7% estão nos estratos com idade média de até 40 anos. Cabe ressaltar que no estrato de média de idade acima de 60 anos não consta nenhum estabelecimento rural sem aposentados. Estes dados vêm corroborar com a qualidade da amostra selecionada em termos de representatividade da realidade investigada.

Os dados nos remetem a outra questão, ou seja, quanto à acessibilidade, por parte dos idosos rurais do município, ao benefício previdenciário. Segundo os mesmos, o processo e a forma de acesso tem se mostrado eficaz.

Tabela 13: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo estratos selecionados da idade média dos residentes em Morro Redondo - RS

Intervalos	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
Até 30 anos	5	12,2	10	47,6
30 – 40	11	26,8	8	38,1
40 – 50	11	26,8	1	4,8
50 – 60	7	17,1	2	9,5
Mais de 60	7	17,1	0	0,0
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

A Tabela 14 nos mostra uma distribuição dual e invertida no que se refere ao número de residentes no estabelecimento rural. Nos estabelecimentos onde se tem a presença de aposentados, 43,8% se localizam nos estratos com cinco a sete residentes, enquanto que apenas 22% com até dois residentes. A situação se inverte para os estabelecimentos sem beneficiários da previdência, onde 47,7% se localizam nos estratos com até três residentes e somente 19,1% nos estratos de cinco a sete moradores. Estes dados nos sinalizam para a potencialidade que os estabelecimentos rurais com aposentados apresentam em suprir as necessidades de um número maior de elementos que compõem a força de trabalho familiar. Esta situação pode estar vinculada à renda oriunda do acesso à previdência social rural.

Esta colocação se reafirma através do depoimento abaixo:

O meu pai é aposentado. Ele compra as coisas dele. O dinheiro da aposentadoria ajuda ... não é muito o que ele ganha, mas já é uma ajuda. O neto mais novinho tá com dois anos ... aí ... se ele quer ... ele pode comprar uma coisa ou outra pra ele (fralda, bico ...) e também pros outros dois. Quando ele vai na cidade recebê, sempre compra alguma coisinha, paga uma conta ou ajuda nela. Isso é bom, né ... (agricultora do Morro Redondo, 34 anos, 2005)

Tabela 14: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o número de residentes em 2003, Morro Redondo - RS

Residentes p/Estabel.	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
1	0	0,0	1	4,8
2	9	22,0	3	14,3
3	9	22,0	6	28,6
4	5	12,2	7	33,3
5	11	26,8	1	4,8
6	6	14,6	2	9,5
7	1	2,4	1	4,8
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Outra questão a ser analisada é quanto à complexidade dos arranjos da família para o desenvolvimento de atividades no interior da unidade de produção. Segundo Beltrão et al (2004) existem duas formas de se medir a complexidade dos arranjos familiares: (a) através do número de gerações co-residindo no domicílio e (b) da proporção de adultos não-chefes e não-cônjuges. Tanto de uma forma como de outra, os estabelecimentos com aposentados, por apresentar um número bem

maior de residentes, sinalizam para um maior número de gerações co-residindo⁸⁵, como também para uma maior presença de adultos não-chefes e não-cônjuges⁸⁶, resultando em um arranjo mais complexo do que nas unidades produtivas sem aposentados.

Pode-se dizer que existem diversas formas através das quais a questão da previdência social interfere na dinâmica das atividades e relações sociais no meio rural e no seio da unidade familiar de produção. Há que destacar o fato de que embora aposentados, estas pessoas ainda desenvolvem atividades no interior da unidade de produção familiar, interferindo na organização do fator trabalho e no processo de reprodução social do grupo doméstico.

Sequera e Silva (2002) ressaltam que:

É de sublinhar que, apesar de o envelhecimento ser acompanhado por alterações a diferentes níveis, qualquer dos déficits físicos, psicológicos e sociais podem ser atenuados ou incrementados pelo contexto em que o idoso se inscreve.

Então, muito embora se observe a existência de fatores limitantes relacionados com a idade, eles não afectam senão modestamente a capacidade de reestruturação e manutenção da saúde intelectual e mental da pessoa idosa que se socorre de estratégias apropriadas. Tais capacidades não dependem tanto da idade que o indivíduo tem, quanto do contexto sócio cultural em que se insere. (SEQUERA e SILVA, 2002, p.506)

Considerando o conjunto de tarefas a serem executadas na atividade de produção agrícola, pode-se constatar que estas se apresentam como um tipo de trabalho penoso, fatigante e, por muitas vezes, repetitivo. Portanto a proximidade da aposentadoria deveria representar uma libertação, alívio em relação a uma forma de sofrimento recorrente, mas na realidade o que se constata é que a suspensão do laborar torna-se um suplício, a origem de uma nova aflição. Este fato sinaliza para o alto valor atribuído ao trabalho no segmento da agricultura familiar, destacando-se a relação entre um certo nível de atividade de labuta e de satisfação de vida. O trabalho torna-se, portanto, um imperativo na vida do agricultor familiar, como revelam alguns depoimentos:

Antes eles não deixavam eu fazer nada. Tinham medo de eu dar despesa ... fica bem doente ... aí se gasta mais com remédio. Agora, com o meu dinheirinho ... ahhhh ... não faço o que fazia antigamente, mas ajudo nas tarefas. Ordenho, cuido da criação (suínos e aves) e da horta. Tem que recolhe os ovos e dar bóia para as galinhas todos os dias. Aí é bom ... Me sinto gente de novo. (agricultor do Morro Redondo, 68 anos, 2005)

⁸⁵ Na amostra em questão, com aposentaria, predomina o número de duas gerações co-residindo no mesmo estabelecimento.

⁸⁶ Nesta situação tem-se o indício da necessidade de ajuda financeira em maior grau por parte dos idosos residentes.

Nas unidades de produção familiar o arranjo com vistas ao trabalho está vinculado ao processo de interação entre em três elementos: o gênero, a idade e a posição no grupo doméstico (MADUREIRA, 2004).

Nos estabelecimentos pesquisados os homens adultos chefes de família assumem, entre outros aspectos, a manutenção e uso do maquinário, bem como ao desenvolvimento das linhas de produção de cunho comercial, como, por exemplo, a bataticultura, o fumo, a persicultura. O agricultor aposentado, quando já ocorreu a sucessão hereditária no âmbito da exploração, comumente passa a envolver-se com a produção para autoconsumo, como a horta, a criação de pequenos animais, e a tarefa da ordenha. Esta situação é dada em decorrência da sua condição física e posição social atual no grupo doméstico. Embora a presença de mulheres idosas aposentadas no município estudado seja consideravelmente muito baixa, onde se tem a sua ocorrência, esta permanece essencialmente ligada à tarefas domésticas, entre as quais, cuidar dos netos e auxiliar nas atividades para autoconsumo. Através do trabalho e da existência de uma renda própria, fruto do benefício previdenciário, a idosa aposentada, como o idoso aposentado, assumem um papel de relevância no processo de reprodução social do grupo familiar.

A Tabela 15 demonstra que a presença de horta é significativa tanto nos estabelecimentos com aposentados, presente em 85,4%, como nos sem aposentados, em 90,5%. Este fato indica que nas unidades familiares de produção situadas no município efetivamente existe uma produção voltada para o autoconsumo. Portanto, torna-se visível, no caso em questão, a possibilidade de explicação desta realidade utilizando-se a elaboração teórica de Tepicht.

O referido autor distingue qualitativamente a força de trabalho existente no interior da unidade familiar, segundo o critério “custo de oportunidade”,⁸⁷ em “forças plenas” e “forças marginais”. Como se pode constatar, a atividade do agricultor aposentado e da mulher são fundamentais para a produção que se destina ao autoconsumo, ficando sob a responsabilidade do adulto chefe de família tarefas essenciais, como no caso da conservação do maquinário e implementação das linhas produtivas com orientação comercial.

⁸⁷ Tepicht considera como forças plenas os homens adultos com possibilidades alternativas no mercado de trabalho e, como forças marginais as representadas pelo trabalho de crianças, idosos e mulheres, que geram, o que se denomina de renda marginal, essencial no processo de reprodução social.

Tabela 15: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a presença de horta em 2003, Morro Redondo - RS

	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
Sim	35	85,4	19	90,5
Não	6	14,6	2	9,5
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Outro elemento que interfere na dinâmica da força de trabalho no interior da unidade de produção familiar são as relações de parentesco e de vizinhança, pois estas são as referências para o processo de troca de trabalho, também denominado de prática de ajuda mútua. Este processo dá-se, geralmente, em determinados períodos do sistema produtivo, nos picos de necessidade de força de trabalho, ou seja, onde ocorre uma intensificação e diversificação de tarefas, como em determinadas fases do ciclo de vida da família, particularmente, quando a unidade de produção vê-se diante da predominância de crianças e idosos no grupo doméstico. Convém ressaltar que este sistema (troca de trabalho) não é embasado na lógica do favor ou da caridade, mas uma relação de solidariedade e reciprocidade instituídas e mantidas através da herança cultural de seus antepassados.

[...] a gente trabalha junto mas é nas épocas de aperto ... e na silagem que a gente precisa de bastante gente [...] então eles vêm me ajudá eu vou lá ajudo eles [...] alguma coisa assim. Se eles precisam alguma coisa minha eles vêm aqui [...] usam o trator [...] o meu irmão tem um tratorzinho pequenininho [...] às vezes eles querem fazer uma lavoura maior [...] eu pego o meu trator aqui vou lá e faço pra eles [...] eu preciso de uma ajuda eles vêm [...] é uma troca de serviços que a gente usa bastante [...] (agricultor do Morro Redondo, 52 anos)

Troco serviço todos os anos ... principalmente na silagem, agora na época de silagem né [...] porque ninguém pode pagá, então se troca. Os vizinhos se trocam serviço. Eu mesmo troquei [...] agora vou fazê uma silagem, mas os vizinhos vão me ajudar. Em troca porque né [...] porque eu mesmo já ajudei eles [...] então[...] (agricultor do Morro Redondo, 47 anos)

Não se pode desconsiderar que o agricultor idoso é o detentor de um saber sobre o meio ambiente local e sobre certas técnicas que caíram, com o passar do tempo, em desuso, ou seja, de um patrimônio cultural que pode ser transmitido, segundo determinadas necessidades, para as gerações futuras.

Os dados da Tabela 16 indicam informações bastante interessantes entre os

grupos aqui confrontados. Quando perguntados se consideram a existência de perspectivas na agricultura e sobre o futuro da família nessa atividade, a resposta foi afirmativa para respectivamente 46,3% e 28,6% dos estabelecimentos que contavam e não contavam com aposentados em seu seio. Chama a atenção o fato de que nos estabelecimentos onde não há segurados da previdência rural cerca de 2/3 disseram que não vêem perspectivas na agricultura.

Tabela 16: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo existência de perspectivas na agricultura e sobre o futuro o grupo familiar nesta atividade em 2003, Morro Redondo - RS

	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
Sim	19	46,3	6	28,6
Não	20	48,8	14	66,7
Não sabe/sem resposta	2	4,9	1	4,8
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Por outro lado os dados da Tabela 17 mostram que em 48,8% dos estabelecimentos que contam com aposentados, nossos entrevistados manifestaram o desejo de que os filhos sejam agricultores, ao passo que onde não há aposentados a resposta afirmativa a esta questão correspondeu a 57,1% dos casos.

Esta aparente contradição pode estar relacionada a outros fatores, como ao fato de que não obstante o quadro de dificuldades em que se acha imersa a agricultura, escassas são as possibilidades de buscar outras ocupações para um segmento da população de escasso nível de escolaridade.

Por outra parte, não há como desconsiderar o fato de que exercer a atividade agrícola, mesmo em um cenário de dificuldades, assegura a possibilidade de no futuro tornar-se beneficiário da previdência social rural quando atingirem a idade mínima para aposentadoria.

O objetivo desta seção é o de analisar o cenário relativo à organização da força de trabalho no interior da unidade produtiva familiar, identificando se efetivamente o acesso aos benefícios da previdência social rural interfere no arranjo referente às formas de produção da agricultura familiar relativo ao município de Morro Redondo.

Tabela 17: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o desejo de que os filhos seguissem a profissão de agricultor em 2003, Morro Redondo - RS

	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
Sim	20	48,8	12	57,1
Não	17	41,5	6	28,6
Não sabe/sem resposta	4	9,8	2	9,5
Não se aplica	0	0,0	1	4,8
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

4.2 A renda da unidade de produção familiar e os recursos previdenciários

Até algum tempo atrás a renda agrícola era fonte quase exclusiva de riqueza econômica no mundo rural. Atualmente este quadro tem sido sensivelmente alterado, tendo em vista o protagonismo crescente de outras formas de renda, especialmente de origem não-agrícola, dentre estas a proveniente do sistema de aposentadoria rural.

Tomando por base este cenário, a presente seção do trabalho tem por finalidade investigar como a ampliação do acesso e as mudanças no montante dos recursos oriundos da aposentadoria interferem na reprodução social do segmento familiar da agricultura do município de Morro Redondo, localizado no estado do Rio grande do Sul.

De maneira geral, o incremento da participação dos benefícios no ingresso econômico global das famílias rurais está vinculado a fatores como o envelhecimento populacional no rural, a redução na idade para acesso ao benefício, a inclusão das mulheres⁸⁸ como possíveis beneficiárias e a duplicação do valor da aposentadoria rural, atualmente equivalente a um salário mínimo, em lugar do valor (1/2 salário mínimo) que preponderava até a promulgação da nova Constituição. (BELTRÃO, CAMARANO e MELLO, 2004).

⁸⁸ A mulher é permitida acumular aposentadoria e pensão. Isto usualmente implica numa duplicação da renda pessoal. A incorporação das mulheres rurais na Seguridade Social tem, também, impactos simbólicos, pois a maioria das mulheres rurais não tinha uma conta no banco ou mesmo dinheiro pessoal até então, resultando em um rearranjo do grupo familiar.

Os referidos autores ressaltam esta situação:

A presença de benefícios nas famílias com idosos residindo é um dos fatores explicativos da sua menor pobreza. Analisando as regiões Nordeste e Sul, Delgado e Cardoso (2000) mostram que os benefícios previdenciários se tornam mais importantes na composição da renda dos domicílios à medida que diminui as faixas de rendimento consideradas, tendência oposta ao que ocorre com os rendimentos da ocupação principal dos membros das famílias. (BELTRÃO, CAMARANO e MELLO, 2004, p. 11)

A Tabela 18 demonstra a proporção entre a renda agrícola e a renda total (soma de todos os tipos de renda). Nos estabelecimentos com aposentados apenas 14,6% se localizam no segmento entre 75% e 100% de participação da renda agrícola sobre a total, sendo que a maior frequência (36,6%) se encontra no segmento que vai de 20% a 50%. No que diz respeito aos estabelecimentos sem aposentados 76,2% estão no intervalo entre 75% e 100% do todo e, somente 9,5% no intervalo que abrange de 20% a 50% de participação da renda agrícola sobre o total. Com base neste panorama, pode-se dizer que a renda não agrícola tem uma maior relevância nos estabelecimentos com aposentados, ressaltando a sua importância. Também se identifica uma relação inversa, ou seja, onde se tem a renda oriunda da previdência social rural ocorre uma redução gradual da renda de cunho agrícola.

Tabela 18: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a proporção da renda agrícola em relação a renda total em 2003, Morro Redondo - RS

Participação da renda agrícola na formação da renda total	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
Até 20%	7	17,1	1	4,8
20 – 50%	15	36,6	2	9,5
50 – 75%	13	31,7	2	9,5
75 – 100%	6	14,6	16	76,2
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Analisando a Tabela 19, no que se refere à média da renda agrícola por superfície agrícola útil pode-se constatar que nos estabelecimentos com aposentados, esta é ligeiramente inferior (R\$ 408,42) a de estabelecimentos sem a

presença de aposentados (R\$ 503,93). Quando se examina a renda total por superfície agrícola útil, a questão se inverte, ou seja, os estabelecimentos sem a presença de aposentados (R\$ 572,77) apresentam uma renda bastante inferior aos estabelecimentos que contam com aposentados (R\$ 966,83). Este fato vem reafirmar a importância, cada vez maior, dos benefícios previdenciários na renda da agricultura familiar do município, em detrimento da renda agrícola. Esta realidade se vincula, principalmente, à questão dos ganhos, cada vez mais reduzidos, tanto nas linhas produtivas de caráter comercial tradicionais, dentre estas o milho e o pêssego, como também em produções emergentes, como é o caso do fumo.⁸⁹

Tabela 19: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a renda agrícola e renda total por superfície agrícola útil (SAU) em 2003, Morro Redondo – RS

Tipo de Renda		C/Aposent.	S/Aposent.
Renda agrícola por SAU (remuneração agrícola por superfície agrícola útil)	Média	408,42	503,93
	Mediana	289,33	407,98
	Desvio padrão	378,39	393,45
	Mínimo	-54,91	30,46
	Máximo	1614,22	1391,75
Renda total por SAU (remuneração total por superfície agrícola útil)	Média	966,83	572,77
	Mediana	616,53	516,20
	Desvio padrão	840,45	361,04
	Mínimo	92,11	30,46
	Máximo	4557,23	1391,75

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Este cenário, realçado anteriormente, aparece claramente evidenciado através de alguns depoimentos de agricultores familiares:

Eu acho que o trabalho não é valorizado. Parece que não. Porque se produz não vale, se não produz aí vale[...] mas [...] aí o senhor não tem nada para vendê, vai sobrevivê do que? Dum saco ou dois de feijão que a gente colhe? Não tem como [...] (agricultor do Morro Redondo, 43 anos)

Bah [...] a coisa ta muito péssima [...] bah. É claro [...] não vale nada, quando a gente tem as coisas pra vender, não vale nada [...] cebola mesmo, eu vendi a dez centavos o quilo. É até uma vergonha [...] plantá cebola pra vender a dez centavos o quilo. A colônia piorou ... barbaridade. (agricultor do Morro Redondo, 56 anos)

⁸⁹ Nas culturas tradicionais como o pêssego, o descontentamento fundamental está relacionado ao preço do produto; no fumo, cultura emergente no município, no processo de classificação, conforme apresentado anteriormente.

Pode dizer que de uns anos pra cá piorou [...] porque a colônia tá muito ruim [...] bah. Tirando a seca [...] a plantação não vale nada ah [...] não vale nada. Os adubo estão muito caro [...] semente, tudo. E o preço do leite é muito pouco [...] muito pouco. (agricultor do Morro Redondo, 52 anos)

Mas quando questionados sobre a sua satisfação em relação ao meio rural (Tabela 20), chama a atenção o alto grau de satisfação, tanto nos estabelecimentos com a presença de beneficiários da previdência social rural, como na situação oposta. Convém ressaltar que existe uma inversão nas categorias consideradas, demonstrando que a presença da renda previdenciária sinaliza para uma maior satisfação, ou seja, nos estabelecimentos com aposentados 53,7% se localizam no segmento *muito satisfeito* e 46,3% no *satisfeito*. No que diz respeito aos estabelecimentos sem aposentados apenas 33,3% se localizam no segmento *muito satisfeito* enquanto que na categoria *satisfeito* tem-se 61,9% dos casos. Tanto nos estabelecimentos com aposentados, como no sem a presença dos mesmos, não se tem nenhuma frequência no segmento *insatisfeito*. Esse dado demonstra de forma cabal que as pessoas sabem diferenciar a situação atual da agricultura com a questão relativa a viver no espaço rural.

Tabela 20: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o grau de satisfação do agricultor e de sua família em relação ao meio rural em 2003, Morro Redondo – RS

Grau de satisfação	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
muito satisfeito	22	53,7	7	33,3
satisfeito	19	46,3	13	61,9
insatisfeito	0	0,0	0	0,0
não sabe/sem resposta	0	0,0	1	4,8
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Vinculado a este alto grau de satisfação em relação ao meio rural, a Tabela 21, demonstra os elementos que propiciam este cenário, segundo o ponto de vista dos próprios agricultores familiares entrevistados. Enquanto que nos estabelecimentos com aposentados o fator mais valorizado é a *tranqüilidade* (39%), nos sem a presença de aposentados o aspecto mais destacado é o *trabalho na*

agricultura e a importância de produzir alimentos (38,1%), seguido do elemento *tranqüilidade* (23,8%). Nos estabelecimentos com aposentados também se ressaltam fatores como *a comunidade onde vive e o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos*, ambos com 17,1%. Este resultado demonstra que a lógica econômica não é fundamental na reflexão e tomada de decisões de caráter mais amplo, ou seja, as que não se encontram apenas vinculadas ao negócio familiar. Pode-se constatar que a ambiência (tranqüilidade) e a lógica do trabalho associada à responsabilidade social (trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos) se apresentam como elementos relevantes na visão do agricultor familiar do município do Morro Redondo.

Tabela 21: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo o que mais valoriza em relação ao meio rural em 2003, Morro Redondo – RS

	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
a paisagem	1	2,4	3	14,3
os animais e as plantas	6	14,6	3	14,3
o trabalho na agricultura e importância de produzir alimento	7	17,1	8	38,1
a tranquilidade	16	39,0	5	23,8
os vizinhos e a comunidade em que vive	7	17,1	2	9,5
não sabe/sem resposta	4	9,8	3	14,3
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

No que se refere à produção agrícola de cunho familiar no município em questão, o fator financiamento apresenta um quadro bastante interessante, evidenciado nos dados da Tabela 22. É significativo o índice de agricultores que se utilizam do mesmo, pois no ano agrícola 2001/02, 80,5% dos estabelecimentos rurais com a presença de aposentadoria obtiveram empréstimos, como também 81% dos estabelecimentos sem a presença de aposentadoria. Tal informação demonstra que o recebimento da aposentadoria não determina redução ou interrupção na atividade econômica das explorações familiares.

Tabela 22: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a obtenção de financiamento no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo - RS

Obtenção de financiamento	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
Sim	33	80,5	17	81,0
Não	8	19,5	4	19,0
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Considerando a importância do financiamento no processo produtivo analisado, torna-se relevante tratar com maior profundidade questões como a finalidade e a fonte dos mesmos.

Com base nos dados da Tabela 23 pode-se vislumbrar que o custeio é a principal finalidade dos empréstimos contratados, tanto nos estabelecimentos com a presença de aposentados, na ordem de 58,5%, como também nos estabelecimentos sem a presença de aposentados (57,1%). O financiamento com vistas ao custeio foi destinado basicamente para as linhas produtivas do fumo, leite, milho, pastagem e pêssego. No que diz respeito aos empréstimos com a finalidade de investimento⁹⁰, estes foram utilizados, principalmente, em benfeitorias na unidade de produção como a construção de poços.

Tabela 23: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a finalidade do financiamento no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo - RS

Finalidade do financiamento	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabel.	%	Nº Estabel.	%
custeio	24	58,5	12	57,1
investimento	7	17,1	2	9,5
custeio e investimento	3	7,3	4	19,0
não se aplica	7	17,1	3	14,3
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

⁹⁰ Em respectivamente 17,1% e 9,5% dos estabelecimentos com e sem aposentados houve a utilização de crédito de investimento.

Com base na Tabela 24 pode-se constatar que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) torna-se a principal fonte de financiamento de custeio, como também da modalidade investimento, tanto para os estabelecimentos com aposentados quanto para os que não têm aposentados. Desta forma, pode-se verificar que o princípio de “acesso simplificado dos agricultores familiares aos agentes, instrumentos e benefícios do Programa”⁹¹, está efetivamente comprovado, com base nos dados que refletem a situação das unidades familiares de produção de Morro Redondo.

Neste sentido, segundo Abramovay e Veiga (1998)

A existência de uma política de crédito voltada à agricultura familiar encontra sua justificativa naquilo que os economistas chamam de falha de mercado: a contribuição positiva deste setor à ocupação e geração de renda no campo é inibida por dois fatores básicos, pela ausência de condições infra-estruturais para a valorização de seu trabalho e pelas dificuldades que o setor bancário opõe a que um segmento dotado de precária base patrimonial incapaz de oferecer contrapartidas faça parte de sua clientela regular. (ABRAMOVAY e VEIGA, 1998, p. 26)

Tabela 24: Distribuição dos estabelecimentos rurais, com e sem aposentadoria, segundo a fonte do financiamento no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo - RS

Fonte de financiamento	C/Aposentadoria		S/Aposentadoria	
	Nº Estabe.	%	Nº Estabe.	%
Banco *	2	4,9	2	9,5
Cooperativas	3	7,3	0	0,0
Empresa integradora ou agroindústria	1	2,4	0	0,0
Pronaf	24	58,5	10	47,6
Pronaf e Banco	1	2,4	0	0,0
Pronaf e Fundo Municipal	0	0,0	3	14,3
Pronaf e Banco da Terra	0	0,0	2	9,5
Pronaf, Banco e Cooperativa	1	2,4	0	0,0
RS-Rural	1	2,4	0	0,0
Não se aplica	8	19,5	4	19,0
Total	41	100,0	21	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPEL / UFRGS, 2004.

(*) A modalidade "Banco" inclui o caso das exigibilidades bancárias que obriga os agentes financeiros a disponibilizar recursos para o crédito agrícola.

Uma das mais importantes conseqüências da expansão das rendas não agrícolas sobre a renda total no campo é, de certa forma, a possibilidade de uma

⁹¹ Artigo nº 4, alínea III do Decreto nº 3.991 de 30 de outubro de 2001.

maior capitalização e participação destas na configuração do processo produtivo agrícola. O impacto da universalização dos benefícios da previdência social rural, e conseqüentemente, do aumento da renda no campo, torna possível esta situação, principalmente no que diz respeito à agricultura familiar.

Com base nas informações obtidas e apresentadas nas Tabelas 25 e 26, relativas à utilização ou não e como foi empregada, parte dos benefícios previdenciários no processo produtivo agrícola, constatou-se que 48,8% transferem parte deste montante, de alguma forma, para a atividade agrícola. Já 51,2% não utilizam a aposentadoria no processo produtivo agrícola. Do segmento que utiliza recursos da aposentadoria na atividade agrícola, 100% informaram que estes se destinam ao custeio de cultivos e/ou criações.

Estes dados reforçam o que Caldas (2004) identificou para o município de Salvador das Missões - RS, havendo constatado que 47,2% dos agricultores familiares desta localidade, informaram haver utilizado estes recursos na atividade agrícola, sendo que 88,2% destes recursos teve como destino o custeio de lavouras e criações.

A mesma autora ressalta:

Frente a este quadro surgem elementos que põem por terra a conclusão de Biolchi (2002) de que os benefícios previdenciários não estariam financiando indiretamente a agricultura. Ou seja, nosso estudo permite corroborar a tese de Delgado e Cardoso Jr (1999) de que a previdência social rural está realmente funcionando como uma espécie de "seguro agrícola" para um significativo número de estabelecimentos brasileiros. (CALDAS, 2004, p. 36)

Esta realidade é confirmada pelos depoimentos que colhemos no trabalho de campo que realizamos em Morro Redondo:

Há [...] muita gente [...] depende disso aí, olha se não fosse a aposentadoria, desses mais velhos aí, olha tchê, não sei se tinha agricultor aí nessa zona. Não sei se teria. Acho muito difícil tê agricultor sem ter uma ajuda, pro novo começa a fazê alguma coisa. (agricultor do Morro Redondo, 47 anos)

A gente é teimoso [...] Só assim prá planta. Eu tinha um dinheirinho da aposentadoria guardado. Gastei um pouco prá melhorá a lavoura, minha e do meu filho, comprei um pouco de calcario e adubo. Não foi muito [...] o que deu. O adubo tá caro e o produto da gente vale pouco. A semente a gente já tinha [...] não foi preciso compra. É [...] a gente tem que continuá, tocá a vida. Muita gente já desistiu. (agricultor do Morro Redondo, 69 anos)

Dos 51,2% que não transferem recursos oriundos da aposentadoria para o processo produtivo agrícola, todos (100%) lançam mão dos mesmos para cobrir as

despesas gerais do grupo familiar, ou em outras palavras, nos gastos cotidianos da família, como: remédios, despesas mensais e correntes (luz), aquisição e troca de bens de consumo duráveis, dentre estes móveis e estofados, televisão, geladeira e fogão a gás.

Este cenário é comprovado por Delgado (1999) ao apresentar os resultados de seu estudo:

Houve melhorias nas características físicas do domicílio [...] acesso à infra estrutura (luz, instalação sanitária, etc). E finalmente o acesso a bens duráveis (fogão a gás, geladeira, rádio, freezer e antena parabólica). [...] 71,9% declararam não haver mudado de moradia depois de um dos seus residentes haver se tornado beneficiário da previdência rural. (DELGADO, 1999, p. 13-14)

Tabela 25: Distribuição dos estabelecimentos rurais com aposentadoria, segundo a utilização ou não destes recursos na atividade agrícola (set 2001 a ago 2002), no Morro Redondo - RS

	Nº Estabel.	%
Sim	20	48,8
Não	21	51,2
Total	41	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Tabela 26: Distribuição dos estabelecimentos rurais com aposentadoria, segundo a destinação dos recursos no ano agrícola (set 2001 a ago 2002), Morro Redondo - RS

	Nº Estabel.	%
custeio da atividade produtiva da família	20	48,8
despesas gerais da família, remédios, etc....	21	51,2
Total	41	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Há que se ressaltar que as novas regras da previdência social rural aplicadas aos agricultores familiares apresentam um efetivo impacto não somente nas dimensões social e econômica, mas também, de forma indireta ao meio ambiente, pois a existência desta renda pode induzir a um processo de "desintensificação" dos processos produtivos, tendo em vista a garantia de um ingresso regular às famílias rurais. Com isso é possível pensar em um

aproveitamento mais adequado de tecnologias recuperadoras e de reduzido impacto ambiental, como adubação verde, recuperação de matas ciliares, rotação de culturas e de outras iniciativas que preservem os recursos naturais.

Vale a pena ressaltar o que diz Delgado (1999) a respeito de outras conseqüências essencialmente importantes dessa política pública:

Há forte evidência empírica que a introdução das regras de universalização da previdência ao meio rural brasileiro a partir de 1992 tenha sido uma política social altamente eficaz para reduzir drasticamente a linha de indigência nos domicílios rurais brasileiros. (DELGADO, 1999, p. 15)

4.3 A economia do município e os recursos previdenciários

Até algum tempo atrás a renda agrícola era vista como a única fonte de riqueza econômica no mundo rural, sendo que esse quadro se viu radicalmente alterado diante do crescente protagonismo de outras formas de renda desvinculadas da produção agropecuária de “per si”. Dentre estas, tem-se aquelas relativas às transferências sociais, como é o caso das aposentadorias rurais e, que resulta em significativos recursos para cada comunidade ou municípios onde residem seus beneficiários.

Conforme Favoni (2004):

Os pagamentos dos benefícios previdenciários que em 2003 somaram cerca de R\$ 107 bilhões, terminaram sendo a base da economia de boa parte dos municípios brasileiros. Nesses, os benefícios previdenciários constituem, com freqüência, a única renda monetária que milhões de famílias recebem por todo este país. (FAVONI, 2004, p. 10)

Segundo análise realizada por França (2000) o valor das aposentadorias supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)⁹² em 61% dos municípios no país, representando, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões mensais que movimentam as economias de pequenos e médios municípios brasileiros.

Com base nos dados da Tabela 27 pode-se constatar que o percentual da

⁹² De acordo com a Constituição Federal, são repassadas aos estados, distrito federal e aos municípios, através do Tesouro Nacional, as chamadas “transferências constitucionais”, ou seja, parcela das receitas federais arrecadadas pela União. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico entre estados e municípios. Entre as principais transferências destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dentre outros. (CALDAS, 2004, p. 41)

renda proveniente de transferências governamentais⁹³ para os municípios da microrregião de Pelotas aumentaram de forma significativa, sendo que para o município de Morro Redondo tem-se um incremento na ordem de 79,8% no período compreendido entre os dois últimos censos demográficos (1991 e 2000).

Tabela 27: Percentual da renda proveniente de transferências governamentais para os municípios da microrregião de Pelotas - RS, nos anos de 1991 e 2000.

Municípios	1991	2000
Canguçu	11,13	23,67
Capão do Leão	12,12	18,02
Cerrito	15,21	26,65
Cristal	8,33	20,15
Morro Redondo	12,22	21,97
Pedro Osório	16,05	26,08
Pelotas	15,26	21,13
São Lourenço do Sul	10,48	20,40
Turuçu	6,64	16,56

Fonte: FAO / ONU, Atlas IDH 2000.

No caso do município do Morro Redondo, no ano de 2003 o montante oriundo dos benefícios previdenciários foi da ordem de R\$ 3.726.196,15, enquanto que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) alcançou R\$ 1.542.973,07. Sendo assim, pode-se afirmar que, para o espaço social em questão, os recursos previdenciários são 2,4 vezes maior do que o montante proveniente do FPM.

Os dados da Tabela 28 demonstram, para o período que compreende os anos de 2001 a 2004, a predominância do número e do valor total dos benefícios previdenciários rurais em relação aos urbanos, confirmando a sua importância em nível do município em questão. Considerando a mesma fonte, há que se ressaltar que, embora os valores totais das aposentadorias rurais sejam superiores, estes apresentam a média do benefício menor, quando comparado com valor dos urbanos. Este quadro se deve ao fato de que o valor de um salário mínimo corresponde à esmagadora maioria dos benefícios pagos aos assistidos pela previdência rural.

⁹³ Cabe ressaltar que este período abrange o processo de mudanças na previdência social rural, ou seja, a implementação do fundamento da universalização propriamente dita.

Por outro lado, esta maior dispersão da renda favorece o desenvolvimento econômico do município, pois as famílias, desta forma, possuem uma maior propensão marginal a consumir, ou seja, qualquer acréscimo de renda será quase que integralmente gasto, impossibilitando a poupança.(ROSSETTI, 1972).⁹⁴ Como se pode constatar, os recursos advindos da previdência social rural, em localidades onde predominam as atividades agrícolas e comerciais, representam um fator preponderante do ponto de vista da potencialização e vitalidade da dinâmica da economia municipal.

Tabela 28: Benefícios mantidos no município de Morro Redondo - RS, período 2001-2004.

ANOS	RURAL		URBANO	
	QUANT	VALOR	QUANT	VALOR
2001	7.845	1.461.781,67	4.111	1.260.597,44
2002	8.894	1.879.825,57	4.451	1.889.865,30
2003	8.090	1.847.569,42	4.161	1.682.375,67
2004	8.278	2.259.990,47	4.303	1.893.281,34

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPeI / UFRGS, 2004.

A Figura 6 visualiza a preponderância e importância dos benefícios oriundos da previdência social rural para o município do Morro Redondo, considerando que o número de beneficiários dessa natureza é 92,3% superior aos assistidos pela previdência de cunho urbano.

No que se refere aos gastos correntes dos aposentados, pode-se dizer que os mesmos tendem a ser consumidos no âmbito do próprio município como alude o depoimento abaixo transcrito:

[...] pra Pelotas [...] vai fazer dez anos que eu não vou, prá compra roupa. Roupa mesmo, eu compro aqui em Morro Redondo. Acho mais fácil comprar aqui no Morro Redondo do que em Pelotas. Aqui é tranqüilo [...] não precisa ficar se cuidando por causa de assalto. Aqui não [...] é tudo tranqüilo. (agricultor do Morro Redondo, 69 anos)

A maioria das coisas eu compro na cidade (Morro Redondo). mas quando a compra é maior [...] eu, a minha filha e um dos netos vamo prá Pelotas. Lá tem mais lugar para ver preço [...] tem que aproveita [...] ainda mais em compra maior. De vez em quando compro lá até os meus remédios, mas não é sempre [...] só no início do mês [...] geralmente compro aqui mesmo. (agricultor do Morro Redondo, 71 anos)

⁹⁴ Rossetti (1972) defende a existência de relação entre a propensão marginal a consumir e o nível de renda. O aumento da renda, até um determinado nível, serve para suprir as necessidades; a partir deste ponto, qualquer acréscimo na renda não estimulará um aumento dos gastos em consumo, favorecendo sua poupança.

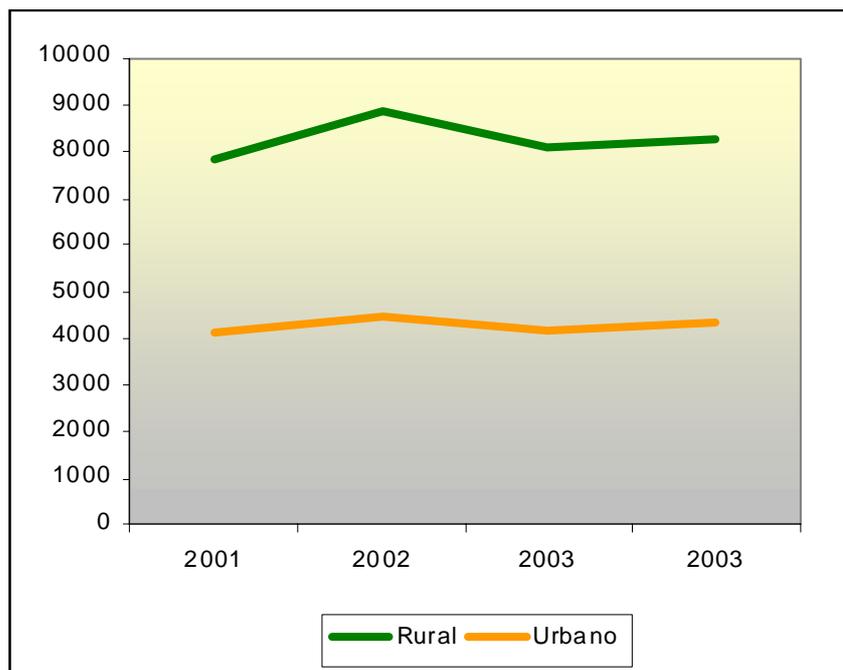


Figura 6: Evolução da quantidade de benefícios mantidos
 Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Os gastos mais comuns dos aposentados no comércio local ocorrem nas farmácias, lojas (vestuário, móveis e utensílios), agropecuárias, bem como no pagamento de taxas e impostos em geral. Parte de seus recursos é gasto com transporte, principalmente quando se dirigem ao município vizinho de Pelotas (pólo regional).

As despesas com medicamentos e o pagamento de prestações recorrentes, fruto de crediário em casas comerciais, apresentam um peso relevante nos gastos dos aposentados. O acesso ao crédito é uma situação recente para este segmento social, pois este pressupõe a existência de alguma fonte regular de renda para cumprir o compromisso monetário futuro. Desta forma, atualmente, esta condição é plenamente satisfeita pelo ingresso mensal do benefício previdenciário.

A descrição desta realidade, onde os gastos dos aposentados rurais se dão, principalmente, no local onde habitam essas pessoas é um valor internalizado pelo agricultor, referenciado no alto grau de interação com o meio, seja este de cunho rural ou urbano, gerando uma sensação de segurança. Este fato pode ser confirmado pelos dados presentes na Tabela 29. Ela indica que os estabelecimentos com e sem aposentados têm uma alta fidelização em relação ao comércio urbano local do ponto de vista da maior parte dos gastos que realizam.

Tabela 29: Local onde a família, com e sem aposentado, gasta a maior parte da renda no município do Morro Redondo - RS, no ano de 2003

Local	Com/Aposentadoria. (%)	Sem/Aposentadoria (%)
na própria comunidade onde residem	2,4	4,8
no centro urbano da cidade a que pertence a localidade	75,6	85,7
na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)	17,1	0,0
Outra localidade	4,9	9,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP / CNPq / UFPel / UFRGS, 2004.

Com base em França (2004), o processo de análise da relação benefícios previdenciários e economia local, deve considerar o tamanho do município e a região na qual estão inseridos, pois nos municípios menores, de regiões mais deprimidas economicamente, esta renda é um fator fundamental para a dinâmica do desenvolvimento local⁹⁵.

⁹⁵ As introduções destes recursos nos comércios locais interferem em elementos como a geração de emprego e a movimentação financeira e fiscal.

CONCLUSÕES

O Brasil é um país onde o cenário rural sofre um processo de transformação em sua composição demográfica, onde os idosos aumentam sua expressão em termos absolutos e relativos, resultando na necessidade de análises e formas de compreensão referentes a esta instigante e desafiadora realidade.

O processo de envelhecimento da população rural é consequência do efeito simultâneo de uma série de fatores, entre os quais figuram: a queda das taxas de fecundidade, o aumento da esperança de vida das pessoas resultante da melhoria das condições de saúde (acesso a medicamentos, atendimento ambulatorial, etc), bem como do êxodo seletivo, que remete às cidades as camadas mais jovens da população ativa em busca de oportunidades e ascensão social. Mas esse cenário é também favorecido pelas recentes mudanças que aconteceram no sistema de aposentadorias, ou o que aqui referimos como processo de universalização da seguridade social.

Dita mudança significou: a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a fixação de um benefício correspondente a um salário mínimo, bem como o direito à aposentadoria da mulher agricultora e a redução da idade mínima de aposentadoria (de 65 para 60 anos no caso dos homens e de 60 para 55 anos no caso das mulheres).

No município do Morro Redondo, como esse estudo pôde demonstrar, tem-se uma elevada frequência de estabelecimentos rurais, pertencentes à categoria agricultura familiar, com a presença de idosos aposentados.

Considerando as informações levantadas relativas ao município investigado e as configurações referentes à organização da força de trabalho no interior da unidade familiar, pode-se afirmar que o acesso aos benefícios da previdência social rural interfere sobremaneira no arranjo e nas atividades produtivas ali desenvolvidas. O aposentado rural desenvolve ocupações específicas no interior do estabelecimento, como a produção para autoconsumo, horta, criação de pequenos animais e a ordenha, possibilitando uma distinção qualitativa referente à força de trabalho plena existente no interior da unidade familiar. Contatou-se que este arranjo é definido pela relação entre três elementos: idade, gênero e posição no grupo doméstico.

As relações de parentesco e de vizinhança são fundamentais para viabilizar

o sistema de troca de trabalho identificado no município em questão, principalmente em períodos onde se tem uma maior demanda de mão-de-obra, como no pico de colheita do pêssego e na silagem.

Registra-se ainda que este estudo de caso também identificou o papel importante da renda proveniente dos benefícios da previdência social rural no processo de reprodução social da agricultura familiar no município investigado. Onde se tem esta renda previdenciária, ocorre uma redução gradual da importância da renda agrícola em relação à renda total, considerando ainda que a renda total média por superfície agrícola útil é significativamente superior nos estabelecimentos rurais com a presença de aposentados.

Parte dos recursos advindos da previdência social rural é utilizada para a finalidade de custeio das atividades produtivas no interior do estabelecimento familiar. Outra parcela destes recursos é destinada a arcar com as despesas pessoais e mensais correntes no contexto da unidade doméstica, como também na aquisição de bens de consumo duráveis. Esta renda propicia uma utilização mais adequada dos recursos naturais, possibilitando a implementação de tecnologias apropriadas como a preservação das matas ciliares e não sendo necessária a sobreutilização da terra e a intensificação dos níveis de produtividade de cultivos e criações face a segurança que os recursos previdenciários oferecem à sustentação material de famílias acostumadas à incerteza do clima e as vicissitudes do mercado.

O acesso ao crédito é uma nova realidade para este segmento social, pois, com a aposentadoria, a pré-condição da existência de alguma fonte regular de renda para cumprir o compromisso monetário futuro está suprida.

Cabe assinalar que o montante de recursos monetários oriundo dos benefícios previdenciários causa um impacto positivo na economia do município em questão. No município de Morro Redondo o valor das aposentadorias supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), tornando-se uma das principais políticas públicas de redistribuição de renda e de dinamização da economia local.

Há que se ressaltar que o processo de investigação e ampliação da compreensão referente aos idosos no meio rural é, antes de tudo, uma forma de valorização deste segmento, que foi por muito tempo ignorado, desprezado, pelas políticas públicas

Além da questão central que esta pesquisa buscou responder, relativa ao

uso dos recursos previdenciários no contexto da agricultura familiar, outros aspectos reivindicam novas abordagens como o tema das implicações dessa política pública na dinâmica interna de cada estabelecimento rural, envolvendo, por exemplo, a perspectiva de gênero, a questão do jovem rural, bem como outros aspectos direta ou indiretamente vinculados com a implementação do processo de universalização da seguridade social no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. SP: Hucitec / ANPOCS / UNICAMP, 1992. 275 p.

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA, abril de 1998. 49 p. (Texto para Discussão 641)

ABRAMOVAY, Ricardo e PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **In: Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.22, n.1, jan/abr. 2005. p. 53-66.

AFONSO, Luís Eduardo e FERNANDES, Reinaldo. **Uma estimativa dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil**. SP: FEA / USP, 2004. 30 p.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. SP: Polis; Brasília: CNPq, 1986. 156 p.

ALBUQUERQUE, Francisco José, LÔBO, Alexandre L. e RAYMUNDO, Jorge da Silva. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **In: Psicologia: reflexão e crítica**. vol.12, nº 2. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 503-519.

ALONSO, José Fialho, BENETTI, Maria D. e BANDEIRA, Pedro. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994. 294 p.

AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª edição. RJ: Ed. Paz e Terra, 1977. 197 p.

ANDRADE SILVA, E. Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. **In: DELGADO, G. e CARDOSO JR., J.C. (orgs.). A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. p. 101-130.

ANDRADE SILVA, E. e DELGADO, G. Condições de efetividade e universalização da previdência rural. **In: DELGADO, G. e CARDOSO JR., J.C. (orgs.). A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. p. 41-62.

ANDRADE, Eli Gurgel. Estado e previdência no Brasil: uma breve história. **In: MARQUES, Rosa Maria et al. A previdência social no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 69-84.

ARRIADA, Eduardo. Evolução da economia pelotense. **In: Diário Popular**, Pelotas, 27 agosto 1988. Caderno 2, p. 8-13.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994. 176 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE PELOTAS. **Perspectivas e alternativas da agropecuária e agroindústria do município de Pelotas**.

Pelotas: AEPEL, 1986. 610 p.

AUGUSTO, Hélder e RIBEIRO, Eduardo. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras, vol.7, nº 2, 2005, p. 199-208.

BARBOSA, Rômulo Soares. Direitos sociais dos trabalhadores rurais no Brasil: a previdência social em questão. In: XXII Congresso Brasileiro de Sociologia, **Anais do...**, Belo Horizonte, 2005. 26 p.

BARRIENTOS, A. and LLOYD-SHERLOCK, P. Older and poorer? Ageing and poverty in the south. In: **Journal of International Development...**, v.14, 2002, p. 1129-1131.

BELTRÃO, Kaizô; PINHEIRO, Sonoê e OLIVEIRA, Francisco de. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. 2000. 16 p. (mimeo)

BELTRÃO, Kaizô, PINHEIRO, Sonoê e OLIVEIRA, Francisco Eduardo de. **La familia rural y la prevision social en Brasil: un analisis com enfasis en los cambios constitucionales y sus efectos sobre la población**. Brasília: OIT / IPEA, 2002. 54 p.

BELTRÃO, Kaizô; CAMARANO, Ana e MELLO, Juliana. Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não esperados dos avanços da seguridade social. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População. **Anais do...**, Caxambu, setembro de 2004. 15 p.

BERNSTEIN, H.; BYRES, T. J. From peasant studies to agrarian change. In: **Journal of Agrarian Change**, London, v.1, n.1, p. 1-56, 2001.

BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura**. SP: Hucitec; Brasília: CNPq, 1986. 220 p. (Coleção Estudos Rurais).

BIOLCHI, M., SCHNEIDER, S. A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. In: **Indicadores Econômicos Fee**. Porto Alegre, v.30, n.4, , 2003. p. 27-42.

BIOLCHI, Marilza Aparecida. **Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2002. 173 p. (Dissertação de Mestrado).

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. SP; Polis; SP: Hucitec, 1987. 141 p.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília: Ed. do Senado, 2001. p. 103

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 11 de julho de 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto de Cooperação Técnica FAO-INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, fev. 2000. 40 p.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim estatístico da da previdência social. Disponível em:<<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em 26 de março de 2005.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Relatório - assessoria econômica. Disponível em:<<http://www.mpas.gov.br/doc/relatório.pdf>>. Acesso e 12 de julho de 2005.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **Anuário estatístico da previdência social**. Brasília: MPAS / DATAPREV, 1991 a 2000.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Previdência, assistência social e combate à pobreza**. Brasília: MPAS, 2000. 128 p. (Série Debates)

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história: a longa duração. SP: **Perspectiva**, 1978. p. 41-78.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Fidene, 1985. 318 p.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**. Porto Alegre / UFRGS. ano 4, nº 1, jan / jun 2002. p. 50-81.

BRUMER, Anita. O sistema paternalista no Brasil. In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Porto Alegre, UFRGS/IFCH, n. 4, 1976, p. 57-79.

BUTTEL, Frederich. Environmentalization: origins, processes, and implications for rural social change. In: **Rural Sociology**. Montana. LVII (1), Spring 1992. p. 1-27.

CALDAS, Nádia Velleda. **Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto da previdência em Salvador das Missões, RS**,. Pelotas: Instituto de Sociologia e Política - UFPEL, 2004. 69 p. (Monografia)

CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 382 p.

CAMARANO, Ana Amélia. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 1999. 23 p. (Texto para discussão, 621).

CAMARANO, Ana Amélia. **Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, abril de 2006. 20 p. (Texto para discussão, 1179).

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. 405 p.

CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 194 p.

CHAYANOV, A. V.; KERBLAY, B.; THORNER, D. & HARRISON, M. **Chayanov y la teoria de la economia campesina**. 2ª ed. México: Siglo XXI, 1987. p. 49-152.

CHEVITARESE, André Leonardo (org.) **O campesinato na história**. RJ: Ed. Relume Dumará / FAPERJ, 2002. 301 p.

COHN, Améria. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas**

públicas. Rio de Janeiro: IPEA, nº 12, maio de 1996. p. 63-88.

COIMBRA, José dos Reis Feijó. **Direito previdenciário brasileiro**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Trabalhistas Edições, 2001. 428 p.

COSTA, José Caetano. **Previdência e neoliberalismo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 149 p.

COUTINHO, Karen. **A velhice na seguridade social**. Goiânia: UFG, 2003. 20 p.

CUNHA, Noel Gomes da; SILVEIRA, Ruy da Costa e SEVERO, Carlos Roberto. **Estudo dos solos do município de Morro Redondo**. Pelotas: EMBRAPA-CPACT, Ed. UFPEL, 1996. 28 p. (Documentos CPATC nº 23/96)

DAVID, Maurício Dias, et ali. **Previdência rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural**. Brasília: FAO / CEPAL / RIMISP, Agosto / Setembro de 1999. 76 p. (Seminário: experiências exitosas de combate à pobreza rural na América Latina).

DEERE, Carmem and JANVRY, Alain. Demographic and social differentiation among northern peruvian peasants. In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol 8, Number 3. London : Frank Cass Co. Ltda, September 1981. p. 335-366.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO Jr., José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: e experiência recente da universalização**. Brasília: IPEA, dezembro de 1999. 23 p. (Textos para discussão nº 688)

DELGADO, Guilherme e CARDOSO Jr., José Celso (coord). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 242 p.

DELGADO, Guilherme e CASTRO, Jorge de. **Financiamento da previdência rural: situação atual e mudanças**. Brasília: IPEA, outubro de 2003. 21 p. (Texto para Discussão 992)

DELGADO, Guilherme. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA, 1997. 70p. (Texto para Discussão 477)

DELGADO, Guilherme et ali. **Avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural: relatório metodológico**. Brasília: IPEA, 1999. 43 p.

DELGADO, Guilherme. **Experiências exitosas de combate a pobreza rural: lições para a reorientação de políticas. Caso Brasil: sistema de previdência social rural**. Brasília: FAO, 1999. 33 p. (Projeto FAO Pobreza – LOA 98290/RLC).

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6ª edição. Campinas: Ed. Autores Associados, 1999. 102 p.

DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no ocidente medieval**. Lisboa : Edições 70, 1988. v.2, p. 161-227.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS). **Estudo de situação do Morro Redondo - RS**. Porto Alegre: EMATER, 1997. 21 p. (mimeo).

EMPRESA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Estratégia para o desenvolvimento rural**. Brasília, 1980. 15 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: EMBRAPA Produção e Informação; RJ: EMBRAPA Solos, 1999. 412 p.

EVERSON, R. & GOLLIN, Douglas. **The green revolution: an end of century perspective**. EUA: Yale University / Committee of the Consultative Group on International Agricultural Research (CGIAR), 2002. 29 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 1995. 176 p.

FAO / INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA, Agosto. Brasília, 1996. 25 p.

FAVONI, Célio. A previdência social brasileira como política pública de renda nos municípios. 2004, 54 p. Disponível em: <<http://www.fundacaoanfip.org.br>> Acesso em 6 de fevereiro de 2006.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. SP: EDUC / FAPESP, 2004. 648 p.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. 252 p.

FRANÇA, A. S. **A previdência social e a economia dos municípios**. 2ª edição. Brasília: ANFIP, 2000. 243 p.

FREITAS, Décio. O capitalismo pastoril. In: **Ensaio da FEE**, Porto Alegre, (14)2: 438-465, 1993.

FREUDENTHAL, Sérgio P. (coord.). **A previdência social hoje**. São Paulo: LTR Editora, 2004. 352 p.

FRIEDMANN, H. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations. In: **The journal of peasant studies**, Londres, v.7, n.2, 1980, p. 158-184.

FÜRSTENAU, Vivian. **O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965-84**. Porto Alegre: FEE, 1988. 109 p. (15 anos FEE, 4)

GARCIA Jr., Afrânio. **0 sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo / Brasília: Marco Zero / CNPq-UnB, 1990. 276p.

GARCIA Jr., Afrânio. **Terra de trabalho**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1983. 236 p.

GARCIA, Álvaro. Desenvolvimento e crise da agricultura gaúcha: 1970-90. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, vol. 14, nº 2 de 1993. p. 514-540.

GASPARÍNI, Leonardo e BERTRANOU, Fábio. Protección social y mercado laboral em América Latina: qué nos dicen las encuestas de hogares? In: **International Social Security Review**. Número especial, 2005 (América Latina). p. 10-34.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1989. 207 p.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Trabalho e previdência: 60 anos em debate**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992. 105 p.

- GONZALEZ, Bernardo C. e COSTA, Sílvia Maria. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. In: **Teoria e evidência econômica**. Passo Fundo / RS. vol. 5, nº 10. Maio de 1998. p. 7-35.
- GRANDO, Marinês Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990. 209 p. (Série Teses)
- HAGUETTE, Teresa M. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis : Vozes, 1987. 163 p.
- HERRLEIN Jr., Ronaldo. **A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul**. 2002, 19 p. (mimeo)
- HICKS, Norman e WODON, Quentin. Porteción social para los pobres en América Latina. In: **Revista de la CEPAL**. Chile: CEPAL, nº 73, abril de 2001. p. 95-116.
- HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964 – 1995)**. São Paulo: Globo, 2004. 297 p.
- INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA (ITEPA). **Vinte e cinco anos de agropecuária na zona sul – RS: levantamento estatístico 1975 / 2000**. Pelotas: EDUCAT, 2001. 606 p.
- JAMES, E. New models for old-age security: experiments, evidence and unanswered questions. In: **The world bank research observer**, v.13, n.2, Aug. 1998. p. 230-241.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.6, p. 51-75, 1994.
- KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. 1987. 121 p. (mimeo)
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª edição. SP: Proposta Editorial, 1980. 329 p. (Coleção Proposta Universitária).
- KERBLAY, Basile. Chayanov y la teoría del campesinado como un tipo específico de economía. In: SHANIN, Teodor (selección). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 133-143.
- KERSTENETZKY, Celia. **Políticas sociais: focalização ou universalização?** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. 11 p. (Texto para discussão, 180)
- KLIEMANN, Luiza H. S. **RS: terra e poder**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Série Documenta, 21)
- KRETER, Ana Célia de Medeiros e BACHA, Carlos José. Comparação entre os sistemas de previdência social rural no Brasil, Suécia e Canadá. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais do...** Ribeirão Preto, julho de 2005. 18 p.
- LAMARCHE, Hughes (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional - uma realidade multiforme**. SP: Ed. Unicamp, 1993. 336 p.
- LAMARCHE, Hughes (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional - do mito à realidade**. volume II SP: Ed. Unicamp, 1998. 348 p.

- LANDO, Aldair M., BARROS, Eliane. **A colonização alemã no RS: uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento / IEL, 1976. 96 p.
- LENIN, V. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. SP: Ed. Brasil-Debates, 1980. 100 p. (Col. Alicerces)
- LENIN, V. O capitalismo na agricultura. In: Silva, J. Graziano da e Stolcke, Verena (orgs.). **A Questão Agrária**. SP: Brasiliense, 1981. p. 81-126.
- LENIN, V. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Trad. José P. Netto. In: Lenin, V. **Coleção Os Economistas**, SP: Abril Cultural, 1982. p. 13-213.
- LENIN, V. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. SP: Editora de Ciências Humanas, 1980. 214p.
- MADAIL, João Carlos & PORTO, Vitor Hugo. **Pequenas propriedades típicas, produtoras de pêssego na região de Pelotas**. Pelotas: EMBRAPA / CNPFT, 1990. 11 p. (Boletim de Pesquisa, 20)
- MADUREIRA, Maria da Graça. **Estratégias familiares de construção de relações de trabalho**. Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2001. 18 p. mimeo.
- MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDUCS-EST, 1984. 203 p.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Ed. UFPEL / Mundial, 1993. 312 p.
- MALLOY, James M. **A política de previdência social no Brasil**. São Paulo: Ed. Graal, 1986. 199 p.
- MARÍN, José Antonio. Orígenes de los sistemas de seguridad social. Iurisuax, 2003, 11 p. Disponível em: <<http://www.uax.es/iurisuax/articulos>> . Acesso em 9 de junho de 2005.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charquedas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livrários, 1990. 196 p.
- MARQUES, Rosa Maria et al. **A previdência social no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 167 p.
- MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57-114
- MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo C. (orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. SP: Caetés, 1987. 217 p.
- MARTINE, George. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Brasília, IPEA, IPLAN, julho 1989. 67 p. (Texto para Discussão, 15)
- MARTINE, George. O mito da explosão demográfica. In: **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.9, n.51, p. 29-35, março de 1989.
- MARX, Karl. **O capital**. Tomo I e III. RJ: Civilização Brasileira, 1979. 1042 p.
- MARX, Karl. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. 4ª edição. RJ: Ed. Paz e Terra, 1978. 328 p.

- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introd. de Eric Hobsbawm. 6ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1986. 136 p.
- MARX, Karl. **O capital (Capítulo VI, Inédito)**. Portugal: Publ. Escorpião, 1975. 149 p.
- MELLO, H. P. **O trabalho feminino no mundo rural**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000. 79 p. (Texto para discussão, 140)
- MELLO, Magno. **A face oculta da reforma previdenciária**. Brasília: Letrativa Editorial, 2003. 84 p.
- MESA-LAGO, Carmelo. **Changing social security in Latin America: towards the alleviation of social costs of economic reforms**. Boulder, Colo: Lynne Rienner, 1994. 92 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) et ali. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994. 80 p.
- MOREIRA, José Roberto (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. RJ: DP&A Editora, 2005. 316 p.
- MOREIRA, Roberto José. **Quadro recente da agricultura brasileira: a modernização tecnológica e seus determinantes**. 1987. 41 p. (mimeo)
- MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. RJ: Ed. Mauad, 1999. 198 p.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1989. 149 p.
- NEVES, Delma Pessanha. A construção do futuro e a redimensão do passado. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa / UEPG. Vol. 2, nº 1, verão 1997. p. 11-25.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. In: **Reforma Agrária**. São Paulo / ABRA. Vol. 25, nºs 2 e 3, mai / dez 95. p. 21-36.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. RJ: Ed Zahar, 1981. 212 p.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo de alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997. 248 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2ª edição. SP: Ática, 1987. 88 p.
- OLIVEIRA, F. E. de e BEVILAQUA, A. S. **Um diagnóstico da previdência e assistência social rural**. RJ: IPEA, 1984. 32 p.
- OLIVEIRA, F. E. de, BELTRÃO, K. I. e MEDICI, A. C. **A reforma da seguridade social no Brasil: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: OIT, 1993. 53 p. (Relatório para OIT).
- OLIVEIRA, J. e TEIXEIRA, S.F. **(Im) Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1989. 360 p.
- OLIVEIRA, Tânia Cristina de. A evolução histórica da previdência social rural no Brasil. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol.16, nº 64. Brasília:

FUNDACENTRO, out/nov/dez 1988. p. 26-32.

ONU / PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil / 2000. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em 27 de setembro de 2005.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural: região sul (síntese dos resultados)**. Curitiba: SEPL / IPARDES, 1999. 17 p.

PEREIRA, Jorge e SANTOS, Ivana. **Algumas questões para se pensar o envelhecimento no campo: as experiências dos idosos de Santa Rita de Minas – MG**. Caratinga: UNEC, 2005. 17 p.

PESAVENTO, Sandra J. **Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX**. Porto Alegre: Movimento, 1986. 80 p. (Coleção Documentos).

PINHEIRO, Vinícius. Aspectos sociais da previdência no Brasil: o desafio de aumentar a cobertura. In: BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **Previdência, assistência social e combate à pobreza**. Brasília: MPAS, 2000. p. 25-51 (Série Debates)

PORTO, Victor Hugo; GOMES, João C. e MADAIL, João Carlos. **Caracterização da pequena propriedade da encosta da serra do sudeste, nos municípios de Pelotas e Canguçu, RS**. Pelotas: EMBRAPA-CNPFT, 1991. 20 p. (Série Documentos, 39)

PORTO, Victor Hugo. Identificação dos estabelecimentos da agricultura familiar dos municípios de Pelotas e de Canguçu, segundo a receita. In: PORTO, Victor Hugo, WIZNIEWSKY, Carmem Flores e SIMCH, Terezinha de Lemos (editores). **Agricultura familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo**. Pelotas: EMBRAPA-CNPFT, 2004. 204 p.

QUEIROZ, Maria I. Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. RJ : Livros Técnicos e Científicos; SP: EDUSP, 1978. 314p.

RAMOS, Daniela Peixoto. **A justiça distributiva liberal e a previdência social**. Brasília: IPEA, fevereiro de 2003. 40 p. (Textos para discussão nº 937)

REIS, F. S. Conceito e evolução da Previdência Social no Brasil: homenagem ao dia da previdência, 24 de janeiro. In: **Revista da Procuradoria Geral do INSS**, Brasília, v. 4, n. 4, jan./mar 1998, p. 16-23.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edição 70, 1976. 110 p.

RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa. **Os novos municípios do Rio Grande do Sul: Morro Redondo**. Porto Alegre: Comissão de Estudos Municipais, 1988. 23 p.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação e Economia e Estatística. Resumo estatístico - municípios - Morro Redondo. Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em 03 de maio de 2005.

ROBERTS, Bryan. **Ciudades de campesinos: la economía política de la urbanización en el tercer mundo**. México: Siglo XXI, 1980. 303 p.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução á economia**. 3ª edição. SP: Ed. Atlas,

1972. 508 p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio, GODOY, Wilson Itamar, CALDAS, Nádia Velleda e GOMES, Mário Connil. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, n.3, v.42, jul / set 2004, p. 529-548.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: EGUFPEL, 1995. 169 p.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. RJ: Jorge Zahar, 2003. 232 p.

SAHLINS, Marshall. **Stone age economics**. New York: Walter de Gruyter, 1972. 204 p.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Os princípios da seletividade das prestações de seguridade social**. São Paulo: LTR Editora, 2004. 224 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2003. 255 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 205 p.

SCHUH, G. Edward e ALVES, Eliseu R. (colaborador). **O desenvolvimento da agricultura no Brasil**. RJ: APEC Editora, 1976. 369 p.

SCHWARZER, Helmut. **Paradigmas de previdência social rural: um panorama da experiência internacional**. Brasília: IPEA, novembro de 2000. 47 p. (Textos para discussão, 767).

SCHWARZER, Helmut. Algumas anotações sobre equívocos conceituais na discussão das reformas previdenciárias na América Latina, In: **Reforma Previdenciária: vetores do debate contemporâneo**. Série Debates, n. 19. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1999. 103 p.

SEQUEIRA, Armênio e SILVA, Marlene Nunes. O bem estar da pessoa idosa em meio rural. In: **Análise psicológica**. Lisboa, nº.3, vol.20, jul 2002, p. 505-516.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990. 103 p.

SEYFERTH, Girarda. Herança e estrutura familiar camponesa. In: **Boletim do Museu Nacional - Antropologia**, Rio de Janeiro, n.52, 1985. 9 p.

SHANIN, Teodor (selección). **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979. 404 p.

SILVA, José Graziano da (coord.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2ª Edição. SP : Hucitec, 1980. 240 p.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. RJ: Zahar Editores, 1982. 189 p.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. SP: Ed. da UNICAMP, 1996. 217 p.

- SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. SP: Ed. HUCITEC, 1981. 210 p.
- SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 238 p.
- SINGER, Paul et ali. **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1979. 146 p.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12ª Edição. SP : Brasiliense, 1990. 152 p.
- SIQUEIRA, Renata; BOTELHO, Maria Izabel e COELHO, France. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, vol.7, nº 4, 2002, p. 899-906.
- SOUSA, Ivan Sérgio e SALLES FILHO, Sérgio L. Padrão tecnológico da agricultura brasileira. In: **Estado e Sociedade**. Brasília. X(1), janeiro-junho 1995. p. 125-155.
- STÉDILE, João Pedro (coord). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 1994. 322 p.
- TAVOLARO, Sergio. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, out. 2005, vol. 20, nº 59, p. 5-22.
- TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 394 p.
- TEPICHT, Jerzy. "Project for research on the peasant revolution of our time". In: **The Journal of Peasant Studies**, Vol 2, Number 3. London : Frank Cass Co. Ltda, April 1975. p. 25-37.
- THIOLLENT, Michel. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. In: **Cadernos de difusão de tecnologia**, Brasília, n.1, v.1, jan / abr, p. 43-51, 1984.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS, Escola de Educação - Núcleo de Assessoramento à Educação - Equipe de pesquisa RODRIGUES, Ana Beatriz et al. **Morro Redondo**. Pelotas: EDUCAT, 1996. 88 p. (Série História de Vida / História de Terra)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Programa de Pós-graduação em Agronomia, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – Programa em Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, CONSELHO NACIONAL de DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO e TECNOLÓGICO (CNPq). **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova realidade**. Projeto de pesquisa CNPq: 520885/01-5(NV - versão preliminar 2004, 16p. (mimeo).
- VERAS, Renato P., RAMOS, Luiz Roberto and KALACHE, Alexandre. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, nº.3, vol.21, jun 1987, p. 225-233.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Reforma Agrária**. São Paulo / ABRA. Vol. 25, nºs 2 e 3, mai / dez 95. 37-57 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo. In: **Cadernos do IFCH**. Campinas: UNICAMP / IFCH, nº 19, junho de 1988. 26 p.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. SP : Hucitec ; BA : CEPA, 1986. 219 p. (Coleção Estudos Rurais)

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. SP: Hucitec, CEPA - BA, 1986. p. 45-69.

WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. UnB, 1997. 192 p.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. SP / Brasília: Hucitec / Edunb, 1995. 336 p.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia. **Anuário Antropológico 87**. RJ, Ed. Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

WOORTMANN, Klaas. Grupo doméstico e parentesco num vale da Amazônia. In: **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, vol. XVII, 1967. p. 209-377.

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Brasília: UNB / Departamento de Antropologia, 2001. 28 p. (Série Antropologia, 293)

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001. 205 p.

ZIMMERMANN, Clóvis. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 48, maio / 2005, 5 p. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>> Acesso em 21 de março de 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário Pesquisa AFDLP –UFPe/UFRGS/CNPq

AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE: A emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul

QUESTIONÁRIO

Entrevistador:.....

Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

Estrutura Fundiária, Capital e Produção

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?

1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

2) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

- Quantidade de área
- () através de herança
 - () compra de parentes
 - () compra de terceiros
 - () através de doação
 - () as terras são de posse provisória
 - () por atribuição (colonização, etc)
 - () outra

3) **SE HOUVE HERANÇA** (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros:

- () o marido herdou a terra de sua família
- () a esposa herdou a terra de sua família
- () ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual
- () outra

4) Como o pai do Senhor procedeu na distribuição de sua propriedade aos seus filhos (no caso a ele próprio e eventuais irmãos)?

- () Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)
- () Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)
- () Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)
- () A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA)
- () A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)
- () Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)
- () Não houve herança
- () Outra forma

5) Atividades de produção vegetal – roça [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Superfície Área Planteda (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade	Valor/Unidade (R\$)		
Arroz						
Batata – Doce						
Batatinha						
Cana Açúcar						
Feijão						
Fumo						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Trigo						

Legumes e Verduras [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta]

Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]

Uva						
Pêssego						

Pastagem Plantada

Pastagem Nativa

--	--	--	--	--	--	--

Reflorestamento e extração de madeira

Acácia-negra						
Eucalipto						
Pinus						

S A U Total

Matas e Florestas Naturais						
----------------------------	--	--	--	--	--	--

Benfeitorias (casa, estábulo, etc)

OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.

Terras Inaproveitáveis

OBS. II – Solicite PRIMEIRO a informação sobre a área em terras inaproveitáveis (banhados, penhascos, etc.), DEPOIS sobre benfeitorias e o restante da área incluir em matas e florestas.

Área Total						
-------------------	--	--	--	--	--	--

6) AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO VEGETAL [ANO AGRÍCOLA DE SETEMBRO DE 2001 A AGOSTO DE 2002]

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
Sementes		
Mudas		
Azubos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		

Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).

7) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal? (assinalar apenas uma alternativa)

- VENDA DIRETA PARA CONSUMIDORES – NAS CASAS OU EM FEIRAS LIVRES** para poder público – município, etc.
 para o intermediário – atravessador
 não vende
 para cooperativa
 PARA AGROINDÚSTRIA E/OU EMPRESA PRIVADA SE ESTIVER INTEGRADO **OUTRO** _____

8) Possui HORTA? Sim () Não ()

- 8.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()
- 8.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....
- 8.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

- alface cenoura repolho radite pimentão ()
 beterraba couve tomate rúcula moranga ()
 cebola salsa alho couve-flor brócoli ()

9) Possui POMAR? Sim () Não ()

- 9.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()
- 9.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....
- 9.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- uva laranja pêra figo () ()
 pêssego bergamota goiaba limão () ()
 maçã abacate caqui tangerina () ()

10) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Valor/ Unidade	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					
Suínos					
Ovinos					
Eqüinos / Muares					

11) Produção de origem animal (Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002) [Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

12) Insumos das atividades de produção animal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade
Sal mineral			
Rações (para suínos, bovinos, aves)			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas, farelos, etc.)			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais (especificar)			

13) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal? (assinalar apenas uma alternativa)

- VENDA DIRETA PARA CONSUMIDORES – NAS CASAS OU EM FEIRAS LIVRES** para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 PARA AGROINDÚSTRIA E/OU EMPRESA PRIVADA SE ESTIVER INTEGRADO não vende ()
- OUTRO** _____

14) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

16) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? (assinalar apenas uma alternativa)

- VENDA DIRETA PARA CONSUMIDORES – NAS CASA OU EM FEIRAS LIVRES** para poder público – município, etc.
 para cooperativa para o intermediário – atravessador
 PARA AGROINDÚSTRIA E/OU EMPRESA PRIVADA SE ESTIVER INTEGRADO não vende **OUTRO** _____

17) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m ²
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leito fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

* Para efeito de depreciação considerar Alvenaria com menos de 50 anos – 1952
 Madeira com menos de 30 anos – 1972
 Mista com menos de 40 anos – 1962

**18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]
(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)**

Especificação	Quantidade	Idade
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1982)		
Mercedes 608		
Caminhonete Ford F1000 até F4000		
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)		
Trator (com menos de 20 anos-1982) [indicar a marca e a potência em HP]		
Trator > 80 Hp		
Trator < 80 Hp		
Microtrator		
Equipamentos (com menos de 15 anos-1987)		
Arado de tração animal		
Arado de tração mecânica		
Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordenhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Engenho de cana		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)**		

(**) Saber quantidade e valor de: acinchos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

DESPESAS

19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano ou mês	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			
04 Contratação de Serviços de Máquinas (trator, etc) para plantio, colheita, etc			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

20) Outros gastos (valores anuais) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica para Unidade de Produção	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	

21) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade (assinalar todas que forem praticadas)? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> adubação verde | <input type="checkbox"/> adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos |
| <input type="checkbox"/> curvas de nível | <input type="checkbox"/> reflorestamento de áreas degradadas |
| <input type="checkbox"/> plantio direto | <input type="checkbox"/> controle alternativo (sem veneno) de pragas e doenças |
| <input type="checkbox"/> rotação de culturas | <input type="checkbox"/> Não realiza nenhuma prática conservacionista |
| <input type="checkbox"/> consorciamento de culturas | |

FAMÍLIA E TRABALHO

22) Composição da família (Informar todos os componentes da família)

Nome	Relação com o chefe (A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)

(A)
1 Resp/Chefe
2 Cônjuge
3 Filho
4 Filha
5 Genro
6 Nora
7 Netos
8 Avô
9 Avó
10 Irmão
11 Irmã
99 Outros

(B)
1 Tempo integral na UP (*)
2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP
3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico
4 Tempo-parcial na UP + Estuda
5 Tempo integral fora UP (*)
6 Somente trabalho doméstico
7 Somente estuda
8 Criança menor de 7 anos
9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP
10 Desempregado
11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido

(C)
1 Casado
2 Solteiro
3 Viúvo
4 Divorciado / Desquitado
99 Outros

(D)
1 analfabeto – nunca estudou
2 apenas lê e escreve
3 1ª a 4ª série completo
4 1ª a 4ª série incompleto
5 5ª a 8ª série completo
6 5ª a 8ª série incompleto
7 2º grau completo
8 2º grau incompleto
9 nível técnico
10 superior completo
11 superior incompleto
12 sem idade escolar

ATENÇÃO: Entrevistador, quando nesta legenda B não tiver as alternativas informadas pelo agricultor **VOCÊ** deve fazer anotações paralelas.

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE
[somente preencher para membros que têm atividades não-agrícolas]

23) Número de dias trabalhados em atividades não-agrícolas e em atividades fora da UP [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

- (*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.
(**) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.(***)
Atividades Não-Agrícolas: considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não-agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

24) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

() Sim () Não () Não sabe/não respondeu

24.1) Se sim, indique com que freqüência:

- () regularmente () às vezes
() quando sobra tempo () quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)
() outra situação _____

25) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

.....

.....

.....

26) os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da up?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

27) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas. Assinale apenas 1 alternativa:

- para investimentos na propriedade tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
 para o sustento (subsistência) da família nas despesas pessoais de todo tipo
 para aumentar o conforto da casa não sabe/não respondeu
 outra _____

28) SE HOUVE, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
<input type="checkbox"/> Aquisição de terras	
<input type="checkbox"/> Aquisição de veículos (utilitários)	
<input type="checkbox"/> Aquisição de equipamentos ou máquinas	
<input type="checkbox"/> Aquisição de terreno na cidade	
<input type="checkbox"/> Construção e reforma da casa	
<input type="checkbox"/> Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
<input type="checkbox"/> Outros investimentos (especificar)	

29) SE HOUVE, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
<input type="checkbox"/> Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
<input type="checkbox"/> Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
<input type="checkbox"/> Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
<input type="checkbox"/> Pensões judiciais	
<input type="checkbox"/> Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
<input type="checkbox"/> Juros de aplicações financeiras ou poupança	
<input type="checkbox"/> Outras rendas (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

30) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos) [Ano agrícola setembro 2001 a agosto 2002]

- Não recebeu assistência técnica ONGs
 Cooperativa de produção Empresas integradoras
 Sindicato Assistência técnica particular (liberais)
 Secretaria Estadual de Agricultura EMATER
 Secretaria Municipal de Agricultura

31) [SOMENTE para assistidos da EMATER] Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

- muito satisfeito
 satisfeito
 insatisfeito
 não sabe/não respondeu

32) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

- Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas Sim () Não ()
 Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo Sim () Não ()
 Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias Sim () Não ()
 Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários Sim () Não ()
 Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais Sim () Não ()

33) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Sim () Não () () Não sabe/não respondeu

33.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)
1 Custeio
2 Comercialização
3 Investimento

(B)		
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

34) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

34.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

Códigos

(A)
1 Aposentadoria 2 Pensão

35) No último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto de 2002) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

35.1) Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

- () Custeio da atividade produtiva da família
 () Compra de máquinas e/ou equipamentos
 () Outro. Especificar qual? _____

36) Qual sua religião?

- () Católica
 () Protestante/evangélica - IECLB
 () Pentecostal – “Crentes”
 () outro _____

INFRAESTRUTURA BÁSICA

37) Composição da moradia

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

37.1) Instalações sanitárias **(Assinalar apenas uma opção)**

Especificação	
Banheiro completo (*)	()
Banheiro incompleto (**)	()
Casinha ou latrina	()
Nenhuma	()

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

37.2) Tipo de piso predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Concreto	()
Chão batido	()
Madeira	()
Outro	()

37.3) Tipo de cobertura predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Telha de barro	()
Telha de amianto (Brasilit)	()
Capim ou palha	()
Zinco ou outro metal	()
Outra	()

37.4) Tipo de parede externa predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Tijolo com revestimento	()
Tijolo sem revestimento	()
Tábuas	()
Tapumes ou chapas de madeira	()
Folha de zinco	()
Barro ou adobe	()
Outra	

38) Abastecimento de água

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Poço artesiano	()
Nascente ou vertente com poço	()
Córrego/Açude	()
Cacimba	()
Água do vizinho	()
Rede geral	()
Outro tipo	()

39) Destino dos dejetos humanos

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Fossa simples (seca)	()
Fossa séptica/poço absorvente	()
Direto no solo	()
Direto nos cursos d'água	()
Não tem	()
Outro destino	()

40) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- () rede geral
 () gerador próprio
 () não possui
 () outro _____

41) Bens de Consumo que existem no domicílio **[assinalar a quantidade]**

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01 Aparelho de som		12 Máquina de lavar roupa	
02 Automóvel		13 Moto	
03 Batedeira		14 Parabólica	
04 Bicicleta		15 Rádio	
05 Ferro elétrico		16 Televisor	
06 Fogão a gás		17 Vídeo cassete	
07 Fogão à lenha		18 Linha de Telefone fixo	
08 Forno elétrico/microondas		19 Celular	
09 Freezer			
10 Geladeira			
11 Liquidificador			

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim () Não ()
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim () Não ()
03 Sindicato de trabalhadores	Sim () Não ()
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim () Não ()
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim () Não ()
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim () Não ()
99 Outros tipos de entidade (especificar)	
	Sim () Não ()
	Sim () Não ()

43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:

- na própria comunidade onde residem
 no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem
 na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)
 outra localidade _____

44) Em quem o Senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- nos técnicos da Emater
 no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 nos Vereadores do município
 nos dirigentes do seu sindicato
 no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
 nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 nos vizinhos
 Não sabe/não respondeu

45) Em quem o Senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- nos técnicos da Emater
 no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
 nos Vereadores do município
 nos dirigentes do seu sindicato
 no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
 nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
 nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
 nos vizinhos
 Não sabe/ não respondeu

46) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:

- Muito satisfeito Insatisfeito
 Satisfeito Não sabe/não respondeu

47) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):

- uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
 uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
 uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
 Não sabe/ não respondeu

REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO

48) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual **(assinalar apenas uma alternativa):**

- melhorou muito, em todos os aspectos está pior do que antes, nada melhorou
 melhorou, em algumas coisas não se aplica (os pais não eram agricultores)
 não sabe/ não respondeu

49) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

50) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

51) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

52) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê **(assinalar apenas uma alternativa):**

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
 deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
 buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
 procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;
 Não sabe/ não respondeu

53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

- Muito satisfeito
 Satisfeito
 Insatisfeito
 Não sabe/não respondeu

54) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

- Muito satisfeito
 Satisfeito
 Insatisfeito
 Não sabe/não respondeu

55) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa **(assinalar apenas uma alternativa)?**

- a paisagem o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos
 os animais e as plantas a tranquilidade
 os vizinhos e a comunidade em que vive Não sabe/não respondeu

56) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

- Sim Não Não sabe/ não respondeu

ANEXO B – Roteiro de Entrevista –UFPel/CNPq

A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: estudo sobre a previdência social rural no município do Morro Redondo, Rio Grande do Sul

ROTEIRO

Entrevistador:.....

Data:.....

Localidade	Tipo de Informante	Nº Roteiro
------------	--------------------	------------

- 1) Situação (geral / individual) antes da aposentadoria.
- 2) Situação (geral / individual) após a aposentadoria.
- 3) Mudanças considerando o antes e o após a aposentadoria.
- 4) Divisão do trabalho dentro da unidade de produção considerando o antes e o após a aposentadoria.
- 5) Sistema de troca de trabalho.
- 6) Destino do benefício da aposentadoria.
- 7) Principais produtos adquiridos (produtor) / vendidos (comércio)
- 8) Impactos, limites e possibilidades para o município com a nova realidade (comércio / prefeitura).
- 9) Observações.